

MARA CRISTINA RIPOLI MEIRA

RELAÇÃO CRECHE FAMÍLIA: MITO OU RELIDADE

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção de grau de Mestre em Enfermagem, do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Área de Concentração - Prática Profissional de Enfermagem - Setor Ciências da Saúde, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Dr^a Maria de Lourdes Centa.

**CURITIBA
2004**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – COORDENAÇÃO DE PROCESSOS TÉCNICOS

Meira, Mara Cristina Ripoli

Relação creche família: mito ou realidade / Mara Cristina Ripoli
Meira. – 2004.
viii, 118f.

Inclui bibliografia

Orientadora: Profª Dra. Maria de Lourdes Centa
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Paraná,
Setor de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em
Enfermagem.

1. Creches. 2. Família. 3. Educação pré-escolar. I. Centa, Maria
de Lourdes. II. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências
da Saúde. Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. III.
Título.

CDD 372.216

TERMO DE APROVAÇÃO

MARA CRISTINA RIPOLI MEIRA

RELAÇÃO CRECHE FAMÍLIA: MITO OU REALIDADE

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau Mestra – Área de Concentração – Prática Profissional de Enfermagem – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

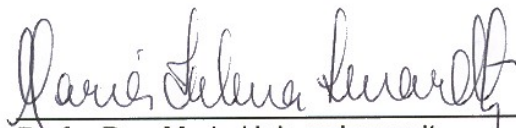
Orientadora:



Prof. Dra. Maria de Lourdes Centa
Presidente da Banca: Universidade Federal do Paraná - UFPR



Prof. Dra. Maguida Costa Stefanelli
Membro Titular: Universidade de São Paulo - USP



Prof. Dra. Maria Helena Lenardt
Membro Titular: Universidade Federal do Paraná - UFPR

Curitiba, 10 de dezembro de 2004

DEDICATÓRIA

A José Carlos, meu esposo maravilhoso e meu grande amor, meu companheiro, melhor amigo, anjo da guarda. Por brindar-me com sua presença e o verdadeiro sentido da palavra amor, e pelo incentivo ao meu crescimento profissional.

Aos meus queridos filhos, Paulo Henrique, Pedro Augusto e Vitória Beatriz, meus tesouros, que, pela felicidade que me proporcionam, me inspiraram durante esta jornada.

Aos meus amados pais, David e Vanda, exemplos de vida, luta e sabedoria, em reconhecimento pelo privilégio de ser sua filha.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Maria de Lourdes Centa, que me concedeu o privilégio de ser minha orientadora e conviver durante esta jornada. Pela pessoa afetiva que é, pelas palavras estimulantes que chegavam sempre na hora exata. Por ter sido muito mais que orientadora, receba minha admiração, meu carinho e minha amizade.

À Profa. Dra. Maria Helena Lenardt, pelo apoio no decorrer desta caminhada.

À Profa. Dra. Maguida Stefanelli, por me transmitir confiança e conhecimento.

Às famílias, crianças e funcionários da creche onde realizei a pesquisa, pela sua colaboração e carinho, porque, sem eles, este estudo não poderia ser concretizado.

À equipe do “Grupo de Pesquisa Família, Saúde e Desenvolvimento”, pelo apoio e amizade, em especial ao Marquinho”.

À coordenação do Programa da Pós-Graduação e aos professores que compartilharam comigo esta busca por novos conhecimentos, dando-me apoio, compreensão e afeto.

Às minhas colegas do mestrado, pela a amizade demonstrada, especialmente às amigas Carolina, Marisa, Salete e Sandra.

Às minhas irmãs, irmão, cunhada e cunhados, pela disponibilidade e dedicação para com meus filhos nos momentos em que me fiz ausente e também por serem tios tão amorosos e carinhosos, e às minhas sobrinhas e sobrinhos.

Aos meus amigos enfermeiros Roberto, Laura e Érica, pelo apoio e incentivo durante esta minha caminhada repleta de desafios.

À Profa. Carmen Liane Pertille Ramos, coordenadora do Curso de Enfermagem da Uniamérica, pela compreensão e o apoio.

A CAPES, pelo apoio financeiro.

SUMÁRIO

| | |
|---|------|
| RESUMO | vii |
| ABSTRACT | viii |
| 1 INTRODUÇÃO | 01 |
| 2 MOTIVO PARA A REALIZAÇÃO DO ESTUDO | 05 |
| 3 OBJETIVO | 09 |
| 4 REVISÃO DA LITERATURA | 10 |
| 4.1 A FAMÍLIA E SEUS PAPÉIS | 10 |
| 4.2 A CRECHE E SEU PAPEL NA ATUALIDADE | 20 |
| 4.3 A RELAÇÃO CRECHE/FAMÍLIA..... | 26 |
| 5 REFERENCIAL TEÓRICO | 30 |
| 6 REFERENCIAL METODOLÓGICO | 33 |
| 6.1 A COLETA DE DADOS ETNOGRÁFICOS | 35 |
| 6.2 A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE | 35 |
| 6.3 A ENTREVISTA ETNOGRÁFICA | 36 |
| 6.4 O REGISTRO DOS DADOS | 37 |
| 6.5 A ANÁLISE DOS DADOS | 37 |
| 6.6 CRITÉRIOS DE RIGOR | 38 |
| 6.7 QUESTÕES ÉTICAS | 39 |
| 7 PERCORRENDO O CAMINHO METODOLÓGICO | 40 |
| 7.1 CENÁRIO CULTURAL..... | 40 |
| 7.2 FASES DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE | 43 |
| 7.3 APRESENTAÇÃO DOS INFORMANTES | 54 |

| | |
|--|------------|
| 8 APRESENTAÇÃO DOS DESCRITORES CULTURAIS | 56 |
| 8.1 DESCRITORES CULTURAIS DOS PROFISSIONAIS DA CRECHE..... | 56 |
| 8.2 DESCRITORES CULTURAIS DAS FAMÍLIAS..... | 74 |
| 9 TEMA CULTURAL | 87 |
| 9.1 RELAÇÃO CRECHE FAMÍLIA: MITO OU REALIDADE | 88 |
| 10 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 102 |
| REFERÊNCIAS | 105 |
| APÊNDICE1- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO | 109 |

RESUMO

De asilo para crianças pobres, como a creche era vista no passado, ela passa hoje a ser considerada como primeira etapa da educação básica. Para isso ela deve interagir com as famílias, buscando ações compartilhadas de co-responsabilidade. Tentando desvelar este processo é que estabeleci como objetivo deste estudo compreender a relação vivenciada entre a creche e a família, com o objetivo de obter subsídios para promover uma assistência adequada e de qualidade para as crianças que freqüentam esta instituição. Para obtenção dos dados seguiram-se as regras da Resolução nº196/96 que instituiu as "Normas de Pesquisa em Saúde envolvendo Seres Humanos". Utilizou-se o método etnográfico e o conceito de cultura preconizado por Laininger. Para a apreensão dos dados, foram adotadas as fases da observação participante propostas por esta autora e a entrevista preconizada por Spradley. Para referencial teórico optou-se pelo da comunicação de acordo com Stefanelli. Da análise dos dados, emergiram os descritores culturais, os quais relato a seguir. **1) Descritores culturais dos funcionários da creche:** percepção da creche pelos profissionais; o trabalho das pessoas da equipe e perspectivas da profissão; atribuindo significado ao ato de cuidar e educar; falta de relacionamento com a família; participação da família na creche. **2) descritores culturais das famílias:** utilização da creche por falta de opção; sentimentos ambíguos em relação à creche; desconhecimento da rotina da criança na creche; expectativas com relação à creche; falta de relacionamento com as educadoras; participação na creche, gerando insatisfação. Estes descritores nos permitiram construir o tema cultural. **“RELAÇÃO CRECHE FAMÍLIA: MITO OU REALIDADE”**. Concluímos que a comunicação entre a creche e a família é quase inexistente, havendo necessidade de valorização tanto dos educadores da creche como das famílias para que eles possam interagir de forma plena e serem co-participantes e co-responsáveis pelo processo de cuidar/educar de seus filhos.

PALAVRAS-CHAVES: Creches; Família; Educação pré-escolar.

ABSTRACT

Crèches have gone from being considered poor children's shelters in the past to today being considered part of the first step in basic education. The crèche must, therefore, interact with families, seeking shared actions of co-responsibility. Trying to unveil this process has been established as the objective of this study: To understand the relationship experienced between the crèche and the family, with the objective of obtaining subsidies to promote adequate quality assistance to the children who frequent these institutions. To obtain the data, the rules of Resolution number 196/96 were followed. Resolution number 196/96 instituted the "Norms of Health Research Involving Human Beings". The ethnographic method and the concept of culture commended by Laininger were utilized. For the gathering of data, the phases of participant observation proposed by this author and the interview commended by Spradley were adopted. For a theoretical system of reference, the communication one in accordance with Stefanilli was opted for. From the analysis of the data, cultural descriptors emerged, which are described as follows: **1) cultural descriptors of the crèche staff:** perception of the crèche by the professionals; the work of the people on the team and perspectives of the profession; attribution of significance to the act of caring for and educating children; lack of relationship with the family; participation of the family in the crèche; **2) cultural descriptors of the families:** utilization of the crèche because of lack of options; ambiguous feelings in relation to the crèche; ignorance of the routine of the child in the crèche; expectations in relation to the crèche; lack of relationship with the educators; participation in the crèche engendering dissatisfaction. These descriptors permit us to construct the cultural theme. **"CRECHE FAMILY RELATIONSHIP: MYTH OR REALITY"**. We concluded that the communication between the crèche and the family is almost nonexistent, it being necessary to give value to the educators of the crèche as well as the families so that they can interact fully and be co-participants and co-responsible in the process of caring for and educating their children.

KEY WORDS: Crèches, Family; Nursery school.

1 INTRODUÇÃO

As relações estabelecidas entre adultos e crianças de zero a seis anos, no contexto das creches são permeadas por múltiplas influências; entre elas podemos destacar diversos fatores interligados, tais como os princípios e valores constituídos, em uma esfera cultural, no interior das famílias.

Conforme Cunha (2002), a história da creche passou por diferentes funções no contexto da sociedade brasileira, tais como recurso que beneficiava a mãe trabalhadora, instrumento social para prevenir a mortalidade infantil, ou, ainda, como instância educativa, que contribui para a constituição de uma sociedade mais justa, por meio do exercício da cidadania, em prol da população infantil.

De asilo para crianças pobres, como a creche era vista no passado, ela passou por inúmeras transformações, chegando hoje a ser definida, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), como instrumento de educação infantil, que visa o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seu aspecto físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996 b).

Atualmente, o papel da mulher inserida no mercado de trabalho, contribuindo cada vez mais com o sustento dos filhos, fez com que a utilização da creche assumisse importante papel na vida das famílias. Isto ocorre na medida em que a creche se responsabiliza, juntamente com a família, pelo cuidado e educação da criança, possibilitando à mulher profissionalizar-se e contribuir, como mão-de-obra produtiva, para o crescimento econômico do país e melhoria da qualidade de vida familiar.

Além das necessidades apresentadas pela mulher trabalhadora, outros fatores interferem na vida familiar, fazendo com que os pais utilizem a creche como suporte na educação, socialização e cuidado de seus filhos. Entre eles, encontramos a característica dos grandes centros, onde as famílias de classes sociais menos abastadas vivem em lares cada vez menores, onde não existe espaço para brincadeiras. Isto é agravado pelos riscos apresentados pelo trânsito

intenso, drogas, violência, o que, muitas vezes, impossibilita a utilização de espaços públicos como ruas, praças e parques (SANTANA, 1998).

Conforme este autor, com a evolução do tempo, houve mudança nos costumes e valores familiares, influenciados pela inserção da mulher no mercado de trabalho, mídia, publicidade, tecnologia e globalização, fatores estes que também contribuíram para a modificação da vida em família. Além disso, no Brasil verifica-se que a condição de miséria e desinformação de uma parcela significativa da população leva a uma transferência da responsabilidade educativa e socializadora das crianças, antes funções exclusivas da família, para o sistema educacional.

De acordo com Sanches (2003), a educação infantil conquistou muitos avanços nas últimas décadas, entre os quais se encontra o Estatuto da Criança e do Adolescente ECA (BRASIL, 1990), e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB (BRASIL, 1996 b). Esta lei conceitua educação infantil como primeira etapa da educação básica, a qual deve ser desenvolvida de modo integrado e complementar à educação recebida da família. Nota-se, que a creche é um importante aliado da família na socialização e proteção da criança, não podendo ficar alheia às suas necessidades, anseios, expectativas, sonhos e conquistas.

O Estado, por sua vez, vem assumindo papéis cada vez mais variados ligados à saúde, educação, socialização, manutenção e modo de vida de nossas crianças, papéis antigamente exercidos exclusivamente pelas famílias. Sabe-se que, na impossibilidade de as famílias exercerem suas funções de educar/cuidar/criar seus filhos com dignidade e afeto, isso as leva, cada vez mais, a procurar instituições que abriguem, cuidem e eduquem as crianças da melhor forma possível, entre essas se encontra a creche. Isso ocorre porque as mães necessitam trabalhar e contribuir com o sustento dos seus filhos. Elas almejam o melhor para os filhos: proteção, cuidados, alimentação, higiene, carinho e amor.

Segundo Santana (1998), as mães esperam que os educadores de creche sejam pessoas motivadas, sensibilizadas e conscientes do seu papel, de forma a atender à criança nas suas necessidades biopsicossociais. Portanto as

mães necessitam sentir confiança na instituição, que se conquista por meio de uma relação de empatia e respeito entre educadores e família.

De acordo com Sanches (2003), historicamente a creche é considerada como substituta da família, espaço de assistencialismo e não educativo, ou seja, “como mal necessário”.

Foi em 1943, com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que surgiu a primeira lei no país que determina a obrigatoriedade da existência de creches nas empresas com mais de 30 mulheres em seu quadro de pessoal, com o objetivo de guardar, sob vigilância e assistência, seus filhos no período da amamentação. Esta Lei, ainda hoje, não é seguida pela maioria das grandes empresas (BRASIL, 1972).

Para Oliveira et al. (2001), a creche não deve ser vista como substituto da família, mas como local de socialização diferente do ambiente familiar. Nela a criança deve construir uma visão de mundo e de si mesma, constituindo-se como sujeito. A proposta pedagógica para a creche, portanto, deve considerar o conjunto de fatores interligados: creche, família e comunidade.

A função da creche, na atualidade, vai além dos cuidados assistenciais, como alimentação, banho, higiene, guarda e segurança das crianças. O objetivo da creche, segundo Sanches (2003), é atender a criança em todas as suas necessidades, em seu sentido mais amplo, onde deve ser considerado o direito de brincar em ambiente aconchegante e em contato com a natureza, promoção de higiene e saúde, alimentação sadia, proteção, afeto, carinho, amor, liberdade de expressar seus sentimentos, construção de sua identidade e de sua cidadania.

Para este autor a creche, na atualidade, é local necessário para que as famílias de classe social menos favorecida possam enfrentar a realidade social, política e econômica do país contribuindo com o processo de educar e cuidar crianças, auxiliando as famílias, possibilitando o crescimento e desenvolvimento de crianças saudáveis, cidadãos responsáveis, futuros trabalhadores do país.

Para desenvolver este processo com eficiência, eficácia e efetividade, a creche deve promover o vínculo familiar, respeitando os aspectos históricos, culturais e sociais de cada família, bem como promover a saúde e prevenir

doenças. Deve ocupar, de forma adequada, seu espaço na educação e socialização das crianças, estabelecendo interações com as famílias e a comunidade, proporcionando educação e cuidados às crianças de forma compartilhada, responsável e harmônica, para que elas tenham um crescimento e desenvolvimento saudável e de qualidade.

Ao participar do cotidiano vivido na creche, foram observadas diversas situações que despertaram interesse em compreender as relações existentes entre a creche e a família, tendo em vista a descontinuidade da assistência prestada à criança por parte desta instituição, pois a falta de interação de ambas prejudica a continuidade das ações de educar e cuidar a criança, afetando seu crescimento e desenvolvimento.

Com fundamento no exposto, foi realizado este trabalho, tentando compreender a relação vivenciada entre a creche e a família, com a finalidade de obter subsídios para promover uma assistência adequada e de qualidade às crianças que freqüentam esta instituição.

2 MOTIVO PARA A REALIZAÇÃO DO ESTUDO

Nasci e vivi em área rural até os 17 anos e sempre fui apaixonada por crianças. Aos dez anos de idade eu já cuidava dos filhos pequenos dos nossos vizinhos, enquanto suas mães trabalhavam na lavoura; aos 12 anos, resolvi ser catequista e adorei a experiência; aos 14 anos fui convidada por autoridades do município para ser professora em uma escola da zona rural, que ficava próxima de minha casa, dada a minha desenvoltura e habilidade demonstrada para trabalhar com crianças.

Nessa época tinha apenas terminado o ensino fundamental. Penso que, pela coragem e vontade de vencer no mundo, o que é peculiar aos adolescentes, aceitei sem medo, assumindo a primeira, segunda, terceira e quarta série do ensino fundamental. Lecionava na terceira e quarta série de manhã e na primeira e segunda à tarde. Lembro-me, até hoje, da angústia que senti, até que meus alunos da primeira série aprendessem a ler. Naquele primeiro ano de experiência, já no segundo semestre do ano letivo, em meados do mês de agosto, foi que a turminha se soltou e a maioria aprendeu a ler. A emoção foi única, recompensa maior, impossível!

Parei de lecionar aos 19 anos para freqüentar o Curso de Graduação em Enfermagem. Apesar de atuar na educação, optei por fazer Enfermagem, pois meu objetivo era ser docente, porém na área da saúde. Minha formação acadêmica transcorreu em uma universidade Estadual do Estado do Paraná, no período de 1988 a 1992. Não diferente de outras Universidades, minha formação teve ênfase na assistência curativista; mas, desde essa época, percebia minha tendência para atuar na docência, em especial na área de saúde coletiva. Durante todo o período de graduação participei de projetos de extensão, em que prestávamos assistência à saúde de adultos, mulheres e crianças da zona rural.

Ao terminar a graduação, fui para o município de Foz do Iguaçu, onde atuei, por algum tempo, em serviço hospitalar e, durante o mesmo período, em instituições de ensino de nível médio, ocasião em que procurei, paulatinamente, encontrar minha área de atuação preferida.

Em 1996 fui aprovada em concurso público da Secretaria Municipal de Saúde, de Foz do Iguaçu, onde atuei por quatro anos em unidade básica de saúde (UBS), realizando programa de puericultura e dando assistência às creches que pertenciam à área de abrangência da UBS na qual eu trabalhava.

No ano de 2000, foi criado o curso de graduação em Enfermagem pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) em Foz do Iguaçu, onde então tive a oportunidade de realizar o meu sonho e iniciei minha vida na docência. Entre as disciplinas que ministrei, uma delas foi “Assistência à Criança Sadia”, em que acompanhei estágio supervisionado em creches municipais.

Observei, a partir da minha experiência profissional, atuando em creche como docente, que em Foz do Iguaçu ainda não foi implantado o que a LDB preconiza para as creches, pois percebi que o atendimento por elas prestado ainda não pode ser considerado satisfatório devido ao tipo de processo educativo desenvolvido nesses locais. Em algumas creches o cuidado e educação das crianças é entregue a pessoas que nem sequer completaram sua formação no ensino fundamental e estes cuidadores/educadores não receberam capacitação específica para o trabalho que desenvolvem, demonstrando falta de habilidade para educar e cuidar as crianças sob sua responsabilidade, pois não conhecem e/ou não compreendem suas verdadeiras necessidades.

Percebi, também, que as crianças retratam problemas sociais vividos pelas suas famílias, na maioria das vezes os problemas não eram percebidos e, muito menos, trabalhados pelos profissionais que ali exerciam suas funções. Exemplo típico disto: algumas crianças consideradas “quietas”, que não interagiam com os seus colegas, eram qualificadas como “bem comportadas”, quando, na realidade, essa quietude poderia representar sentimentos não exteriorizados por medo, ansiedade e isolamento, oriundos de diversas causas.

Verifiquei, também, a precariedade dos cuidados realizados, principalmente em relação à higiene, pois muitas crianças apresentavam dermatites de fraldas, pediculose, escabiose e cárie dentária. A alimentação das crianças menores era realizada por uma ou no máximo duas educadoras, número

pequeno de profissionais para a quantidade de crianças; no intuito de atender a todas as crianças, alimentavam-nas com os mesmos talheres.

No berçário era oferecida pouca água aos bebês e as mamadeiras, por longo período de tempo, permaneciam com leite nas bancadas após as mamadas, leite que era oferecido às crianças posteriormente. Os medicamentos, trazidos pelas mães, eram administrados sem receita médica.

Apesar de a creche possuir amplo espaço para lazer e banho de sol, às crianças não eram oferecidas estas atividades; portanto elas não ocupavam este local. Observei, também, a dicotomia estabelecida entre a assistência prestada à criança pela equipe de profissionais da creche e pela família. A família só interagia com a instituição para fazer matrícula, levar e buscar suas crianças, ouvir reclamações ou pedidos de ajuda e apoio para festas e obras. É sabido que os pais da classe trabalhadora participam pouco do processo de formação escolar de seus filhos e que o sistema educacional contribui para esta realidade, porque, geralmente, solicitam a presença dos pais só para reclamar do mau comportamento ou insuficiente aproveitamento apresentado pelos seus filhos.

Verifiquei que praticamente não havia participação dos pais no cotidiano de seus filhos na creche. Por outro lado, os profissionais da creche nada faziam para estimular a participação ativa da família no processo de educação, socialização e cuidado das crianças por eles realizados.

Vivenciando o exposto, percebi que a creche é espaço privilegiado para trabalhar a promoção da saúde e prevenção de doença, bem como para atender às necessidades biológicas, psicológicas e sociais da criança. Por meio das creches também é possível trabalhar com as famílias, para que elas cuidem de suas crianças de forma a propiciar-lhes condições para que se tornem adultos saudáveis e, assim, contribuam para a formação de uma sociedade mais humana, fraterna e solidária.

Nesta experiência, observei a relação, quase inexistente, entre a creche e a família e quanto esta distância interfere na atividade de educar/cuidar as crianças que freqüentam esta instituição.

Isto me levou a tentar compreender a relação vivenciada entre a creche e a família, foco deste estudo.

3 OBJETIVO

Compreender a relação vivenciada entre a creche e a família, com a finalidade de obter subsídios para promover uma assistência adequada e de qualidade às crianças que freqüentam esta instituição.

4. REVISÃO DA LITERATURA

4.1 A FAMÍLIA E SEUS PAPÉIS

Desde tempos remotos, a família exerce os papéis de protetora, educadora e mantenedora de sua prole. Se observarmos a sua evolução histórica, visualizaremos as profundas transformações por que ela passou e como isso interferiu na vida de suas crianças. Antigamente, mesmo quando as mulheres exerciam o papel exclusivo de mães e donas de casa, a educação dos filhos era, em parte, realizada por ama-de-leite e por outras famílias, onde a criança deveria aprender um ofício. Atualmente, a mulher insere-se no mercado de trabalho e, muitas vezes, não dispõe de tempo para realizar a tarefa de mãe, lançando mão de instituições ou de outras pessoas para desempenhá-las. O modo de educar e criar os filhos ao longo dos tempos também sofreu profundas modificações; mas ainda continua atrelado a valores, ritos, mitos e costumes familiares. Para entendermos o processo de criar e educar filhos devemos antes compreender suas famílias.

De acordo com Vanzin & Nery (1999), a família é um grupo de pessoas unidas por laços de casamento, de sangue ou de adoção, que convivem em um mesmo local, onde interagem e se comunicam uns com os outros, exercem seus respectivos papéis sociais de marido, esposa, mãe, pai, irmão, irmã, criando uma cultura comum e escrevendo sua história.

Para estes autores a família é entendida como uma unidade social, administrativa, de trabalho, composta por pessoas de diferentes faixas etárias, que buscam o atendimento de suas necessidades. Concordo com Centa (2001), quando afirma que, na atualidade, a família brasileira é formada por uma comunidade de amor, apoio, compreensão e solidariedade, e que o vínculo afetivo é o único que une o grupo familiar, pois ele fundamenta a qualidade das relações e a interdependência, compatibiliza os projetos de vida familiar, mantendo a individualidade de cada um. Este autor ressalta, ainda, que o ideal de família moderna se caracteriza pela escolha do cônjuge com base no amor romântico,

laço conjugal e aconchego ao lar, como proteção e segurança contra pressões externas, em função da importância dos filhos e da assistência centralizada a eles ofertada. A família exerce o papel de socializadora e educadora, o que é realizado principalmente pela mãe, e tem no amor e no apoio mútuo do casal a principal determinante da educação dos filhos, cuja tarefa é formar hábitos, atitudes e valores.

A história da família, porém, não foi sempre assim. Segundo Bachofen apud Engels (1995), na história primitiva, os seres humanos viviam em promiscuidade sexual, os homens praticavam a poligamia e as mulheres a poliandria. Estas relações excluía a possibilidade de estabelecer, com certeza, a paternidade, motivo pelo qual a filiação só podia ser contada por linhagem feminina e as mulheres gozavam de grande apreço e respeito. Nesta época, quando o pai de família falecia, seus bens não passavam para seus filhos e, sim, para seus irmãos, pois os filhos só podiam ser herdeiros de suas mães.

Com a criação de gado, elaboração de metais, a arte de tecer e, por fim, a agricultura, houve acúmulo de riquezas, que foram convertidas em propriedades particulares das famílias e deram ao homem uma posição mais importante do que a da mulher. Este fato fez modificar a história em relação à ordem da herança estabelecida, porquanto, a partir daí, houve a revolução da ordem familiar, o que resultou na abolição da filiação feminina e do direito hereditário materno que foi substituído pela filiação masculina e o direito hereditário paterno, resultando na monogamia feminina. Com isso a mulher passa a pertencer a um só homem, a filiação é contada pela linhagem masculina, e as mulheres perdem sua posição de respeito e liberdade, passando a serem tratadas como objetos de posse dos homens. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução, caracterizando-se assim a família patriarcal (BACHOFEN apud ENGELS, 1995).

As transformações sociais e culturais de nossa sociedade estão expressas no livro “A História Social da Criança e da Família”, de Philippe Ariès. Nele encontramos a análise das transformações da vida social, por meio da

representação da família, desde a era medieval até o século XIX, onde o autor descreve muito bem o cenário encontrado na época. Segundo Ariès (1986), nessa época a educação ocorria por meio da aprendizagem do serviço doméstico, como se lê na passagem seguinte.

A criança aprendia pela prática, e essa prática não parava nos limites de uma profissão, ainda mais porque na época não havia limites entre a profissão e a vida particular; a participação na vida profissional – expressão bastante anacrônica, aliás – acarretava a participação na vida privada, com a qual se confundia aquela. Era através do serviço doméstico que o mestre transmitia a uma criança, não ao seu filho, mas ao filho de outro homem, a bagagem de conhecimentos, a experiência prática e o valor humano que pudesse possuir (ARIÈS, 1986, p. 239).

Neste modelo de família, o pai, a mãe e os filhos tinham papel definido, devendo conviver juntos a vida inteira, integrando uma ordem social firme (SHORTER, 1975).

De acordo com Ariès (1986), acreditava-se que nasciam muitas crianças para a sobrevivência de poucas. Isto ocorria em conseqüência de fatores culturais e religiosos da época e, também, em função das condições higiênicas e demográficas, que eram pouco favoráveis.

Em Londres, em 1750, a mortalidade de crianças variava entre oitenta e noventa por cento (ARIÈS, 1986). De acordo com este autor, no século XVI e XVII existiam hábitos que contribuíam para a alta taxa de mortalidade infantil. Ele refere-se à prática exercida pelas mães, incluindo as utilizadas pelas mulheres da elite, de enviarem os seus bebês para amas de leite, para serem amamentados até seus dois anos; pelo grande número de bebês abandonados em instituições de caridade; por deixarem os bebês, por longos períodos de tempo sozinhos e, também, pelo costume de enviar as crianças, a partir dos sete anos, para viverem com outras famílias para aprenderem ofícios, motivo pelo qual a socialização e educação das crianças não era assegurada nem controlada pela família e, sim, por adultos estranhos.

Estes hábitos, comuns na época, hoje nos assustam, dada a importância que representa a criança no seio familiar e a força e o poder do sentimento de amor materno vivenciado pela maioria das mães.

Priore (1997) relata que no Brasil, durante o período colonial, o abandono de crianças era prática comum durante o primeiro e o segundo século da colonização. Esta situação causou indignação numa sociedade que herdou a religião católica, motivo pelo qual também foram criadas as casas de caridade e as rodas dos expostos, para acolher crianças abandonadas. O abandono ocorria por vários motivos, entre eles, o realizado por mulheres brancas da elite, quando tinham filhos fora do matrimônio o que era condenado moralmente, ou no caso de mulheres da classe trabalhadora, devido à morte e adoecimento dos pais. Para este autor, o abandono era forma paradoxal de proteger a criança, e a história secreta da dor feminina, principalmente das mulheres que enfrentavam obstáculos, ao tentar assumir e sustentar seus filhos nascidos fora do casamento.

A família transformou-se profundamente na medida em que modificou suas relações internas com a criança. Nesse processo, a criança foi fundamental para entender o que estava ocorrendo na época; a necessidade de educá-la ou prepará-la para a vida futura passou a fazer parte da dinâmica familiar, tendo a escola como principal complemento. Com a inserção da criança na escola e sua permanência nos lares, observa-se que a família se distancia da sociedade para se fechar, cada vez mais, num espaço privado. No final do século XVII, a família passou a manter-se distante da sociedade, devido à necessidade de intimidade e de identidade dos seus membros, fator este que se tornou constante na dinâmica da estrutura familiar. O “ficar juntos” demonstrou ser eficaz nas relações familiares; porém, até o início do século XVIII, grande parte da população pobre ainda tinha suas crianças afastadas de suas casas (PRIORE,1997).

De acordo com Ariès (1986), em meados do século XVIII, a preocupação dos adultos com as crianças passa a ser observada. Embora a mortalidade infantil continuasse elevada, o sentimento de infância fez com que os pais se preocupassem mais com os filhos em relação à atenção, cuidados de higiene, vacinação contra varíola, contribuindo com a redução da mortalidade

infantil. Tudo o que se referia à família e à criança tornava-se assunto sério. Passou-se a dar ênfase à higiene e à saúde física da criança.

Segundo Ariès (1986), a partir desta época, a realidade e os sentimentos das famílias passaram a transformar-se, numa revolução lenta e profunda, principalmente pelo abandono da prática de enviarem os bebês para amas de aluguel e das crianças para aprenderem a viver e trabalhar com outras famílias, pois a educação passou a ser atribuição da família de origem e da escola. Essa evolução surge da preocupação dos pais em vigiar seus filhos de perto, ficar mais próximos deles e de não abandoná-los, mesmo que temporariamente estivessem aos cuidados de outras famílias. Tal mudança contribuiu para a aproximação da família com a criança, para aumentar o sentimento de família e de infância. A família concentrou-se em torno da criança.

Nas famílias modernas começou a existir a preocupação em preservar a inocência infantil, o que resultou em dupla atitude moral em relação à infância, ou seja, preservá-la da sujeira da vida, especialmente da sexualidade tolerada, e fortalecê-la, desenvolvendo o caráter e a razão. As medidas de atenção, de amor, de carinho e de higiene, desenvolvidas pela família em prol das crianças, sem dúvida, contribuíram acentuadamente para a redução da mortalidade infantil (ARIÈS, 1986).

Segundo Shorter (1975), no fim do século XVIII, os jovens começaram a dar mais valor aos sentimentos do que às condições exteriores, como a propriedade e o desejo dos pais na escolha dos parceiros conjugais, quando, então, se percebe que o amor e o carinho, tanto em relação à união conjugal como em relação aos cuidados ofertados à criança, começaram a aflorar. Observa-se que as famílias passam a dar maior ênfase à existência da criança, ao seu bem-estar físico e emocional, quando ela passa a assumir lugar central no contexto familiar.

Para este autor, houve, entre o final do século XIX e início do século XX, grande declínio da mortalidade infantil em toda a sociedade, tendo como fatores os alimentos esterilizados e a pasteurização do leite. Ele afirma que, além disto, o amor maternal funcionou como variável independente na complexa equação da

mortalidade infantil. Com o processo de industrialização, a família moderna evoluiu, passando a ter uma nova conotação, a de família nuclear, formada pelo pai, mãe e seus filhos. Formou-se o sentimento de família, que está diretamente ligado ao sentimento de infância, que surge da união do pai, da mãe e dos filhos. A família nuclear passa a ter consciência dos aspectos emocionais que envolvem a família, aspectos que devem ser protegidos, pois o amor materno gerou um ninho afetivo que uniu a família moderna, isolando-a em sua domesticidade.

De acordo com a teoria funcionalista que dominou o pensamento norte-americano, a partir da década de 50, a família é, sobretudo, uma agência socializadora, cujas funções se concentram na formação da personalidade dos indivíduos. Deste modo, não se admite que a família tenha perdido, ao longo da história, as suas funções econômicas e políticas, ocupando-se somente das funções básicas da socialização primária das crianças e da determinação de sua personalidade adulta. Esta teoria possui como características básicas o isolamento da família nuclear, constituindo-se em organismo independente de outros membros familiares, tendo como principal recurso monetário o rendimento advindo do pai provedor (PRIORI,1997).

Este autor define a família nuclear como pequeno grupo-tarefa, em que os membros adultos realizam tarefas diferenciadas e complementares, transparecendo modelos femininos e masculinos de ações intrafamiliares. O pai tem o papel de provedor, constituindo-se na principal fonte de recursos monetários; a mãe, por sua vez, tem o papel de cuidar, zelando pelo bem-estar do convívio social entre os membros da família, organizando, protegendo-a e administrando o orçamento doméstico, no sentido de proporcionar clima familiar ameno e harmonioso. As funções domésticas direcionadas à mulher perdem força de atuação ao longo da história, deixando para trás alguns preconceitos e situações existentes.

Oliveira et al. (2001) afirmam que a evolução da importância da criança na família e, por conseqüência, na sociedade moderna, reforça a idéia de que a situação de bem-estar das crianças e dos adolescentes se encontra diretamente relacionada à possibilidade de manter um vínculo familiar seguro.

Com o passar do tempo, a família nuclear ou moderna transforma-se em família pós-moderna, termo este utilizado para caracterizar as famílias na nossa contemporaneidade.

O que caracteriza a família e o casamento numa situação pós-moderna é justamente a inexistência de um modelo dominante, seja a respeito das práticas ou do discurso normatizador das práticas, em qualquer contexto social (VAITSMAN, 1994).

Percebe-se que as mudanças ocorridas no seio familiar estão levando a uma rápida perda das tradições como em nenhuma outra época da história. Ao estudar a história do desenvolvimento da família, verificou-se que questões preestabelecidas nas famílias patriarcais (como o casamento, o trabalho, a sexualidade e o amor) transformaram-se em projetos individuais. A busca da individualidade incidiu diretamente nas mudanças dos padrões familiares, porquanto, segundo Carvalho (1995), um dos fatores determinantes deste processo foi impulsionado principalmente pelas mulheres, a partir do momento em que assumiram o controle da reprodução e conquistaram seu espaço na sociedade. Por outro lado, esta conquista tem gerado muitos problemas no meio familiar. Um deles é compatibilizar a individualidade e a reciprocidade familiar. Na medida em que existe espaço social para o desenvolvimento da individualidade parece que os papéis familiares se tornam conflitivos.

Os papéis sexuais e as obrigações entre pais e filhos não se encontram mais definidos. A divisão sexual das funções, o detentor da autoridade e todas as questões dos direitos e deveres familiares, na atualidade, são negociados entre os membros da família. A divisão do trabalho doméstico e do cuidado dos filhos entre os cônjuges e a cooperação financeira da mulher no sustento do lar levaram a um questionamento da autoridade masculina no seio familiar (CARVALHO, 1995).

Conforme este autor, o contexto de perda do modelo tradicional de autoridade familiar, dos pais sobre os filhos e do marido sobre a esposa, tem gerado um conflito entre os exageros da autoridade do tipo tradicional e a diminuição da autoridade necessária dos pais, levando a uma permissividade que tem prejudicado as crianças que, por vezes, estão sendo criadas sem limites

estabelecidos. A fase de transição acelerada, pela qual atualmente atravessam os valores e atitudes em relação à família e suas relações, geram fatores de tensão e conflito referentes ao controle e distribuição de poder. Isto é agravado pelas oscilações e ambivalências ao longo da contínua permissividade versus controle rígido, porque, para os pais, está em jogo, além do interesse dos seus filhos, a projeção de sua auto-imagem como agentes socializadores.

A família, na sociedade contemporânea, sofre influência de fatores como o mercado de trabalho, possibilidades de consumo, acesso a sistema de saúde e educacional, informação e ação da mídia, entre outros. Como resultado, temos lógicas diferenciadas de articulações das relações familiares, que se expressam no significado dos seus vários papéis familiares. Em relação à criança e ao adolescente, é no atual contexto da família em que eles vivenciam a vida social, cabendo aos pais a responsabilidade da sua criação, educação, desenvolvimento e formação. Portanto a família aparece como unidade econômica e de direito das crianças e adolescentes (OLIVEIRA,1997).

Segundo este autor, fatores como a globalização, os ajustes econômicos ocorridos, a dificuldade de acesso a bens e serviços, bem como a alta taxa de desemprego têm levado a família brasileira a um processo de empobrecimento e aumento da exclusão social, formando uma sociedade desigual, causando alterações na família, afetando diretamente as crianças e adolescentes. Estes últimos ingressam cada vez mais cedo no mercado de trabalho clandestino, para reforço da renda familiar, deixando os estudos para um segundo plano. Apesar da grande evolução dos cuidados dispensados às crianças no decorrer dos séculos, ainda hoje é grande o número de crianças abandonadas que sofrem os mais diversos tipos de violência: passam fome, morrem por causas evitáveis, não têm acesso à saúde e educação.

Conforme Goldani apud Oliveira (1997), outro fator importante que ocorreu na família pós-moderna é a diminuição da taxa de fecundidade e o aumento da expectativa de vida, fatores que contribuíram para a mudança no arranjo familiar, causando impacto na estrutura etária e na longevidade da população. Da segunda metade do século XIX para cá, o Brasil aumentou sua

população de 70 para mais de 160 milhões de habitantes, passando de predominantemente rural para urbano; a taxa de fecundidade caiu de 6.2 para 2.5 filhos por mulher, e houve aumento na esperança de vida de 54 para 67 anos de idade, sendo que estas transformações sociais, econômicas e demográficas promoveram uma diversificação ainda maior nos arranjos familiares; mas também conservaram as formas tradicionais de família. O sentido de infância, na atualidade, deve ser pensado, levando-se em consideração as transformações por que passa a família; a mudança das funções materna e paterna; o tamanho das famílias; a constituição de famílias com filhos de distinto pai e mãe; as transformações ocorridas na vida cotidiana e na intimidade dos núcleos familiares.

Para Freitas apud Oliveira (1997), a família, enquanto forma de agregação, tem dinâmica de vida própria, afetada pelo processo de desenvolvimento da humanidade; pode ser influenciada por problemas sociais de natureza diversa que afetam o desenvolvimento integral de seus membros. Desta forma, pode deixar de ser agente de socialização de seus componentes, em que o bem-estar infantil se manifesta de forma precisa, podendo ser percebido por meio das condições gerais de sobrevivência, nível de educação e respeito dos seus direitos humanos básicos, entre os quais o de manter vínculo estável com a família. O lar é entendido como forma de organização social e, como tal, concentra responsabilidades relacionadas ao desenvolvimento de suas crianças, envolvendo aprendizagem, solidariedade social, entre outras.

Este autor afirma que a família, na atualidade, reorganizou-se em torno da criança, seus membros unem-se pelo sentimento de amor, pois a criança necessita de amparo e proteção, seus direitos estão situados na esfera da ordem privada (amor, proteção, alimentação, moradia) e na pública (saúde, educação). A partir das condições de existência familiar e da qualidade de relacionamento, a família tende a propiciar à criança condições de vida em que a manutenção do vínculo afetivo é fator necessário para o seu desenvolvimento integral.

Resgatando a história, observa-se que a infância vem sendo entendida de diferentes maneiras, quer no seio familiar quer na sociedade, e que a família,

seja ela tradicional, moderna, pós-moderna, é um grupo social constituído por pessoas diferentes que são responsáveis pela formação do ser humano.

Em relação aos cuidados com os filhos, podemos dizer que, tanto na família moderna como na pós-moderna, a criança continua sendo o centro de atenções da família; porém isso é concretizado por meio de uma educação diferente daquela realizada pela mulher tradicional, cujo papel era exclusivamente cuidar dos filhos e dos afazeres domésticos. A mulher, hoje, encontra-se no mercado de trabalho, auxiliando a prover os recursos financeiros para manter o bem-estar de seus membros e também exercendo sua função de mulher mãe, cuidadora e socializadora de seus filhos.

É importante ressaltar que uma das principais transformações ocorridas ao longo da história foi à incorporação da mulher no mercado de trabalho, entendida como parte integrante das estratégias familiares. A mulher, nesta dinâmica familiar, passa a ser integrada na força produtiva, porque trabalhadora, e reprodutiva como mãe. Com isso amplia-se sua escolaridade, autonomia, independência financeira, o que contribui para o aumento da composição salarial da família. Em contrapartida, observa-se o aumento do número de divórcios, expressivo declínio dos salários médios, devido ao aumento da oferta de mão-de-obra não-especializada, principalmente feminina, e o próprio surgimento da mulher como provedora exclusiva do lar (OLIVEIRA, 1997).

Para Vaitsman (1994), algumas características predominantes se fortalecem e se solidificam na família pós-moderna: a consolidação da mulher na esfera pública por meio de sua inserção no mercado de trabalho; a distinção entre o pai provedor e mãe zeladora cada vez menos acentuada; famílias dependentes de mais de um salário; porém ainda persistem as desigualdades entre homens e mulheres, como conseqüências importantes deste processo. Atualmente se observa o aumento da taxa de divórcios, o aumento da taxa de uniões sem formalidades contratuais (modelos de coabitação), maternidade e paternidade de solteiros, reprodução assistida, laços matrilineares extensos, acirramento da rede de parentesco “fictício”.

A família, no período pré-moderno, moderno e pós-moderno se situa como representação de modelos específicos pertencentes a determinados estágios da história, resultando em conquistas, avanços e reflexões sobre o impacto de tais transformações sobre o cotidiano da vida das pessoas e, conseqüentemente, na criação e educação das crianças.

Neste contexto, a família utiliza, muitas vezes, meios oferecidos pela comunidade para suprir suas necessidades e funções no processo de criar e educar suas crianças. Dentre os meios utilizados encontra-se a creche, pois esta é uma conquista obtida pela Constituição Brasileira de 1988, definida como um direito das crianças, dever do Estado e opção da família (OLIVEIRA, 2001).

4.2 A CRECHE E SEU PAPEL NA ATUALIDADE

A primeira creche surgiu na França, na aldeia de Ban de La Roche, quando um pastor de ovelhas passou a cuidar de crianças, para que as mulheres pudessem trabalhar; porém as primeiras creches estruturadas, como as conhecemos hoje, surgiram por volta de 1854, em Portugal e Nova Iorque, com os nomes de Creche São Vicente de Paulo e "Day Nurse", respectivamente (SANTANA, 1998).

De acordo com este autor no Brasil a primeira experiência de instituição de assistência às crianças foi desenvolvida pelo padre Anchieta, que trabalhou na catequização de crianças indígenas. A Igreja seguiu seu exemplo, recolhendo crianças abandonadas nas rodas dos expostos, nas Santas Casas de Misericórdia, criando-as, dando-lhes um ofício e inserindo-as no mercado de trabalho como mão-de-obra barata.

Kuhmann apud Veríssimo (2001) mostra eventos importantes relacionados ao advento das creches no Brasil. Ele aponta um artigo publicado pelo Dr. K. Vinell, médico que atendia os expostos da Santa Casa do Rio de Janeiro, em 1897, o qual define creche como "asilo para a primeira Infância" e relata que na França e nos países europeus a creche foi criada em função do trabalho feminino nas indústrias, enquanto no Brasil foi para atender os filhos das

mães trabalhadoras domésticas. Kulmann relata também que neste período se desenvolveu o setor privado da educação pré-escolar, os chamados jardins da infância, que eram direcionados para as elites, ou seja, eles tinham caráter totalmente distinto das creches/asilos, pois desenvolviam atividades pedagógicas.

De acordo com o autor acima citado, o processo de surgimento da creche determinou que ela seja vista, até hoje, como serviço de assistencialismo, com precárias condições para atender crianças pobres, enquanto para a população de maior poder aquisitivo esta instituição de atendimento infantil é conhecida como jardim da infância, escolinha, berçário, hotelzinho.

Na época em que as creches começaram a se expandir em São Paulo, houve preocupação a respeito das conseqüências negativas que a institucionalização precoce poderia trazer para o desenvolvimento infantil, destacando a necessidade de serem realizados estudos para avaliar o desempenho das creches e do perfil das crianças que nelas fossem atendidas. Estudos recentes revelam que o cuidado alternativo de boa qualidade não interfere na ligação afetiva com a mãe, tampouco prejudica o desenvolvimento da criança, embora estes estudos tenham sido realizados em creches de alto padrão de qualidade, em que os educadores tinham um pequeno número de crianças para cuidar. Sabe-se que tão ou mais importante quanto o número de crianças sob os cuidados de cada adulto é o seu preparo para esta função (KULHMANN apud VERÍSSIMO, 2001).

Para Preuss (1986), foi a partir do momento em que as mulheres de classe média e alta começaram a utilizar as creches para a socialização das crianças, que se iniciam estudos sobre o efeito das creches no comportamento infantil.

Segundo Cunha (2002), a creche foi concebida como instituição de assistência social, assumiu as funções de proteção, amparo e guarda de crianças, filhos de mães trabalhadoras, em regime semi-integral que, ao acolherem as crianças, afastando-as da rua e do trabalho servil, contribuíram para a diminuição da taxa de mortalidade infantil. Elas tinham o objetivo de beneficiar as populações mais carentes e a sociedade em geral.

Este autor afirma também que às pré-escolas foram atribuídas as funções

educativas, organizadas em instituições de caráter escolar, com funcionamento em turno parcial, regidas por professores. A concretização de objetivos comuns, tanto para as creches como para as pré-escolas, terá ainda longo caminho a ser percorrido, pois a creche busca aspectos relativos aos cuidados básicos da criança, como higiene, alimentação e sono, enquanto a pré-escola se preocupa em elaborar propostas pedagógicas educativas e articuladas aos cuidados básicos, que devem ser realizados por profissionais de educação, ou seja, professores.

A LDB prevê a gradual incorporação da educação infantil aos sistemas municipais de ensino, pois ela define as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil, onde estão incluídas propostas pedagógicas, tanto para a creche como para a pré-escola. Estas propostas devem promover práticas de educação e cuidados que possibilitem a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos, lingüísticos e sociais da criança, entendendo-se que ela é ser completo, total e indivisível (MONTENEGRO, 2001).

De acordo com o autor supracitado, a unificação das funções atribuídas à creche e à pré-escola é postura política que reflete a opinião de especialistas da comissão especial de estudos sobre educação infantil do MEC que, a partir de estudos e pesquisas produzidos na década de 80, defenderam o estabelecimento de objetivos comuns para estas duas instituições de origens tão diversas.

Para Montenegro (2001) a discussão sobre a indissociabilidade do educar e do cuidar em creches e pré-escolas terá de considerar aspectos relacionados à formação do profissional de educação infantil e às possibilidades da construção de propostas pedagógicas para esta etapa da educação, ou seja, uma pedagogia da infância.

A LDB determina que a formação mínima para o profissional de educação infantil seja a de nível médio, na modalidade normal, embora a mais desejável seja a formação de nível superior, em curso de graduação e de licenciatura plena, na área de pedagogia, e estabelece como prazo, para que os professores sejam habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço, até o ano 2007, fim da década da educação (BRASIL, 1996b).

Campos (1994) refere que os profissionais que trabalham nas creches, como monitores, educadores, auxiliares de desenvolvimento infantil, recreacionistas e outros, em sua grande maioria, são mulheres de baixa escolaridade, com salário reduzido e jornada de trabalho aumentada, das quais se espera disposição para limpar, cuidar, alimentar e evitar riscos de quedas e machucados, controlando e contendo certo número de crianças, em ações consideradas como *cuidados*. Já as que trabalham na pré-escola são chamadas de professoras, em sua maioria com formação de nível médio, possuem maiores salários e espera-se que desenvolvam atividades exclusivamente educacionais, ou seja, pedagógicas.

Para o autor acima citado, *cuidar* passa a ser de responsabilidade daquele que possui menor formação escolar, ao passo que *educar* se torna responsabilidade do profissional de maior formação.

Cunha (2002) destaca os trabalhos de Rosemberg & Campos (1997); Silva (2001); Scarpa (1998), que enfocam que a creche deve atender às necessidades da criança até seis anos, como indivíduo dotado de singularidade e inserido em uma família, sociedade e cultura; portanto os profissionais da creche devem desenvolver as funções de educar e cuidar, integrando a instituição e a família.

Conforme o autor acima citado, o Ministério da Educação, com o objetivo de estabelecer parâmetros para o currículo da educação infantil, editou, em 1998, um documento normatizador, denominado "Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil", que propõe a indissociabilidade das ações de educação e cuidado das crianças até seis anos. Neste documento se encontra a seguinte definição sobre o que se considera educar em creche e pré-escola:

[...] educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, de respeito e de confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e

conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis (BRASIL, 1998, p. 23).

Já o cuidar é entendido como:

[...] valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica procedimentos específicos. [...] Para cuidar é preciso antes de tudo estar comprometido com o outro, com sua singularidade, ser solidário com suas necessidades, confiando em suas capacidades. Disso depende a construção de um vínculo entre quem cuida e quem é cuidado (BRASIL, 1998, p. 24/25).

Embora este documento conceitue e enfatize a importância da educação e do cuidado no contexto da educação infantil, ainda é pequena a sua compreensão e aplicabilidade nas creches e nas pré-escolas de todo o país (CUNHA, 2002).

Para Coutinho (2002), o ato de cuidar depende da percepção de alguém em relação às necessidades do outro, da sua disponibilidade e do seu envolvimento com esse outro. As amarras históricas que vinculam o cuidado ao atendimento assistencial, e este, por sua vez, à educação da primeira infância, condicionam as posturas educativas e profissionais, ao dimensionar o cuidado como menos importante ou talvez até a desconsiderá-lo. Mas cuidar constitui atividade humana e está intimamente incluída na família por meio do cuidado prestado a seus membros. Este autor afirma que se vive agora um momento em que se busca ressignificar as funções da educação infantil, compreendendo que ela se ocupa de sujeitos sociais, culturais, com dimensões tanto físicas como psicológicas, que possuem opiniões, preferências e diferenças traduzidas na incorporação do binômio educar e cuidar, e do qual não se pode excluir a família. Para que isso ocorra de forma adequada e harmônica, deverá existir uma interação da creche com a família.

A Portaria nº 321/88, de 26 de maio de 1988, do Ministério da Saúde, estabelece normas para as creches, contendo definições dos padrões que devem

seguir em relação ao tamanho, localização, área construída e o quadro de funcionários. Quanto ao tamanho, considera-se de pequeno porte a creche com até 50 crianças; médio porte, de 51 a 100 crianças, e de grande porte, de 101 a 200 crianças. Quanto à área construída, recomendam-se sete metros quadrados por criança, de modo que possa contar com o seguinte elenco. 1) Unidade de administração com: *hall* de espera, sanitários para o público, secretaria, sala de coordenação, depósito de equipamentos, sala de reuniões, depósito de materiais de limpeza, auditório. 2) Unidade de apoio com: lactário, cozinha, refeitório, despensa, rouparia, almoxarifado, vestiários com sanitários e lavatório. 3) Unidade de atendimento da criança, que deve ter sala de espera com trocador de roupa se tiver berçário, salas para cada grupo de crianças, com sanitários e chuveiros (1 vaso e um lavatório para cada 6 crianças, 1 chuveiro para cada 8), sala de amamentação com lavatório, uma enfermaria para observação, contando com um leito para cada 25 crianças, um consultório para a área médica, psicopedagógica e social.

A creche também deve possuir local exterior para recreação com solário. As portas dos banheiros das crianças não podem possuir chaves, elas devem ser tipo vai-e-vem, e as janelas devem possuir telas. A creche deve dispor de uma equipe de profissionais necessários para assistir as crianças em tempo integral, sendo composta por: um coordenador e uma secretária, orientadores psicopedagógicos, auxiliares de enfermagem, auxiliares de creche, sendo um para cada cinco crianças menores de três anos e um para cada dez crianças de três a seis anos de idade, cozinheiras, auxiliares de cozinha, auxiliares de lactário, serventes e lavadeiras (SANTANA,1998).

4.3 A RELAÇÃO CRECHE/FAMÍLIA

Apesar das transformações ocorridas no papel social do homem e da mulher, ainda continua na mentalidade das pessoas a idéia de que compete somente à família o cuidado e a educação da criança. Isso se reflete na relutância por parte da família ao decidir colocar seu filho na creche (OLIVEIRA et al., 2001).

Para estes autores, o dilema é ainda maior para a mãe, visto que ela é ensinada desde pequena a valorizar a maternidade, onde deve acompanhar com zelo o crescimento e desenvolvimento de seus filhos. Devido a esta função atribuída à mulher mãe, existe sempre um sentimento de culpa, quando algo não vai bem com o bebê ou quando necessita compartilhar com outros uma função que julga ser sua.

Muitas vezes, a creche e a família travam verdadeira luta para determinar qual das duas está tendo maior competência em relação à educação e cuidados dispensados às crianças. Esta conduta é prejudicial a todos os atores envolvidos neste processo: família, educadores e principalmente a criança.

Para Oliveira et al. (2001), a abertura da creche para a participação da família significa reconhecer que ela é um dos contextos em que ocorre o desenvolvimento da criança, que deve ser compartilhado com a família. Isto implica compartilhar os sucessos e as dificuldades que se apresentam e, acima de tudo, compartilhar o processo de cuidar e educar a criança em sua etapa de vida, visando o seu crescimento e desenvolvimento saudável, formando cidadãos responsáveis pelo seu viver em sociedade.

Segundo esses autores a creche que se abre para a participação da família, como parte do planejamento e realização de suas atividades, deve desenvolver um trabalho de preparo tanto dos profissionais como das famílias. Para isso faz-se necessária uma inter-relação no cotidiano dessas duas instituições, por meio do diálogo e da cooperação mútua. Trabalhar com a participação direta da família pode parecer tarefa complexa, pois a mãe pode achar que o educador está cuidando melhor de outra criança do que de seu filho e passa a tratá-lo de forma negativa, quando, então, o educador passa a ver a mãe como pessoa ingrata. Por outro lado, pode-se tornar difícil para a família saber que o educador foi o primeiro a ver as novidades e conquistas realizadas por seu filho, como o nascimento do primeiro dentinho, a primeira palavra, o primeiro passo, o que gera sentimentos negativos como raiva, ciúme, inveja, culpa. Estes sentimentos podem estar presentes na relação família/creche, sendo necessário

saber trabalhá-los para que não gerem desentendimentos, julgamentos e grandes conflitos.

É fundamental que a educadora de creche se coloque como profissional junto à família, porquanto ambas têm funções importantes e diferentes na assistência a ser prestada à criança. A interação adequada e harmônica dos profissionais de creche e da família só beneficiará este processo, pois o bom relacionamento entre elas muito contribui para a eficácia do trabalho a ser realizado com as crianças, relacionamento no qual as dificuldades surgidas podem ser resolvidas mais facilmente, havendo maior segurança nas decisões que são tomadas em relação a elas. Educador e família estão ligados por afeto comum à criança; a creche é seu lugar de desenvolvimento.

Segundo Preuss (1986), trabalhos realizados em relação à decisão das mães que trabalham, em deixar seus filhos com babás ou na creche, revelaram vários receios exteriorizados pela mãe em relação à creche, como os seguintes: medo de separar a criança do convívio da família, privando-a de cuidados individualizados; receio de a criança contrair doenças no contato com outras crianças; temor de que o seu filho se afeiçoe mais à educadora do que à própria mãe. São problemas que também podem acontecer com a criança que está sob os cuidados da babá; porém a estreita ligação estabelecida entre mãe e babá faz com que a mãe se sinta mais segura em deixar seu filho com a babá. Isso reforça a importância do bom relacionamento entre a creche e a família para minimizar a angústia da mãe, porquanto, na medida em que a mãe conhece a creche, suas rotinas, objetivos, estrutura física e funcionários, nessa medida sente-se mais segura.

Para Hernandez & Morales (1997), a creche pode provocar diferente impacto nas famílias que dela se utilizam e isto depende do contexto cultural de cada família, ou seja, do seu estilo de vida, valores, costumes e hábitos. Para pais que foram cuidados por suas mães, deixar seus filhos na creche, aos cuidados de pessoa estranha do convívio familiar, pode tornar-se conflitivo e estressante, provocando sentimentos de culpa e abandono. Para este autor, independentemente das circunstâncias, a creche pode provocar impacto positivo

na família, desde que sejam levadas em conta a qualidade do serviço que ela oferece e a relação harmoniosa entre os pais e as pessoas que atendem a seus filhos. Isto demonstra que esta instituição deve realizar um trabalho em conjunto com a família, não querendo ser sua substituta, mas complemento. Ele enfatiza que a creche é instituição indispensável à sociedade atual; porém os estudos sobre o impacto da creche no desenvolvimento da criança ainda são insuficientes. Para que uma creche preste serviço de qualidade, ela deve respeitar as características de cada criança e criar vínculo com a família.

Gomes (1992) enfatiza a importância da ação socializadora familiar (socialização primária) para o processo de socialização escolar (socialização secundária).

Berger & Luckmann (1976) definem a socialização como ampla e consistente introdução do indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um dos seus setores. Para ele a socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta, em virtude da qual se torna membro da sociedade em que vive; e a socialização secundária é qualquer processo subsequente que introduz o indivíduo já socializado em novos setores do mundo. Neste aspecto, a socialização é um acontecimento que exige mediadores entre o mundo físico, social e a criança, ou seja, são pessoas encarregadas de educá-la e prepará-la para viver no mundo.

Só é possível compreender o adulto a partir da análise que envolve as mediações familiares, durante a infância, ou seja, é a família que insere o homem em sua classe e na sociedade (SATRE, 1960).

E, finalmente, Erickson (1976) afirma que o homem possui fases de desenvolvimento que se sucedem desde o nascimento até a idade adulta. Assim, a aprendizagem, em cada fase, é determinada por exigências culturais. Portanto os três teóricos de socialização, acima citados, admitem a importância da socialização primária como base para o bom desenvolvimento da socialização secundária, ou seja, a socialização familiar exerce influência direta na socialização escolar. Isto aponta para a importância de o sistema de educação, em especial a creche, buscar conhecer as modalidades de organização familiar predominante

nas diversas camadas sociais, bem como as características básicas da educação infantil promovida por estas famílias para dar continuidade ao processo socializador estabelecido entre família e escola.

Para Gomes (1992), a socialização refere-se ao processo de transformação do ser biológico em ser social, processo este dividido pelas ciências sociais em primário e secundário, exercido pela família e escola, respectivamente. Porém a socialização primária e a secundária formam um único processo, principalmente do ponto de vista de quem o vivencia, seja em casa, na escola, no parque, na casa de parentes e amigos, pois é o ser humano que está em processo de aprendizagem social. Atualmente o processo de socialização primária encontra-se mais complicado, uma vez que a criança é colocada em instituições como berçários e creches na idade em que gerações anteriores permaneciam em casa. Por isso a creche não pode excluir a família do processo de educação da criança, pois é a família que faz a primeira inserção da criança no mundo social e objetivo, promovendo a aprendizagem da linguagem, de hábitos, costumes, valores, padrões de comportamento e atitudes, ou seja, é a família que promove a formação das estruturas básicas da personalidade e identidade. Portanto, quanto maior a continuidade deste processo no decorrer da socialização secundária, maior será a facilidade que a criança terá para aprender novos conteúdos, novas atitudes e, principalmente, novas maneiras de *aprender a aprender*. Isto demonstra a importância da interação harmônica que deve existir entre creche e família, objeto de deste estudo.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

Escolhi para este estudo o referencial teórico de Stefanelli (1993), ou seja, a comunicação. Este autor baseou seus estudos nas teorias e princípios de Sullivan, o iniciador da teoria interpessoal em psiquiatria; nas de Ruesch com a teoria da comunicação humana e da comunicação terapêutica e nas de Peplau e Travalbee. Apesar de o trabalho de Stefanelli ser direcionado para a comunicação entre enfermeiro e paciente, seu conteúdo também pode ser aplicado a outras realidades ou grupos, considerando que a comunicação é necessidade humana básica que permeia o relacionamento entre as pessoas.

Os estudos de Stefanelli apresentam como foco central a comunicação terapêutica desenvolvida a partir do conhecimento da comunicação humana. Preocupa-se com o estabelecimento dessa comunicação com a pessoa, para que se possa compreendê-la no seu todo, em sua visão de mundo, ou seja, o modo de pensar e de agir inserido no contexto que constitui seu cenário de vida. Afirma, ainda, que só se podem identificar conflitos na pessoa com a qual nos comunicamos, se agirmos com base no significado que ela atribui aos fatos que a envolvem (STEFANELLI, 1993).

De acordo com o autor acima citado, é por meio do uso adequado da comunicação que o profissional pode estimular mudanças de atitudes e comportamentos do indivíduo. Salienta também que o atendimento das necessidades humanas básicas deste indivíduo depende, quase sempre, do tipo de comunicação que ocorre entre ele e o profissional. Outro aspecto relevante é o uso consciente que o profissional deve fazer de sua comunicação com o indivíduo, para que seus objetivos sejam alcançados. O autor apresenta uma série de estratégias para garantir o uso adequado da comunicação e como torná-la mais eficaz. Denominou esta série de estratégias, técnicas ou guias para estimular a comunicação verbal de “Técnicas de Comunicação Terapêutica”, as quais servem para nortear o caminho do enfermeiro, ou do educador, como é o caso neste estudo. Estas estratégias devem ser adaptadas a cada pessoa e situação, considerando sua cultura.

A comunicação terapêutica, para Stefanelli (1993), é a habilidade que o profissional deve possuir para utilizar seus conhecimentos de comunicação, criando estratégias para ajudar o indivíduo a lidar com experiências que lhe causem ansiedade e com situações de crise, e adaptar-se ao que não pode ser mudado, estabelecendo situações que lhe permitam atingir a auto-realização em algum grau. Neste referencial, é comprovada a importância da humanização que permeia todo o processo de comunicação. Nele se enfatiza que os profissionais, preocupados com os seres humanos, devem desenvolver meios, instrumentos, técnicas, habilidades, capacidade e competência para oferecer-lhes oportunidades para uma existência mais digna.

Corroborando a posição de Silva (1996), considero ser necessário salientar a importância da comunicação não-verbal durante o relacionamento terapêutico, pois ela facilita entender com precisão o que o cliente quer expressar quanto aos seus sentimentos, que podem ser expressos por gestos, posturas, expressões faciais, entre outros.

Para Stefanelli (1993), a comunicação é entendida como o processo de compreensão das mensagens enviadas e recebidas, que podem exercer influências no comportamento do indivíduo envolvido a longo, médio ou curto prazo. Dependendo de como se dá o processo em si, as mudanças poderão ocorrer no próprio ambiente em que ocorre a comunicação ou quando os indivíduos se encontram distantes uns dos outros, do contexto ou isolados. O autor enfatiza que o indivíduo se encontra constantemente envolvido por um campo interacional e que o profissional e o cliente saem, de cada situação em que estão, comprometidos, amadurecidos e com mais conhecimentos.

Este autor reuniu três grupamentos de comunicação terapêutica, assim denominados: *expressão*, *esclarecimento* e *validação*. O grupamento *expressão* está relacionado às estratégias ou técnicas de comunicação que estimulam a verbalização de idéias e sentimentos a respeito da experiência vivenciada pela pessoa. No *esclarecimento*, utilizam-se estratégias que podem promover a clareza do que foi expresso; na *validação*, usam-se técnicas que auxiliam os profissionais

a verificar se houve a compreensão das mensagens ocorridas durante o processo de comunicação.

Para Stefanelli (1993), a comunicação permeia todas as ações do profissional enfermeiro, ou, neste estudo, as do educador de creche. Assim, considero a comunicação de fundamental importância para o alcance dos objetivos que permeiam a relação entre a creche e a família. O autor, entretanto, não apresenta definição para o ser humano, mas considera o cliente como pessoa única, com crenças, valores e cultura própria, dotado de dimensão biológica, social e espiritual, em constante processo de interação e sofrendo influências do contexto e do campo interacional em que vive.

Mediante essas considerações, avalio ser importante à utilização das estratégias de comunicação terapêutica como eixo norteador no relacionamento estabelecido entre creche e família, bem como suportes para as educadoras e coordenadora da creche em estudo prestarem assistência de qualidade às crianças que freqüentam esta instituição, agindo de acordo com as necessidades expressas por elas e suas famílias.

6 REFERENCIAL METODOLÓGICO

Diante da questão identificada para este estudo, fundamentei-me em Leininger (1991), quanto aos conceitos de cultura e etnografia, por considerar sua pertinência e adequação ao foco central da pesquisa. Para apreensão dos dados, foram utilizadas as fases da observação participante propostas por este autor e a entrevista preconizada por Spradley (1979). Para o referencial teórico optou-se pelo da comunicação de acordo com Stefanelli (1993), conforme já anunciado.

O conceito de cultura, adotado neste estudo, é o de Leininger (1991), que inclui valores, crenças, normas de comportamento e práticas relativas ao estilo de vida que são aprendidos, compartilhados e transmitidos por um grupo específico e que orientam o pensamento, as decisões e as ações dos elementos pertencentes ao grupo.

Para Leininger (1985), a etnografia é vista como processo sistematizado de observar, detalhar, descrever, documentar e analisar o estilo de vida ou padrões de cultura ou subcultura, com a finalidade de apreender seu modo de viver, em seu ambiente natural, possibilitando uma riqueza de dados que permite a compreensão de pessoas, símbolos, rituais e padrões culturais.

De acordo com Leininger (1991), com a etnografia, o profissional de enfermagem pode descobrir e conhecer idéias desconhecidas do cuidado humano, principalmente quando se trabalha com pessoas de diferentes culturas. Existem algumas características que o pesquisador necessita adquirir para aplicar o método em tela: ser sensível, respeitar as idéias dos informantes e interpretá-las dentro do contexto cultural deles. Para o autor, a cultura é definida como os valores, crenças, normas e modos de vida de um determinado grupo, aprendidos, compartilhados e transmitidos, que orientam seu pensamento, suas decisões e suas ações de maneira padronizada; portanto a pesquisa de campo busca a compreensão do modo de vida das pessoas ou grupos, em suas próprias perspectivas.

Segundo Leininger (1985), este método deriva da tradicional observação participativa que possibilita ao pesquisador entrar no mundo dos informantes, com

o objetivo de apreender sua visão de mundo em relação à família, atitudes e estilos de vida. Em seus estudos de etnoenfermagem, o autor enfatiza a importância de estudar uma cultura sob a perspectiva "emic" e "etic". A perspectiva "emic" refere-se à maneira pela qual os próprios membros da cultura percebem seu mundo vivido e a "etic" interpreta o vivido na perspectiva de pessoas que não pertencem a esta cultura.

Para Leininger (1991), a etnografia engloba dois níveis, a mini e a maxietnografia. A minietnografia é centrada em uma área específica de inquérito, cujo foco é estritamente limitado ou selecionado e atento ao modo de vida das pessoas em seu ambiente natural. A maxietnografia compreende um estudo extenso das características gerais e singulares de uma cultura. Adotei, para este estudo, a minietnografia, por focalizar um relacionamento específico vivenciado entre a creche e a família.

De acordo com Ludke & André apud Silva (1999), o método etnográfico é tradicionalmente utilizado pelos sociólogos e antropólogos. Na atualidade, outras áreas de conhecimento começaram a utilizá-lo, entre elas a enfermagem, como resultantes da necessidade e importância da descoberta de fatos, da visão de mundo do outro e como este é vivenciado por ele em seu ambiente natural.

A etnografia envolve um trabalho de campo em que o pesquisador se aproxima das pessoas e do cenário em que vivem, mantendo com elas um contato prolongado e direto, porém sem pretender mudar o ambiente. As pessoas são observadas em seu contexto natural, o que faz com que este tipo de pesquisa seja conhecido como naturalista (Leininger, 1991). Para este autor, o período de tempo em que o pesquisador mantém contato direto com o contexto estudado pode variar desde algumas semanas, até meses e anos. Ele salienta ainda outros aspectos importantes na pesquisa etnográfica que são a descrição e a indução, ou seja, situações, pessoas, ambientes, relatos, diálogos, que são reconstruídos em forma de palavras ou transcrições literais.

Conforme Da Matta (1987), o homem é resultado do meio cultural em que é socializado, atuando de acordo com padrões culturais herdados ao longo do processo cumulativo, o qual reflete o conhecimento e a experiência adquiridos

através do tempo. Esta herança cultural é comunicada, transmitida, conscientemente elaborada e passada de geração a geração, permitindo individualizar ou tornar singular e única uma comunidade.

Segundo Silva (1999, p. 28), os estudos etnográficos se fundam nos conhecimentos da antropologia, a ciência que estuda o homem em seu ambiente natural, onde vive em interação com seus semelhantes.

Diante do exposto, considero justificada a minha opção pelo método etnográfico, para realizar o presente estudo.

6.1 A COLETA DE DADOS ETNOGRÁFICOS

Segundo Spradley (1979), a utilização do método etnográfico prevê a convivência do pesquisador com os informantes no ambiente natural do grupo em estudo, possibilitando-lhe escutar, observar e participar do seu contexto natural. No método em exame, o pesquisador é o principal instrumento para a coleta de dados, e deve aprender a selecionar os dados que possam responder às suas perguntas e encontrar a melhor forma de acesso a estes.

Neste estudo foi considerado como *Informante* a pessoa que foi entrevistada individualmente, que conseguiu expressar suas idéias em profundidade.

Participante ou respondente é a pessoa que participou de alguma forma neste estudo, mas não foi entrevistada, como alguns funcionários da creche (cozinheira e auxiliar de serviços gerais), as crianças que freqüentam a creche, todos os pais que participaram das reuniões e a diretora da creche, cujas informações constituiriam rica fonte de dados.

6.2 A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Para Leininger (1985), a observação conduz à reflexão e mostra o caminho a ser percorrido da observação para a participação e reflexão. O processo de observação, preconizado pelo autor, compreende as seguintes fases: observação;

observação com alguma participação; esta com alguma observação; e observação reflexiva.

6.3 A ENTREVISTA ETNOGRÁFICA

As entrevistas foram realizadas de acordo a proposição de Spradley (1979). Para ele a entrevista etnográfica deve ser realizada concomitantemente à observação participante, uma vez que é nesta etapa que o pesquisador observa, registra, analisa os dados e tem a possibilidade de questioná-los, aprofundando a compreensão dos fatos.

Spradley (1979) identifica elementos essenciais para a realização das entrevistas, entre eles a determinação de objetivo claro, explicações e questões etnográficas decorrentes do relacionamento com os informantes. As entrevistas devem incluir conversações informais e deliberadas e questionamentos para compreender significados culturais. As entrevistas com os informantes do grupo, bem como os participantes, forneceram informações valiosas.

Para este autor, desenvolver a entrevista etnográfica implica trabalhar com informantes que são pessoas comuns que constroem sua experiência de vida. Estas se tornam informantes à medida que cada entrevista é realizada e a informação necessária para a descoberta de dados vai surgindo por meio de questionamentos que emergem a partir de uma questão norteadora.

Spradley (1979) distingue três tipos de questões para a realização da entrevista etnográfica.

Questões descritivas. São a base da pesquisa etnográfica e, por serem usadas nas diferentes fases do estudo, possibilitam ao informante a expansão de sua explicação e ao pesquisador o conhecimento mais amplo do modo como as pessoas representam o mundo para si mesmas.

Questões estruturais. Objetivam a busca da compreensão sobre o que as pessoas fazem, como também o modo como organizam aquilo que sabem. Estas questões complementam e ampliam os dados descritivos, além de tornar viável o conhecimento da organização sistemática daquela cultura.

Questões de contraste. Têm a finalidade de comparar os dados, a fim de evidenciar as diferenças de um símbolo para outro e devem ser formuladas à medida que o pesquisador percebe diferenças no modo como os informantes descrevem os símbolos.

Neste estudo, entrevistei dois grupos de informantes; primeiro, o grupo de profissionais da creche, formado por sete pessoas, sendo uma coordenadora da creche e seis educadoras (três monitoras e três auxiliares de desenvolvimento infantil), os quais foram entrevistados em seu local de trabalho. O outro grupo foi formado por oito mães, cujos filhos freqüentam a creche. As entrevistas com as mães foram realizadas em suas residências, nos fins de semana. As entrevistas ocorreram no período de maio a setembro de 2004.

6.4 O REGISTRO DOS DADOS

Para registrar os dados deste estudo utilizei o gravador, com a finalidade de manter a fidedignidade dos dados obtidos nas entrevistas. Utilizei um caderno de notas, onde registrava minuciosamente as observações realizadas referentes às cenas, pessoas, eventos, minhas emoções, ou seja, o modo como me sentia em cada momento vivido junto ao grupo, minha visão como pessoa e a minha interpretação sobre os fatos e comportamentos observados.

6.5 A ANÁLISE DOS DADOS

De acordo com o método de análise etnográfico preconizado por Leininger (1991), o processo é composto por fases, descritas a seguir.

Coleta e documentação dos dados brutos. Esta etapa consistiu na coleta e transcrição dos dados brutos, onde se iniciou a análise dos dados relacionados ao tema, objetivo ou questões do estudo.

Identificação dos descritores e componentes. Na análise dos dados buscou-se ressaltar as similaridades e até mesmo as contradições do conteúdo das entrevistas e comportamentos observados, sem perder de vista o objetivo

proposto para o presente estudo, passando, logo após, para o levantamento minucioso dos descritores culturais.

Categorização dos elementos identificados e classificação em categorias. O pesquisador categoriza os elementos identificados e os classifica, visando compreender a situação em estudo, preservando o significado do contexto. É destacada nestas fases a exatidão dos dados, cuja obtenção ocorre pela constante verificação.

Análise contextual e de padrões. Nesta fase, os dados foram apurados para permitir a descoberta de padrões de comportamento, significados estruturais e análise contextual. Na busca de padrões recorrentes, o pesquisador examina as interpretações, componentes ou categorias de dados, e busca saturações, consistência e credibilidade de dados.

Temas, achados relevantes e formulações teóricas. Esta é a fase de análise e síntese dos dados. Exige muita reflexão para a formulação de modelo e a análise criativa dos dados. O pesquisador faz a abstração dos temas, podendo fazer formulações teóricas e recomendações.

Em pesquisa qualitativa, a análise dos dados só se conclui quando os dados fornecerem garantia de que o fenômeno estudado foi compreendido, ou seja, quando houver saturação dos dados. Neste estudo, as entrevistas foram realizadas com os profissionais da creche e com as famílias, até se conseguir obter a saturação dos dados. Isto ocorreu por volta da oitava entrevista que realizei com as mães e, quanto aos profissionais da creche, optei por entrevistar todos os educadores que atuam diretamente com as crianças, incluindo a coordenadora.

6.6 CRITÉRIOS DE RIGOR

De acordo com Leininger (1991), existem alguns princípios que dão legitimidade à pesquisa qualitativa; são eles: credibilidade, confirmabilidade, significado no contexto, padronização recorrente, saturação e transferibilidade.

Credibilidade: Procura realçar e evidenciar os caminhos que foram percorridos para a coleta de dados.

Confirmabilidade. É válida quando as pessoas que pertencem ao grupo se percebem nos descritores da cultura e quando há a concordância destas pessoas a respeito da relevância ou significado dos dados.

Significado no contexto. É o respeito dado ao significado do relato dos informantes.

Padronização recorrente. Refere-se ao padrão de comportamento do grupo pesquisado.

Saturação. Diz respeito à repetição dos dados coletados, observada pelo pesquisador, após vasta exploração do contexto.

Transferibilidade. Ocorre quando os resultados das descobertas podem ser aplicados a outros grupos.

6.7 QUESTÕES ÉTICAS

O Conselho Nacional de Saúde, pela Resolução nº 196/96, publicada no Diário Oficial da União de 10/10/96, institui as normas de pesquisa que envolve seres humanos, as quais foram obedecidas neste estudo (BRASIL, 1996a).

Todos os componentes da amostra foram esclarecidos, antes da coleta de dados sobre o objetivo do estudo, como seria desenvolvido, a questão do anonimato e seu direito de participar ou não, de retirar-se em qualquer uma de suas etapas, e o destino dos dados. Foi obtida permissão para gravar as entrevistas. Após os esclarecimentos, os informantes que aceitaram participar deste estudo assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido.

Este projeto foi submetido à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Paraná, em julho de 2004 e autorizado pela SMAS do município de Foz do Iguaçu.

7 PERCORRENDO O CAMINHO METODOLÓGICO

Descrever o caminho percorrido para a realização deste estudo não é fácil tarefa, pois exige que o pesquisador encontre a melhor forma de apresentar o processo, desde seu início até a obtenção dos resultados, facilitando a compreensão de cada etapa metodológica desenvolvida. De início, portanto, descreve-se o contexto onde foi realizada a pesquisa.

Optei por realizar a descrição de cada fase da observação participante, associando ao relato a minha vivência, por considerar que isto pode evitar repetições e, ao mesmo tempo, pode exemplificar cada uma das fases com relato do modo como vivenciei o desenvolvimento das etapas da pesquisa.

7.1 CENÁRIO CULTURAL

O Centro de Educação Infantil em que foi realizado este estudo está localizado em área de risco do município de Foz do Iguaçu, devido a tratar-se de local de invasão, que apresenta precária infra-estrutura em relação ao saneamento básico, abastecimento de água, luz, entre outros (Foz do Iguaçu, 2003). O centro atende 78 crianças em idade de três a seis anos, sendo distribuídas em grupos, inseridas em Jardim I, II e III. Dispõe de estrutura física de porte médio, com três pequenas salas de aula, com boa iluminação, ventilação regular e piso de lajota. Uma destas salas não possui mesas nem cadeiras para as crianças desenvolverem suas atividades; outra sala possui bancos, mas não tem mesas, razão por que as crianças realizam as atividades pedagógicas em cima do banco, ajoelhadas no chão; somente a sala do Jardim III possui banquinhos e mesinhas. Há também uma sala para a coordenação, onde ficam os arquivos com as fichas cadastrais das crianças e uns armários velhos que funcionam como minidepósito. Existem dois banheiros destinados às crianças e aos funcionários (feminino e masculino), bem como um refeitório que fica acoplado à cozinha, sendo todas as dependências ligadas a um pátio coberto.

Em redor do centro há um amplo espaço, gramado e cercado com tela, onde, nos fundos, se observa pequena sala que está sendo reformada, para que as crianças desenvolvam atividades de artesanato; também há um parquinho com balanço e gangorra e ainda uma horta que deverá ser cultivada pelos funcionários.

O quadro de funcionários é composto por uma coordenadora; três monitoras, que são as titulares das salas; três auxiliares de desenvolvimento infantil, que ajudam as monitoras; duas faxineiras; e uma cozinheira.

O município de Foz do Iguaçu, segundo o IBGE (2003), tem uma população estimada de 272.939, sendo 1% moradores da zona rural, e 56% possui renda familiar de até três salários mínimos. Sua principal renda econômica é o turismo nacional e internacional, pois o município é conhecido principalmente por possuir uma das mais lindas belezas naturais do mundo, as Cataratas do Iguaçu, e uma das sete maravilhas da engenharia moderna: Usina Binacional de Itaipu. Conforme dados da Secretaria Municipal da Fazenda de Foz do Iguaçu, 29% da receita orçamentária do município provém de sua própria economia; 20% é obtido dos royalties da Usina Binacional de Itaipu; e o restante, de transferência de orçamentos do Estado e da União (FOZ DO IGUAÇU, 2003).

O município teve um aumento populacional em torno de 100 mil habitantes que ocorreu no período da construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu (no fim dos anos 70 e início dos anos 80), ocasionado pela busca de trabalho. Com o término desta obra (a usina foi inaugurada em 1982), essas pessoas ficaram desempregadas e optaram por buscar sua subsistência na economia informal do município. A maioria dos migrantes, sem formação específica e com baixa escolaridade, contribuiu para o crescimento desordenado da cidade, que atualmente apresenta más condições de infra-estrutura e de saneamento básico. Esses imigrantes também foram responsáveis pelo surgimento de áreas de invasões (favelas), contribuindo com o aumento dos bolsões de pobreza (FOZ DO IGUAÇU, 2003).

Na tentativa de minimizar os problemas socioeconômicos, decorrentes deste contexto, foram criados nestes locais alguns serviços essenciais, como creches, escolas e unidades de saúde.

Em relação à educação infantil, contamos com uma população de 5.357 crianças na faixa etária de zero a seis anos de idade, representando 5,8% da população. O município possui 29 creches mantidas pela prefeitura e 33 pela iniciativa privada. As creches são denominadas de “Centro de Educação Infantil” (CEI). (FOZ DO IGUAÇU, 2003).

De acordo com informações fornecidas pela diretora municipal das creches a sua criação proporcionalmente ao aumento demográfico, a princípio sob a tutela exclusiva da Secretaria Municipal da Criança (SMC), fato este relevante, pois havia preocupação em oferecer atendimento de qualidade às crianças, tendo como idéia inicial a substituição do lar, pela creche. As creches possuíam características assistencialistas, próprias do seu histórico; porém cabe salientar, que devido ao número ainda reduzido de creches, neste período havia programas de capacitação para os profissionais envolvidos, os quais eram voltados ao cuidado da criança e eram realizados através da co-participação entre as Secretarias municipais da Criança (SMC) e da Saúde (SMS). A qualificação e desempenho dos profissionais eram favorecidos pelo fato de todos terem carteira de trabalho assinada; eram admitidos por meio de concurso público, havendo pouca rotatividade e sólido vínculo com a instituição e a comunidade.

Com a implantação da LDB, este panorama das creches foi totalmente modificado. De acordo com o estabelecido nesta lei, as creches passam a ser consideradas como o primeiro nível da educação infantil e devem estar ligadas ou serem de responsabilidade da Secretaria Municipal da Educação (SME), porquanto elas devem estar integradas num contexto pedagógico (BRASIL, 1996b).

Em Foz do Iguaçu, as creches não passaram a pertencer a SME, porque tiveram de adequar-se à lei. Neste processo as antigas atendentes de creche, que possuíam formação de magistério, foram remanejadas para a SME, para complementarem o quadro de professores do ensino fundamental. A SMC passou a agregar outros serviços, e a se chamar Secretaria municipal da Ação Social (SMAS), respondendo administrativamente pelas creches e contando com apoio

pedagógico da SME, com supervisão realizada por um profissional pedagogo (FOZ DO IGUAÇU, 2003).

Foi neste contexto que realizei a coleta de dados, após autorização da SMAS, responsável pelas creches. Nesta ocasião, a diretora responsável pelas creches indicou-me esta instituição para realizar este estudo, relatando que ela era a única creche do município que possuía coordenadora com formação superior em pedagogia.

7.2 FASES DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

De acordo com Leininger (1985), a observação participante, como estratégia de pesquisa, deve realizar-se simultaneamente com a análise documental, entrevista, participação, observação direta e introspecção. Compreende um processo que acontece em fases explicitadas em seguida.

Fase I. Observação. Nesta fase o pesquisador observa e ouve o que acontece à sua volta, de forma que possa obter ampla visão da situação, iniciando gradativamente uma observação detalhada.

Na minha primeira visita a creche, cheguei às 8h30, e encontrei a coordenadora esperando-me no portão, devido ao contato estabelecido previamente. Expliquei-lhe detalhadamente o objetivo da pesquisa e ela apresentou-me às educadoras e às crianças. A primeira porta que ela abriu estava identificada como Jardim II. Era sala pequena de forma retangular, com piso de lajota, onde as crianças se encontravam sentadas no chão, pois não havia cadeiras nem mesas, somente a escrivaninha da professora. Questionei a ausência das cadeirinhas e mesinhas. A coordenadora me respondeu que as retirou, porque as crianças as arrastavam, provocando muito barulho e bagunça e que tinha mandado confeccionar bancos para substituí-las, que ainda não haviam chegado.

Sempre acompanhada pela coordenadora, entramos na sala do Jardim I, que era do mesmo tamanho e formato da anterior; porém as crianças estavam sentadas em bancos, distribuídos ao lado das paredes, formando um U. Havia um

tapete vermelho felpudo no centro da sala, sobre o qual estava a escrivaninha das educadoras. Após cumprimentá-los, a educadora mostrou-me um casal de crianças, dizendo tratar-se de trigêmeos, mas que um havia faltado por estar resfriado; foi quando percebi que a maioria das crianças estava com coriza.

Finalmente conheci o Jardim III. Ao dizer bom dia às crianças, elas responderam-me cantando uma música que iniciava assim: *Bom dia, minha amiga, como vai...?*

Após ser apresentada à equipe de educadoras e às crianças, ela levou-me até sua sala, que também é utilizada como secretaria e depósito, para mostrar-me a sua monografia. Neste momento fomos interrompidas pela monitora do Jardim III, que veio perguntar por que foi permitida a entrada de uma criança naquele horário (9h30). Ela respondeu: *Eu tinha autorizado a mãe a vir, porque ela estava com a criança no posto de saúde fazendo puericultura. A criança era um menino de seis anos, magro, e chegou todo sujo de barro. Sua mãe tinha nos braços um bebê e puxava pela mão outra criança de aproximadamente dois anos. Ela explicou: Ele veio se jogando pelas poças de lama, não queria vir para a creche. A mãe relatou que ele reclamou da hora do sono, pois em casa ele não é acostumado a dormir neste horário. Ele disse que há um menino que bate nele todos os dia.* Esta cena tocou-me profundamente, pois eram visíveis o pânico e medo expresso no olhar da criança. Naquele momento, a minha vontade foi a de dizer à mãe que o levasse de volta para casa e ficasse com ele; mas contive-me, percebendo que este não era o meu papel.

Após esta ocorrência, fiz uma breve reunião com os funcionários para esclarecer o objetivo da minha presença no local, como seria desenvolvido o trabalho, seus aspectos éticos, ou seja, que a participação seria livre e que eles poderiam sair do processo quando desejassem, que suas informações seriam usadas para a construção do conhecimento, e que seria mantido o anonimato. Àqueles que aceitaram participar, solicitei a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido. A reunião aconteceu em dois momentos, para que as educadoras pudessem revezar-se no atendimento às crianças em sala de aula.

Posteriormente, participei de reunião realizada pela coordenadora, onde os pais foram convocados para solicitação de apoio para a realização de uma festa. Nesta ocasião, a coordenadora apresentou-me e eu pude explicar-lhes o meu trabalho, como seria desenvolvido, seu aspecto ético, e solicitar sua participação e assinatura do consentimento livre e esclarecido.

Após a obtenção do consentimento livre e esclarecido dos informantes deste estudo, iniciei a primeira fase da coleta de dados, onde inicialmente procurei observar atentamente o cenário, referente à estrutura física; o comportamento das educadoras, das crianças e da coordenadora; as rotinas da creche, o relacionamento estabelecido entre os membros da equipe; a comunicação verbal e não-verbal estabelecida entre as educadoras, crianças, famílias e possíveis conflitos decorridos deste contexto.

Inicialmente, realizei minhas visitas à creche, procurando revezar horários e dias para poder observar em diferentes momentos o cotidiano vivido pelas crianças, famílias e funcionários da creche em seu cenário natural. Nas quatro primeiras semanas permaneci observando. Observei durante dias a entrada e a saída das crianças, suas rotinas, o trabalho desenvolvido pela equipe e seu relacionamento com a família. Neste processo, alguns pais demonstraram curiosidade a respeito da minha presença, procurando esclarecimento com a coordenadora, fato este compreensível, uma vez que o contato com eles foi superficial, manifesto apenas na reunião e na entrada e saída das crianças. Ao meu ver, esta foi à etapa mais difícil da coleta de dados, pois o meu ímpeto era integrar-me à equipe e interagir com todos, participando das atividades. Nesta etapa observei, detalhadamente, as atividades desenvolvidas pelos profissionais da creche e a forma de relacionamento estabelecida com as famílias, descritas a seguir.

A reunião com os pais

Neste dia fui à creche de manhã e à tarde, pois pretendia participar da reunião e interagir com os pais. De manhã, cheguei em torno das 10 horas. As

crianças estavam no pátio, ensaiando a quadrilha para apresentação no dia da festa junina. Percebi que o ensaio se dava por meio de muitos gritos para os que fugiam da fila ou não seguiam as orientações da monitora. Ela dizia para as crianças: *Aprendam direito a dança para não fazer feio diante dos pais.*

Voltei às 17 horas, pois a reunião estava marcada para as 17h30. As educadoras permaneciam na sala com as crianças para que os pais ficassem livres para participar da reunião. A sala do Jardim III foi preparada com os bancos para receber os participantes que foram chegando gradativamente. Às 18 horas a sala estava cheia, eu estava sozinha na sala com os pais, aguardando a chegada da coordenadora. Do lado de fora, havia muitos choros, pois as crianças viam os familiares e queriam ficar com eles. Alguns mais espertinhos escapavam do cerco das educadoras e adentravam na sala, corriam para os braços das mães, não sendo possível separá-los.

Um episódio marcou a todos os que se encontravam no recinto. Um menino de aproximadamente 4 anos abriu a porta com os pés, pois encontrava-se deitado no chão. Ao ver tanta gente espantou-se e perguntou-me: *O que todos estes estão fazendo aí?* Respondi que se tratava dos pais que vieram saber sobre os filhos e ele respondeu em tom de alívio, *Ihhh, eu não tenho pai, nem mãe.* Prontamente entendi que se tratava de uma das crianças da *casa lar* e percebi um sentimento de piedade e compaixão em todos os presentes.

Às 18 horas a coordenadora iniciou a reunião, dizendo que ainda faltavam alguns pais, apesar de ter mudado o horário da reunião, atendendo à solicitação deles.

Lembrou aos pais que estava montando uma sala, onde as crianças aprenderiam artesanato, que mandou construir bancos, porque não queria ver as crianças sentadas no chão, falou da horta e da calçada que ela construiu sozinha e que nenhum pai veio ajudá-la e a respeito da rua que a prefeitura estava calçando. Depois disso falou sobre piolho, que considerava coisa séria para a creche e que algumas mães haviam reclamado, porque ela fez inspeção na cabeça das crianças. Neste momento, para a minha surpresa, fui introduzida em seu discurso, pois afirmou que este era o motivo da minha presença ali, que eu

era enfermeira e iria orientar as mães sobre as conseqüências do piolho, passando-me a palavra.

Apresentei-me. Esclareci o real motivo da minha presença, que era a coleta de dados para a minha dissertação do Curso de Mestrado. Expliquei-lhes o desenvolvimento do trabalho e os seus aspectos éticos, solicitando-lhes permissão para visitá-los em suas casas para poder realizar a entrevista. Em seguida abordei o tema proposto pela coordenadora. Iniciei dizendo que sou mãe e que também passo pelas mesmas dificuldades em relação ao piolho. Esclareci a respeito da prevenção e tratamento de pediculose. Após, a coordenadora retomou a palavra para pedir apoio aos pais para a festa junina e encerrar a reunião.

A recreação com as crianças

O portão estava trancado, a coordenadora veio abri-lo, permitindo que as crianças fossem conduzidas ao pátio. Ouvia-se música infantil tocando bem alto, a qual vinha misturada com os gritos das crianças.

As crianças estavam soltas no pátio, na frente da creche, correndo livremente e as professoras sentadas observavam passivamente, interpelando-as, em tom de voz alto, somente nos momentos em que a situação apresentava algum tipo de risco como: cair, brigar, ou usar áreas não permitidas, conforme se fala a seguir.

_ *Desce daí, que você se machuca.*

_ *Não bata nele; não vá aí.*

_ *Fique mais para cá.*

Algumas crianças, ao me verem, correram ao meu encontro. Outras, como eu estava de jaleco branco, assustaram-se, queriam saber se eu iria fazer injeção. Foi aí que se aproximou um menino aparentemente tímido e disse: *Eu não briguei, você não vai fazer injeção em mim, vai?* Foi preciso abrir minha maleta e mostrar que eu só tinha caderno e caneta, para que eles me cercassem e demonstrassem alegria e alívio.

O pátio é muito extenso, um quarteirão cercado por tela e gramado, onde aos fundos se localiza um parquinho, não utilizado pelas crianças, porque durante a recreação as educadoras permanecem sentadas em uma mureta em frente à creche, de onde podem observar as crianças; no parquinho não existe banco.

As educadoras aproveitam este momento de lazer das crianças para relaxarem e conversarem informalmente, não interagindo com as crianças nem interferindo nas suas brincadeiras. Em alguns momentos, as crianças buscam interação com as educadoras, procurando chamar sua atenção para o que estão fazendo. Isto ocorreu quando uma criança chegou para educadora e disse: - *Olha, tia, o que eu consigo fazer* (criança pulando obstáculo). Sem olhar para a criança, respondeu: *Que bonito*. Durante os períodos de recreação as educadoras conversam entre si e cada uma é responsável por sua turma.

Após observar as crianças brincando, fui ao portão ver como acontecia a entrega delas as mães ou outro membro da família.

A saída das crianças

Sentei ao lado do portão e observei que, quando o responsável pela criança chegava para buscá-la, a coordenadora falava o nome para a educadora, que solicitava à criança pegar a mochila com seus pertences e ir ao encontro da pessoa responsável por ela. Neste espaço de tempo, muitas crianças me rodearam e um menino sentou-se no meu colo e começou acariciar meu cabelo. Ele ficou assim até a hora em que seu irmão, de sete anos, veio buscá-lo. Perguntei à coordenadora se não era arriscado deixá-lo ir embora só com o irmão. Ela respondeu-me que só estava liberando porque sabia que eles moravam perto, a duas quadras da creche. Ela contou-me, que a mãe desses meninos os abandonou, sendo que ambos ficaram com o pai.

Existe uma diversidade de indivíduos encarregados de buscarem as crianças na creche: mãe, pai, avós, vizinhos, irmãos, colega de serviço dos pais, primos e tios, utilizando como meio de transporte bicicletas, carros, motos. Algumas crianças, entretanto, utilizam o transporte escolar e outras, que moram

próximas, vão a pé. Tanto no período da manhã como no da tarde é perceptível a pressa dos responsáveis pelas crianças. Pela manhã, eles alegam estar preocupados em não se atrasar para o trabalho e, à tarde, estão cansados, não interagindo com os profissionais da creche.

Durante o tempo em que permaneci no portão, observando a entrega das crianças, a coordenadora contou-me que no início do ano ela fez uma reunião e estabeleceu, junto aos pais, o horário máximo para receber e entregar as crianças, sendo que o horário da chegada da criança na creche seria até 7h45 e o da saída às 18h30. O horário da chegada estabelecido deve-se ao fato de as crianças tomarem café das 8 às 9 horas e neste horário só ter uma educadora em cada sala, pois elas alternam os horários de entrada e saída, ou seja, quem chega primeiro na creche sai mais cedo e as demais ficam até o final do expediente. Se a criança chegar atrasada, a educadora tem de se ausentar da sala para servir-lhe o café e os demais ficam sozinhos. A coordenadora relatou também que a coordenadora anterior era muito boazinha e que os pais estavam acostumados a se atrasar para entregar as crianças e que ela estava tendo dificuldade para fazê-los cumprir o horário. Para esta profissional ensinar a cumprir horário significa passar *valores* para os pais. Ela também relatou que já houve reclamações sobre o horário estabelecido.

Ela disse que faz questão de receber e entregar as crianças, afirmando que está sempre de bom humor para enfrentar a adversidade expressa nas feições de alguns pais e que nunca discute com eles.

Manhã na creche

Cheguei à creche às 7h20 e fiquei observando a entrada das crianças. A maioria dos pais chega com muita pressa, deixam a criança no portão e a coordenadora os encaminha até suas salas. Neste dia observei que apenas três mães fizeram questão de entregar as crianças na sala, e que, apesar de já estarmos no meio do ano letivo, muitas crianças ainda choravam, quando os pais as deixavam no portão.

Às 7h45 o portão foi fechado e eu fui acompanhar o desjejum das crianças. Inicialmente é servido o café da manhã para as crianças dos jardins I e II. Para isso a cozinheira coloca no balcão as canecas, um jarro de chá de erva-cidreira e uma bacia de pão com margarina e a educadora serve as crianças de um em um. Cada criança era servida com uma caneca de chá e meio pão francês. Enquanto as crianças comiam, uma das informantes comentou que chamou um pai para conversar, porque seu filho a desrespeitou, disse que o pai lhe agradeceu por comunicá-lo, dizendo: *Eu prefiro castigar agora a ver virar bandido..., se virar bandido vai ser por conta dele, porque eu sempre corrijo*. Ele solicitou que ela não comentasse o ocorrido para sua esposa, por que: *Ela sempre passa a mão na cabeça dele*. Enquanto a educadora relatava o ocorrido às suas colegas, observei que esta criança ouvia atentamente o relato, abaixando a cabeça e parando de comer. Todas as outras educadoras apoiaram a reação do pai.

Antes de iniciar a refeição, as crianças rezam e durante este horário elas não podem sair do lugar e, se saírem, são advertidas em tom de voz alto. Após terminarem de comer saem em fila, uma segurando no ombro da outra. Uma das informantes disse que exige a fila, porque assim já vão construindo valores, aprendendo a respeitar filas, como as do banco, mercado, posto de saúde.

As crianças órfãs

Nesta fase do trabalho já me havia inserido no cotidiano das crianças. Então aproveitei este momento para explorar, com as educadoras, um pouco mais a vida daquelas crianças que ficavam o tempo todo ao meu redor, chamavam-me de enfermeira, pegavam meu relógio, tiravam meu anel, queriam tirar meu brinco, carregavam a minha mala, alegraram-se sobremaneira, quando descobriram que meu celular tirava fotos, induzindo-me a realizar uma sessão com eles. Ao conversar com as educadoras, uma delas comentou que cinco daquelas crianças que estavam sempre ao meu redor eram da *casa lar* (orfanato). Entre elas havia um garotinho de três anos, que me impressionou muito, pois ele sempre me

recepcionava com muitos abraços e beijos e pedia colo. Eu retribuía seus carinhos e lhe dedicava alguns minutos de atenção, dando-lhe colo.

O sono

Chegou o momento de observar a hora do *soninho*, como é denominado na creche. Ele ocorre logo após o almoço, ou seja, as crianças terminam de almoçar e vão em fila para o banheiro, com a escova de dentes nas mãos. A educadora fica na porta do banheiro, colocando a pasta nas escovas e as crianças vão entrando, em grupos de três, de acordo com o número de pias disponíveis. As escovações são realizadas de forma rápida e precária, sem orientação e supervisão. Enquanto isso, outra educadora fica na sala, preparando os colchonetes, fechando as janelas e cortinas para que as crianças, ao acabarem de escovar os dentes, retornem à sala e possam deitar-se. Elas não devem fazer barulho ou ruído, por menor que seja, e se o fizerem serão advertidas. As menores, pertencentes ao Jardim I e II, logo após mais ou menos meia hora já estão praticamente todas dormindo. Já as crianças do jardim III, que são maiores, com idade em torno de cinco a seis anos, viram-se de um lado para o outro, sentam, deitam e, apesar da penumbra da sala, não conseguem dormir, mas devem continuar deitadas, pois neste horário as educadoras se revezam para almoçar.

Cansaço das educadoras

Voltei à creche no final da tarde para observar o término das atividades cotidianas das crianças e educadoras, chegando lá às 16h30. Neste dia, o que mais me chamou a atenção foi que as educadoras falavam em tom de voz alto com as crianças, tentando contê-las, porém nada adiantava. Percebi que elas ignoravam os gritos como se tivessem criado um mecanismo de defesa, algumas subiam nas telas que servem de muro, outras subiam e pulavam o portão, ou atracavam-se umas com as outras.

As duas educadoras que permaneceram até o final do expediente comentaram que a monitora do Jardim III chorou durante o horário do sono, pois não conseguiu conter as crianças que se recusavam a dormir. Elas mostravam-se solidárias com a colega, afirmando que era muito cansativo uma jornada de trabalho de oito horas atuando com as crianças. Quando saiu a última criança, eram 6h40, já estava escuro. Somente duas delas moram no bairro, não necessitando de transporte. As outras utilizam transporte coletivo. Uma delas tem um filho de quatro anos na creche, e faz o trajeto em uma hora, de ônibus, até chegar à sua residência.

Após ter observado o cotidiano da creche, à medida que os funcionários, as crianças e os pais se acostumavam, gradativamente, com a minha presença, fui passando para a próxima fase.

Fase II. Observação e participação. A observação continua predominando, sendo o objetivo principal da atenção, mas ocorrendo alguma participação. Nesta fase, o pesquisador passa a interagir com as pessoas, porém continua observando e registrando os fatos.

Nesta fase sentia-me à vontade, pois a primeira barreira já tinha sido transposta, visto que as educadoras e as crianças já estavam familiarizadas com minha presença, bem como os pais. Passei, então, a participar das atividades da creche, entregando e recebendo as crianças, auxiliando na alimentação, recreação e higiene. Nesta etapa, meu objetivo principal continuou sendo a observação, porém devia também aprofundar o entrosamento com as mães e com as educadoras. Isto foi realizado por meio de conversas com as educadoras, principalmente no período da tarde, quando as crianças brincavam no pátio e elas ficavam liberadas para conversas informais. Estes encontros possibilitaram maior participação e interação no cotidiano da instituição. Em relação às mães, procurei maior interação por meio da reunião e de conversas informais durante suas presenças no portão.

Fase III. Participação com alguma observação. A partir do momento em que o pesquisador passa para uma participação mais ativa, a observação tende a diminuir. Neste momento do estudo, procurei inserir-me na equipe, interagindo e

vivenciando o cotidiano da instituição, porquanto, de acordo com Leininger (1991), nesta etapa o observador passa a participar ativamente, apreendendo, sentindo e vivenciando as experiências, buscando a interação com as crianças, educadoras e famílias. Particpei mais ativamente, mediante a minha inserção na equipe, quando pude realizar algumas tarefas e observar a ação e reação dos informantes deste estudo.

Conhecendo a realidade do cotidiano da creche, contando com a compreensão e colaboração de todos, funcionários e família, senti-me segura para iniciar as entrevistas. Para realizar esta etapa utilizei o questionamento etnográfico preconizado por Spradley (1980) e Leininger (1985), o que inclui conversações informais, deliberadas e questionamentos para levantar os significados culturais.

Fase IV. Observação reflexiva. A última etapa proposta por Leininger (1985) consiste na observação reflexiva, que compreende a análise das reações provocadas por minha presença no ambiente pesquisado. Segundo a autora, esta fase constitui-se num *olhar para trás*, analisando o que aconteceu, recapitulando o processo da pesquisa.

Percebi que a minha presença, de alguma forma, influenciou os profissionais, bem como as famílias entrevistadas, o que foi observado por meio das indagações e interesse demonstrados após a realização das entrevistas.

Foi observada também a satisfação demonstrada pela maioria dos componentes da equipe, em relação à presença de um profissional da área da saúde, que estava agindo e interagindo com eles, em seu universo laboral. Inicialmente pude perceber que a expectativa da equipe era que fosse desenvolvido um trabalho assistencial de suporte aos educadores sobre as questões de saúde, visão que aos poucos foi sendo esclarecida e modificada.

Em relação às famílias, as visitas provocaram reações positivas, porque elas se sentiram valorizadas, vinculando, indiretamente, a minha presença em suas casas à creche.

Nesta etapa eu visitei a creche com menor frequência, procurando verificar novos dados a serem coletados, e validar os dados encontrados, explorando a necessidade de obter novas informações que viessem a contribuir com o estudo.

Através das leituras e releituras dos dados obtidos pude perceber que havia chegado à sua saturação.

7.3 APRESENTAÇÃO DOS INFORMANTES

Os informantes deste estudo estão apresentados em dois grupos, sendo primeiro o grupo de profissionais da creche, e o outro sendo formado por oito mães, cujos filhos freqüentam esta instituição.

Iniciaremos apresentando os profissionais da creche e, posteriormente, as mães. Os membros da equipe de profissionais que atuam na creche, que participaram deste estudo, foram identificados por meio de cores, segundo sua função, sendo Vermelho, Vermelho Claro e Vermelho Escuro para as monitoras dos Jardins I, II e III, respectivamente; Verde, Verde Claro e Verde Escuro para as auxiliares dos Jardins I, II e III; e Azul para a coordenadora, conforme descrição a seguir.

Vermelho. Ela tem 22 anos, casada, possui formação de magistério, atua na creche há três anos, há quatro meses trabalhando nesta instituição, tem um filho de quatro anos que freqüenta o Jardim II, salário de 340 reais, renda familiar de 800 reais.

Vermelho Claro. Ela tem 22 anos, casada, com formação de magistério, atua na creche há cinco anos, tem uma filha de três anos que freqüenta a creche, salário de 340 reais, renda familiar de 700 reais.

Vermelho Escuro. Ela tem 23 anos, solteira, cursando o último ano do curso de letras, atua na creche há seis meses, salário de 340 reais, renda familiar mil reais.

Verde. Ela tem 20 anos, solteira, cursando o 2º ano de pedagogia, atua na creche há dois meses, salário de 300 reais, renda familiar de 900 reais.

Verde Claro. Ela tem 23 anos, solteira, possui formação de magistério, atua na creche há dois meses, salário de 300 reais, renda familiar de 550 reais.

Verde Escuro. Ela tem 21 anos, casada, possui formação de magistério, atua na creche há dois meses, tem um filho de cinco meses, salário de 300 reais, renda familiar de 550 reais.

Azul. Ela tem 37 anos, solteira, especialista em pedagogia, cursando 2º ano do curso de direito, atua na creche há cinco meses, salário de 550 reais, renda familiar de 1200 reais.

O grupo familiar, integrado por oito mães, foi identificado com nomes de flores, conforme se apresenta a seguir.

Margarida. Ela tem 37 anos, casada, possui ensino fundamental, doméstica, renda familiar de um salário mínimo, quatro filhos, um freqüenta a creche no Jardim I.

Rosa. Ela tem 25 anos, casada, possui ensino fundamental incompleto, doméstica, renda familiar de 550 reais; tem um filho no Jardim II.

Violeta. Ela tem 26 anos, separada, possui ensino médio, operadora de caixa de supermercado, renda familiar de 800 reais, duas filhas, uma no Jardim II.

Tulipa. Ela tem 28 anos, casada, possui ensino fundamental incompleto, doméstica, renda familiar de 300 reais, três filhos, na creche, um em cada Jardim.

Jasmim. Ela tem 27 anos, casada, possui ensino médio, recepcionista de hotel, renda familiar de 1000 reais, uma filha de três anos, no Jardim I.

Begônia. Ela tem 35 anos, casada, possui ensino fundamental, faxineira, renda familiar de 600 reais, dois filhos, um freqüenta a creche, no Jardim III.

Orquídea. Ela tem 29 anos, casada, possui ensino fundamental incompleto, doméstica, renda familiar de 700 reais, três filhos, dois na creche, no Jardim I e II.

Hortênsia. Ela tem 33 anos, casada, possui ensino médio, balconista, renda familiar de 1000 reais, três filhos, dois na creche, Jardim I e Jardim III.

8. APRESENTAÇÃO DOS DESCRITORES CULTURAIS

Os descritores culturais (DC) são apresentados conforme preconiza Leininger (1991). Eles emergiram das falas dos informantes, ou seja, das educadoras e coordenadora que atuam na creche e dos representantes das famílias, cujos filhos a freqüentam. Houve a necessidade de apresentá-los em dois agrupamentos: um relativo às educadoras e coordenadora; e outro relativo às famílias. A análise dos dados obtidos junto à equipe de profissionais que atuam na creche nos possibilitou construir cinco descritores culturais:

Percepção da creche pelos profissionais.

O trabalho das pessoas da equipe e perspectivas da profissão.

Atribuição de significado ao ato de cuidar e educar.

Falta de relacionamento com a família.

Participação da família na creche.

Em relação às famílias que utilizam a creche, a análise dos dados forneceu-nos seis descritores culturais:

Utilização da creche por falta de opção.

Desconhecimento da rotina da criança na creche.

Expectativas em relação à creche.

Falta de relacionamento com as educadoras.

Participação na creche gerando insatisfação.

8.1 DESCRITORES CULTURAIS DOS PROFISSIONAIS DA CRECHE

Os dados fornecidos pelos profissionais da creche nos possibilitaram construir esses descritores que retratam a experiência vivida por esses informantes e sua interação com as crianças e suas famílias. Eles vêm explicitados em seguida.

Percepção da creche pelos profissionais

No estudo, a percepção de creche difere de um profissional para outro. Em alguns momentos as respostas são ambíguas, denotando-se mais de uma concepção expressa pelo mesmo profissional. A maioria dos informantes refere-se à creche como recurso para famílias pobres, como instrumento utilizado pelas famílias trabalhadoras, de baixa renda, que não possuem recursos para proporcionar outras formas de cuidado a seus filhos.

É a melhor opção porque não precisa pagar, e a maioria dos pais não pode pagar (Vermelho).

Eu acho um bom local para os pais que precisam trabalhar e não podem pagar (Verde).

Muitos pais não têm onde deixar os filhos para trabalhar, porque não podem pagar. Eu particularmente preferiria pagar alguém para cuidar; acho que quem cuida de um só cuida melhor; e em casa a criança fica mais à vontade (Verde Claro).

É muito importante para mães que precisam trabalhar; geralmente quem cuida em casa cobra mais, pelo menos um salário mínimo, fora o que a criança come (Vermelho Claro).

A creche é para quem não pode pagar, porque quem tem dinheiro coloca na escolinha particular; então, é ótimo, porque, se não fosse a creche, essas crianças estariam na rua (Azul).

Os relatos mostraram que a creche é vista por alguns informantes como local que promove o desenvolvimento pedagógico, pois prepara para o ensino fundamental. Algumas até comparam o atendimento prestado pela creche com o da babá, valorizando mais o primeiro, porque proporciona à criança o desenvolvimento pedagógico. Outras referem que as crianças que freqüentam a

creche desenvolvem rico processo de interação com as colegas e com as educadoras, quando, então, aprendem a interagir em sociedade, respeitando o outro como cidadão.

Aqui as crianças aprendem, tanto é que elas saem daqui meio alfabetizadas. Aqui não é depósito de crianças. Entre deixar em casa com a babá ou na creche, a creche é melhor, porque a babá não vai ensinar nada. As crianças que freqüentam a creche são mais sociáveis. Vão ser pessoas melhores, porque aprendem, desde pequenas, a respeitar os outros (Vermelho).

Na creche a criança aprende a interagir com as outras, aprende as primeiras letrinhas, os primeiros números. O profissional da creche é mais preparado do que a babá; ele ajuda as crianças a ter bons modos, respeitar os coleguinhas e os limites (Vermelho Claro).

A creche é boa porque a criança vem e desenvolve a parte pedagógica. Muitos pais pensam que a creche é só para a criança brincar, porque aqui na parte da manhã é atividade pedagógica e à tarde é brincadeira, até porque esta vai ser a rotina deles, quando forem para escola. Na creche a criança aprende a se socializar com as outras e ser cidadã, porque o profissional da creche é mais preparado do que a babá (Vermelho Escuro).

Os pais não deixam os filhos aqui só por deixar, porque aqui eles já têm um desenvolvimento pré-escolar; quando eles forem para escola, na minha opinião, eles já vão ter formação pré-escolar. Aqui aprendem a dividir, repartir, conviver melhor com outras crianças da mesma idade (Verde Escuro).

Os relatos evidenciam que a creche, para a maioria das educadoras, ainda é vista como local de prestação de serviços aos pais que necessitam trabalhar e não têm outra opção para deixar seus filhos. Na concepção da maioria delas, a creche ainda está ligada à idéia de favor, de caridade e de assistencialismo.

Trabalho das pessoas da equipe e perspectivas da profissão

Este descritor nos possibilitou conhecer o trabalho realizado pelas educadoras que atuam na creche e suas perspectivas e compreender suas ações, sentimentos

e projetos em relação à carreira profissional. As informantes relatam que administrativamente o trabalho pedagógico realizado com as crianças é atribuição da monitoras; o cuidado com a integridade física, alimentação, higiene e recreação são tarefa das auxiliares. Porém, segundo elas, na prática esta divisão de tarefas não existe. Foram relatados também sentimentos de substituir a própria mãe, as dificuldades quanto à hora do sono, jornada de trabalho estressante.

Verificou-se, durante a observação participante, que o cuidado assistencialista, ou seja, a preocupação com a alimentação, integridade física e higiene das crianças constitui o foco central do trabalho desenvolvido pelas educadoras.

Eu fico mais com a parte da recreação, brincar com as crianças, desenvolver o movimento, a coordenação motora do corpo; e a monitora fica mais com a parte pedagógica, ensinar a escrever. Na verdade a gente se ajuda, as duas fazem de tudo, na prática não tem muito essa separação. A gente faz as coisas conjuntamente (Verde).

Bem, as auxiliares e as monitoras fazem a mesma coisa, porque a parte pedagógica é das monitoras, mas nós as ajudamos nessa parte e a parte de recreação é nossa e elas nos ajudam também. A rotina na creche é assim, as crianças chegam, tomam café, depois voltam para a sala, a gente faz brincadeiras, dá uns trabalhinhos (Verde Claro).

Eu chego primeiro, levo as crianças para tomar café, depois dou trabalhinhos, converso com elas, ensino as regras, como dizer obrigado, com licença, desculpa. A gente é como mãe para eles. Eu acho que ficar oito horas é muito cansativo, nossa jornada devia ser de seis horas. Antes era de seis horas, a gente se estressava bem menos, vinha trabalhar mais animada (Vermelho Claro).

Eu faço a parte pedagógica; por isso que de manhã eu sempre dou trabalhinho. Recebo as crianças de manhã e levo-as para a sala. Enquanto isso as outras duas turmas vão tomar café, pois não cabem todos no refeitório. Enquanto esperamos, conto alguma história, escuto o que elas têm para contar. A gente conversa muito com elas sobre as palavrinhas mágicas, como: obrigado, dá licença. São coisas que agora é que estão começando a surtir efeito na

cabecinha delas, porque acho importante conhecer limites. Depois vamos para o café e quando voltamos para a sala elas fazem as atividades. Depois elas almoçam e vão dormir. É complicado o sono na idade deles; na verdade são poucos os que dormem, só aqueles que chegam bem cedo, só que temos que fazê-los dormir, porque as outras turminhas menores precisam dormir e se eles ficarem acordado fazem muita bagunça, e não deixam os outros dormir. Mesmo que eles não durmam, tem de ficar deitadinhas nos colchonetes quietinhas até chegar a hora de levantar. Depois elas acordam, tomam o café da tarde; vão para recreação, jantam e ficam brincando no pátio até a hora de ir embora (Vermelho Escuro).

Houve relatos de que o trabalho é desafio, que há preocupação em demonstrar a capacidade e controlar todas as atividades e interações que envolvem o contexto da creche. Para este informante a creche constitui desafio de vida, em que os bons resultados obtidos se refletirão na sua capacidade profissional. Relata sentir-se pressionada e gostar do que faz.

Para mim este trabalho está sendo mais um desafio na minha vida. Eu coordeno tudo, acompanho o serviço das auxiliares e monitoras, vejo a parte de solicitar alimentos, controlo as reclamações que as tias querem fazer para os pais, vejo se tem ou não necessidade de chamar os pais, escuto a reclamação dos pais e estou melhorando a estrutura física da creche. Eu estou gostando deste trabalho, apesar de não ser fácil, a pressão é grande, é bomba de todos os lados, da diretoria, dos funcionários, dos pais (Azul).

A maioria das informantes refere experimentar, no desenvolver de seu trabalho, sentimentos de desvalorização, pois alegam que são muito cobradas e criticadas pela chefia e pelos pais das crianças. Algumas se sentem valorizadas pelas crianças e por alguns pais.

Eu não me sinto valorizada, porque a gente não é reconhecida por aquilo que faz. Se a coordenação reconhecesse nosso trabalho, ela chegaria nos pais e falava. Agora é só cobrança, cobrança, cobrança e não vêem o que a gente faz. Alguns pais valorizam. Às vezes a gente sente isso, quando está no portão e eles vêm buscar as crianças. Agora alguns nem olham na cara da gente, só pegam as

crianças, vêem se estão machucadas. As crianças valorizam, a gente vê pelo carinho, elas abraçam, beijam, tem um que eu brigo com ele o tempo todo e mesmo assim na hora de ir embora ele vem querendo colo (Vermelho).

Eu não me sinto valorizada; para os pais nunca nada está bom. Eles reclamam muito, mesmo que a creche seja de graça, porque eles não pagam nada para deixar as crianças aqui. Mesmo sendo de graça, para eles nada está bom. Se você faz um negócio não está bom. Se você tenta corrigir, não está bom;. se você chama a atenção, não está bom. As crianças valorizam muito pouco o nosso trabalho aqui. O que você imaginar já aconteceu; a gente já foi xingada, já levou chutes, tomou soco das crianças (Vermelho Claro).

Outras se sentem valorizadas pelas crianças, embora tenham dificuldades para controlar algumas de suas ações.

Eu me acho valorizada pelo carinho que as crianças passam para a gente, assim da fraternidade delas. As crianças, eis do que eu mais gosto. Aquilo de que eu menos gosto é a teimosia delas. A gente fala e elas nem dão bola; e, às vezes, estão fazendo coisas perigosas. Vão se machucar. Mas isso é coisa de momento; aquele momento me deixa nervosa, depois passa (Verde).

Eu gosto deste trabalho, mas não gosto da bagunça que as crianças fazem, elas gritam muito, não têm condições de agüentar (Vermelho Escuro).

As auxiliares são as que mais vivenciam o sentimento de desvalorização, porquanto, apesar de realizarem o mesmo trabalho e ter a mesma formação profissional das monitoras, seus salários são menores. Além disso, segundo elas, os elogios da chefia são sempre direcionados à monitora, o que as deixa desestimuladas. As monitoras recebem salário maior, por serem responsáveis pelo desenvolvimento pedagógico.

Eu acho que não sou valorizada, sabia? Acho que nem eu nem as outras auxiliares. Você sabe, eles chamam a gente de auxiliar. Auxiliar! Hum! A gente faz a mesma coisa que as monitoras. Não

desmerecendo o trabalho de ninguém, mas a gente sempre ganha menos, o nosso salário é menos, a gente trabalha do mesmo jeito. A coordenação, as chefias chegam na sala e elogiam, mas os elogios vão só para a monitora. Os parabéns vão para ela. Então, a gente fica desmotivada; por mais que você faça, os méritos são sempre da monitora. Não gosto disso; se alguém chegasse e falasse: “Que bom trabalho vocês fizeram; mas é assim; nada é para você (Verde Escuro).

Há muita diferença entre a auxiliar e a monitora. Começa pelo salário, que a monitora ganha mais. Pelos colegas há diferença, pelos pais também. Porque aqui a gente não tem acesso aos pais, nem eu como auxiliar, nem a monitora. Nós, as auxiliares, não somos valorizadas pelo nosso trabalho, nem um pouco; muitas vezes fazemos as coisas, ajudamos e quem ganha os méritos é a monitora. Eu não acho isso certo. Aqui eu nunca fui elogiada, a gente é muito criticada (Verde Claro).

Algumas informantes se sentem desvalorizadas por sua chefia imediata e pelos pais das crianças. Isso se deve à falta de confiança e apoio demonstrada pela chefia e ao não reconhecimento de seu trabalho demonstrado pelos pais.

Eu não me sinto valorizada do jeito que gostaria; acho que a diretoria tem que confiar no meu trabalho; se eu tomo alguma atitude e os pais forem lá reclamar, eles não deveriam me questionar e sim me apoiar. Quanto aos pais, eles não reconhecem o nosso trabalho, só sabem reclamar (Azul).

Quanto às perspectivas em relação à sua carreira profissional, as informantes referem ter poucas aspirações de crescimento profissional como trabalhadoras da creche. Demonstram ter aspirações e ideais profissionais a serem conquistados, porém não na creche. Elas ainda se referem à baixa remuneração, influência política e instabilidade contratual como fatores desestimulantes.

Aqui eu não espero nada, nada. Eu pretendo crescer, mas em outro lugar. Eu quero fazer uma faculdade de educação física e dar aula no ensino fundamental ou médio, porque na creche eu já cresci o que tinha que crescer. No ano passado eu era auxiliar e este ano estou como monitora. Para chegar como coordenadora é muito difícil porque, por melhor que seja seu trabalho, este é um cargo político (Vermelho).

Eu quero progredir. Se Deus me permitir, quero fazer pedagogia, tudo na área da educação. Na creche as auxiliares podem subir para monitoras e as monitoras para coordenadoras. É isso que dá para subir (Verde Claro).

Se tivesse oportunidade de crescer na educação infantil, claro que eu gostaria, mas aqui a gente não vê muito futuro, até porque o nosso contrato é temporário, depende da prefeitura; a gente sabe que vai trabalhar até o final do ano (Vermelho escuro).

A maioria das informantes vivencia certo período de instabilidade quanto ao seu futuro profissional na instituição, porquanto, embora elas demonstrem interesse em permanecer trabalhando na creche, isto depende de fatores políticos, visto que, na atualidade, ocupa cargo de confiança da administração atual do município.

Quanto ao meu futuro na creche, não posso dizer nada, é cargo de confiança, não sou concursada. Não temos nada certo, porque agora é contrato, a gente sabe que trabalha até o final do ano. Daí fica-se assim: “Será que no ano que vem vão chamar-me?” Porque você não sabe direito o que vai acontecer. Não sei; espero que este prefeito ganhe de novo, se depender de mim eu fico (Azul).

Não temos nada certo, porque agora é contrato; a gente sabe que trabalha até o final do ano. Depois, não sei”. Você não sabe direito o que vai acontecer (Vermelho Escuro).

A importância que as informantes atribuem ao trabalho realizado está associada ao idealismo e ao desafio de trabalhar com crianças. Muitas se colocam no lugar da mãe da criança e se sentem responsáveis pelo seu futuro.

O meu trabalho aqui é muito importante, porque a gente ensina muita coisa, com o trabalho que a gente faz na parte da recreação, das brincadeiras, das músicas; isto envolve matérias como o português. A gente trabalha tudo brincando; aí as crianças se desenvolvem mais rápido. Eu gosto do meu trabalho; já fiz o magistério para trabalhar com criança; é difícil; eu nunca tinha trabalhado com criança; é difícil, mas é gratificante; às vezes, me sinto como se fosse a mãe delas (Verde Claro).

Olha, acho que a importância deste trabalho é o desenvolvimento. Cuido delas como se fossem minhas. Acho que a criança é o futuro do país, em qualquer lugar. Se você ensinar bem as crianças, no futuro não vão ser crianças frustradas, adultos frustrados. Isso é gratificante (Verde Escuro).

Acho importante este trabalho, porque penso assim: “Estou plantando uma sementinha”. Eu não estou procurando que hoje me dêem esse retorno; se me derem, ótimo. Agora, se no futuro eu puder ver que alguma coisa eu fiz para essas crianças, ótimo também (Vermelho Escuro).

Vermelho Claro acredita que oferece cuidados melhores que os da própria mãe, pelo fato de ministrar a parte pedagógica. Apesar de afirmar que gosta do seu trabalho, ela relata as dificuldades encontradas, principalmente devido ao excessivo número de crianças nas salas.

Gosto de trabalhar aqui. É bom saber que você está ensinando uma criança que poderia estar na rua. Aqui a gente faz mais que a mãe, porque faz o papel de mãe e de professor. Não é fácil este trabalho. Em casa são alguns; aqui são 27, chego a ter 30 crianças na sala. É difícil. Mas eu gosto (Vermelho Claro).

Observou-se nestes descritores que as educadoras não têm perspectivas de ascensão profissional, dentro da instituição; mesmo assim, atribuem diferentes significados ao ato de cuidar e educar.

Atribuições de significados ao ato de cuidar e educar

Para algumas informantes não existe diferença entre educação e cuidado. Para outras estas ações estão muito ligadas, ou seja, quem cuida educa. Elas definem cuidar como forma de manter a integridade física da criança, oferecendo alimentação, higiene, monitoramento, brincadeiras e educar é construir formação pessoal, ensinar boas maneiras, o que é chamado por elas de ensinar palavrinhas mágicas.

Para a maioria delas não existe diferença ou separação entre as atividades de educar e cuidar, uma vez que, no desenvolvimento de suas funções, elas realizam ações que envolvem estes dois processos simultaneamente.

Cuidar e educar são as mesmas coisas. Aqui na creche a gente cuida demais e, enquanto cuida educa, falando: "Isso deve fazer, isso não deve, isso é errado". Uns são mais educados que outros, porque educação deve vir de casa (Verde).

Acho que não existe diferença entre cuidar e educar: enquanto você está cuidando, você está educando; por exemplo, se você está cuidando e eles começam a brigar, se bater, se machucar, você já educa, dizendo: "Não faça isso, está errado". Acho que educar é isso. Na creche você está cuidando e educando ao mesmo tempo (Vermelho).

Eu educo para que elas tenham bons modos. Para mim não existe diferença entre cuidar e educar, porque cuidar você cuida; mas também está educando. Eu cuido deles, como cuidaria dos meus filhos; se eu estivesse cuidando dos meus filhos, eu estaria educando ao mesmo tempo. Cuidar e educar para mim tem o mesmo significado. O papel da creche é cuidar e educar, porque os dois são iguais. Eu diria que é mais cuidar, cuidar é a palavra mais significativa. Se um professor quer ser bom professor, ele tem de estar cuidando. Educar você educa um cachorro, você educa um gato, agora cuidar você cuida e geralmente está cuidando e educando (Azul).

Educar, você está preparando-as para a vida, está educando, está ensinando-as a terem bons modos. Como elas devem ver a vida lá fora. Você só cuida assim: para não se machucarem, alimentação, higiene; essas coisas compõem o cuidar (Vermelho Claro).

Cuidar, você olha só para não se machucarem; educar é formação; você educa, você está ensinando às crianças modos de serem pessoas melhores no mundo. O meu papel abrange os dois casos (Verde Escuro).

As informantes não citam as famílias como participantes e co-responsáveis no processo de cuidar/educar das crianças no cotidiano vivido na creche.

Falta de relacionamento com a família

Este descritor nos permitiu retratar o relacionamento estabelecido entre a creche e a família, o qual ocorre quando os pais procuram a creche, ou quando a creche solicita a presença dos pais. As educadoras relatam que os pais participam pouco, criticam a forma de participação deles, porquanto, de acordo com seus depoimentos, os pais só procuram a creche para fazer reclamações do trabalho por elas desenvolvido. Elas preconizam maior participação dos pais na creche, porém a forma de participação vislumbrada pela maioria das educadoras seria para auxiliar a manter a estrutura física da creche e ajudar nas festas.

De acordo com as informantes, o relacionamento com a família é deficiente. Faltam normas inovadoras e maior coordenação de ambas as partes.

O relacionamento é como eu falei, com algum pai ou mãe que traz ou busca a criança aqui na porta da sala: a gente conversa quando dá certo, mas a maioria não procura; umas crianças vêm de transporte ou os irmãos trazem; daí a gente nem vê, quase não tem contato com a família. O contato com família é mais com a coordenação (Vermelho).

As informantes relatam que a creche só convoca os pais para reunião ou para conversas informais para reclamar de alguma coisa que o filho fez de *errado*, quando a criança apresenta algum problema de saúde ou para solicitar apoio e ajuda para as festas. A interação da equipe com a família é superficial e diferenciada; mas, apesar disso, possibilita que os profissionais da creche avaliem o comportamento e conduta das famílias.

Eu acho que a participação dos pais é muito pequena, eles devem participar mais da creche. Há muitas mães irresponsáveis, mãe solteira que fica por aí e não liga para a filha (Vermelho).

Há família que chega. Vai haver festa amanhã; daí vem ajudar, mas a maioria nem se importa se vai haver festa, se a gente precisa de ajuda. Então, se a família não vem até mim, fica difícil eu ir até eles. A minha relação com eles é só quando eles me procuram. Há mãe que é bem irresponsável e preguiçosa (Verde).

Durante a observação participante, verificou-se que a relação das educadoras e crianças é processo rico em vivências, que proporciona experiências únicas e com várias representações. Estas vivências, que deveriam nortear as relações entre a creche e as famílias, são cerceadas, uma vez que há interrupção desse processo de relacionamento. Isto ocorre devido à Coordenação que é a porta-voz única da equipe de profissionais que atuam na creche e das famílias.

Eu, particularmente e a monitora, não temos acesso aos pais, qualquer coisa é passado para a coordenadora. Eu não posso falar nada com os pais; chegar direto e falar não posso; eu tenho de falar à coordenação. Ela é que vai falar com os pais (Verde Claro).

Não tenho muito acesso, nunca tive oportunidade de conversar com muitos pais ainda. Eu estou aqui há dois meses e qualquer coisa é a coordenadora que conversa com os pais, eu só converso com eles, quando eles me procuram espontaneamente (Verde Escuro).

Azul confirma as informações das educadoras, pois relata em sua fala manter amizade e sinceridade com todos, apesar de exercer ação de controle sobre os funcionários, as crianças e as famílias no que se refere à creche.

Sempre tratei todos iguais, sempre procurei ter amizade com eles. Mesmo que eles não me escutem, eu trato bem eles. Eu falo o que tem de ser falado na frente, não enrolo. Conheço todos os pais, sei de todas as reclamações que eles fazem, porque aqui tudo o que se vai falar, seja dos funcionários com os pais ou dos pais com as funcionárias, passa primeiro por mim, porque não gosto de fazer papel de palhaça: acontecer as coisas aqui e eu ser a última a saber. Então se os pais têm reclamação das tias, eles falam comigo e eu é que chamo a atenção delas; puno, se for preciso. Se o problema é da parte dos pais, as tias falam comigo e eu os cobro. Então, eu me relaciono com todos eles, eu faço questão de receber e entregar as crianças no portão, para isso, para saber das coisas (Azul).

O relacionamento com a família do ponto de vista das educadoras é deficitário e superficial, pois as famílias as procuram geralmente para resolver situações de conflito, ficando explícita a falta de melhor processo de comunicação e mais eficaz. Mesmo diante destas limitações salientam a importância da participação da família na creche.

Participação da família na creche

Este descritor permitiu-nos entender os diferentes momentos de relacionamento vivenciado entre a creche e a família, que ocorre quando a creche solicita a presença dos pais ou quando os pais procuram a instituição. Apesar de considerarem que o contato creche/família está centrado na coordenação, as informantes ressaltam a importância da participação dos pais na creche e que estes deveriam participar mais. Para elas a importância deste relacionamento está centrado na ajuda que os pais poderiam oferecer para a realização de atividades da creche, ou seja, uma espécie de pais voluntários, dispostos a consertar, auxiliar; limpar, reformar, fazer festas.

Acho que eles tinham de participar mais, ajudar mais a gente, porque tudo o que eu faço aqui é para o bem dos filhos deles e eles não reconhecem. Tem que ficar implorando ajuda e mesmo assim ninguém aparece. Esses dias eu fiz a calçada e ninguém veio ajudar. Eu fiz sozinha, passei o domingo aqui fazendo a calçada e é tudo para o bem dos filhos deles. Muitos não comparecem às reuniões. Assim, aqueles que mais precisavam participar das reuniões nunca vêm; vêm sempre os mesmos, geralmente os pais das crianças mais bem comportadas (Azul).

Acho que os pais participam pouco; deveriam participar mais, ajudar mais a creche nas coisas de que ela precisa. Por exemplo, a gente queria pintar as salas, mas não podemos largar as crianças para pintar a sala; aqueles pais que têm tempo deveriam vir aqui pintar a sala. Tanto é que agora, sexta-feira, as crianças não virão, e nós mesmas vamos fazer, vamos deixar as crianças em casa em dia de aula para pintar as salas. Se os pais ajudassem, não haveria um dia sem aula para as crianças (Verde Claro).

Esses dias a coordenadora teve de pedir: "Ah! Quem pode me ajudar a construir a calçada, a fazer a horta, a arrumar a cerca? Ah! A cozinha está com o armário quebrado; alguém pode ajudar a gente?" Sempre precisamos de ajuda, eles deviam vir sempre perguntar o que precisa fazer (Vermelho Escuro).

Elas também acham importante a presença dos pais para reclamarem do comportamento inadequado da criança, ou quando ela está doente.

Eu, direto, nunca solicitei a presença dos pais na creche, eu falo com a coordenadora e é ela quem resolve se chama os pais ou não. E quando chama a gente nem vê, ela mesma resolve com o pai. Eu só peço que a coordenadora chame os pais quando há alguma criança de comportamento ruim, mal educada (Vermelho).

A gente chama a mãe, quando a criança está doente, com febre ou é muito agressiva. Daí resolve, mas é por pouco tempo (Verde).

Eu solicito os pais na creche, quando há criança que está muito desobediente e a tia fala que não dá mais conta, porque não é sempre; às vezes eu mesmo resolvo. Eu chamo a criança aqui e falo duro com ela. Às vezes nem precisa chamar os pais, porque o comportamento já melhora. Eu faço reunião, quando vejo necessidade (Azul).

Verificou-se, nos relatos, que não existem reuniões para discutir com os pais o processo de desenvolvimento de seu filho na creche, pois as reuniões são marcadas de acordo com as necessidades sentidas pela instituição. As duas reuniões que foram realizadas tiveram como objetivo principal solicitar o apoio dos pais para festividades que seriam realizadas pela creche.

A creche só solicita a presença dos pais, quando há festa e reunião; mas só há reunião quando é para falar das festas. Até agora só houve duas reuniões, uma foi para festa do dia das mães e a outra foi para falar da festa junina (Verde Claro).

A coordenadora chama, quando a criança está muito indisciplinada, ou quando há reunião para pedir ajuda para as festas (Vermelho Escuro).

Os motivos que levam os pais a relacionarem-se com a creche, na opinião das informantes, não são diferentes daqueles que levam a creche a procurar os pais, ou seja, para reclamar sobre ocorrências vividas pelas crianças, quando a criança perde ou deixa algum objeto pessoal na creche ou por doença. As informantes demonstraram ressentimentos com as queixas dos pais, pois sentem necessidades de aprovação e elogios por parte deles e reclamam da falta de educação das crianças, o que, para elas, é culpa dos pais, por não imporem limites na educação de seus filhos.

Geralmente é a mãe que vem; o pai também vem, mas é mais raro. As mães comparecem mais, principalmente quando o filho chega em casa machucado. A família nunca comparece para falar que a gente fez alguma coisa legal. Em geral os pais só procuram a gente para reclamar, quando o filho se machuca ou quando ele não está muito bem de saúde, quando não passou bem a noite. É só nesses casos (Vermelho).

Os pais procuram a creche, quando a criança aparece machucada, para saber por que a criança se machucou; ou quando ela está com problema de saúde; ou para reclamar, quando somem as coisas como chupeta, mamadeira e roupa. Eles só reclamam, nunca aparecem aqui para elogiar o nosso trabalho (Verde).

Os pais vêm aqui só para reclamar, não para perguntar como está o filho deles. Se está se comportando, se precisamos de algo. Para isso nunca vêm. Os pais deveriam dar mais atenção às crianças, porque elas não conhecem limites. Você não viu? Aqui a gente leva chute, eles cospem, falam palavrão, e a gente não pode falar nada. Quando é passado para os pais, eles deveriam tomar uma atitude para isso não acontecer mais; mas eles nem ligam (Vermelho Escuro).

Os pais só vêm falar comigo quando precisam reclamar, porque a criança foi mordida, tem machucado, sumiu a roupa. Nunca um veio perguntar se a gente precisa de ajuda, se tem coisa para fazer, para consertar (Azul).

Vermelho relata que existe uma mãe que participa do cotidiano do filho na creche e que agradece as informações recebidas.

Uma mãe sempre liga e pergunta pelo seu filho. Depois ela agradece as informações; essa mãe é ótima, mas é a única (Vermelho).

Em relação à participação no cotidiano das crianças, algumas gostariam de que os pais pudessem acompanhar o desenvolvimento e conhecer o comportamento de seus filhos.

Eu considero muito importante a participação dos pais na creche, porque eles participando podem ver o que está se passando e podem contribuir para que a creche cresça (Vermelho escuro).

Acho muito importante a participação da família na creche; acho que os pais têm de se interessar em saber dos seus filhos. Preocupo-me bastante em relação a isso. Como mãe, me preocupo em saber como está meu filho; isso porque eu estou aqui vendo-o. Imagina os pais que passam o dia todo longe dos filhos e não se preocupam. E depois eles poderiam ver como algumas crianças se comportam (Vermelho).

Acho que eles deviam participar mais, ficando um dia na sala de cada filho, para ver como é um dia de trabalho nosso, para ver como o filho deles reage dentro da sala conosco (Vermelho Claro).

Algumas informantes relatam que a família participa pouco das atividades da creche, demonstram desinteresse pelas atividades de seus filhos. Na concepção destas informantes, as famílias são ausentes e só interagem com a creche para reclamar.

Eu acho que os pais participam pouco, como nas reuniões, apesar de a gente não participar, porque fico aqui cuidando das crianças. Eles vêm pouco, poucos participam das reuniões. Na festa das mães, a maioria não veio, nem para ver os filhos cantar. Acho os pais muito ausentes. Tinham de participar pelos menos das reuniões; e não vir reclamar de bobeira, porque sumiu uma chupeta, porque apanhou do coleguinha. Essas coisas acontecem em qualquer lugar (Verde Claro).

Os pais vêm aqui só para reclamar; mas para perguntar como estão os filhos deles, se estão se comportando, se precisamos de algo, eles nunca vêm. Quando as crianças desobedecem, a gente fala que

vai falar com o pai ou a mãe, eles balançam o ombro. Nem se importam, e ainda falam: o pai deixa, daí não adianta (Verde Escuro).

Verde Escuro relata estar satisfeita com a participação dos pais, expressa que uma participação mais efetiva das famílias nas atividades da creche atrapalharia o desenvolvimento dos trabalhos ali realizados. Ela critica a atitude dos pais e atribui-lhes o mau comportamento das crianças.

As mães vêm, quando têm reclamação. Acho que, se for permitido um contato rotineiro com os pais todo o dia, não é bom, não é legal. Eles incomodam demais, atrapalham nosso trabalho. Acho que eles deviam participar da educação dos filhos, da vida dos filhos na casa deles; na creche do jeito que está, está bom. Nós fazemos a nossa parte e eles devem fazer a deles, ou seja, eles precisam fazer com que os filhos deles venham para cá com educação e obedeçam à gente (Verde Escuro).

A maioria das informantes relata desejar manter maior contato com as famílias. Entretanto sentem-se cerceadas devido às normas da instituição. Isto é agravado, devido ao tipo de contrato de trabalho que possuem. As que não concordam com essa situação demonstram sentimentos de insatisfação, medo, tristeza e impotência por não poderem mudar a realidade.

Nunca participamos das reuniões para falar do que está acontecendo na creche e eu acho errado isso, porque, se a gente não tem liberdade de falar com eles no portão, então pelo menos na reunião. Mas a gente não tem coragem de falar isso, porque nosso emprego não é fixo, é contrato de um ano; depois eles renovam, se quiserem; daí a gente tem medo de reclamar e ser mandado embora; então aceitamos e fazemos as coisas do jeito que é mandado, sem reclamar, mas é triste. Nossa opinião não é ouvida (Vermelho).

Eu particularmente não acho certo este negócio de só a coordenadora poder falar com os pais; eu gostaria de poder conversar com eles do meu jeito, mais ninguém faz nada, até os pais aceitam, não reclamam; daí eu sozinha não posso modificar nada (Verde Escuro).

Vermelho Escuro e Vermelho Claro concordam com a coordenação em centralizar o relacionamento com os pais, pois percebem a família como pessoas que atrapalham e se intrometem em suas atividades.

Eu concordo com a coordenadora em centralizar o contato com os pais, pois eles atrapalham o nosso serviço, se ficarem sempre querendo conversar; depois, eles só aparecem para reclamar (Vermelho Escuro).

Quanto a mim, a coordenadora nunca exigiu isso; ela me deixa falar direto com os pais, porque ela confia no meu trabalho; mas eu concordo com ela, porque, se deixar liberado, os pais não dão sossego. É um entra e sai; por outro lado, há funcionário novo, sem experiência; aí ela tem de saber o que eles vão falar para os pais. Muitos pais vêm aqui só porque querem dar opinião; se intrometem no serviço da gente (Vermelho Claro).

O relato das informantes da creche evidencia que existem falhas no processo de interação/comunicação vivenciado entre os profissionais da creche e as famílias. Os descritores culturais das famílias possibilitaram uma melhor compreensão deste processo.

8.2 DESCRITORES CULTURAIS DAS FAMÍLIAS

A organização do relato das mães possibilitou compreender o sentimento vivenciado pelas famílias que necessitam colocar seus filhos na creche, para poderem trabalhar.

Utilização da creche por falta de opção

A maioria dos informantes deste estudo relatou ter colocado seus filhos na creche por falta de opção, porque a creche é gratuita e nela as crianças estão seguras, recebem alimentação, cuidado e recreação. Observa-se, nos relatos, que algumas vêm a creche como local de assistencialismo para crianças pobres, pois

optam pelo seu uso principalmente pela gratuidade. Elas referem que, se tivessem boas condições financeiras, prefeririam pagar pelos serviços de uma babá.

Coloquei o meu filho na creche, porque eu não tive outra opção; tenho de trabalhar; pagar a gente não pode; se eu tivesse dinheiro eu preferia pagar uma pessoa para cuidar dele, com certeza, eu preferia. Ele estando em casa fica mais bem cuidado do que na creche (Margarida).

Em primeiro lugar eu não posso pagar; depois é perto de casa; sei que está seguro e eu não preciso pegar ônibus para levar e buscar (Rosa).

Eu prefiro a creche porque é de graça (Tulipa).

Coloquei na creche, porque preciso trabalhar e lá ele fica seguro. Tem gente para cuidar dele, ele come, brinca e também porque não tenho condições de colocar numa escola paga (Orquídea).

Violeta, Jasmim e Begônia relatam que optaram por deixar seus filhos na creche porque a instituição oferece assistência, educação, socialização e segurança para seus filhos. Elas vêem a creche como espaço educativo, onde a criança é cuidada, educada e socializada.

Eu trabalho o dia inteiro, e em casa eu não tenho condições de ensiná-la. Também o que ela precisa e até para ela entrar na escola tem de ter uma coordenação motora melhor, tem de ter base para começar ir para a escola. A criança que vai à creche tem mais facilidade para enfrentar a escola e aprender mais rápido. Eu prefiro colocar na creche a deixar em casa com uma babá. Na creche ela aprende a se associar com as outras crianças, ela não está sozinha no mundo (Violeta).

Acho que a creche é um lugar muito bom para a criança, quando há uma boa equipe: a criança já começa a aprender a leitura, além de receber a alimentação, os cuidados e também aprende a brincar com outras crianças, a dividir as coisas (Jasmim).

Optei pela creche por vários motivos: oferece cuidado e alimentação, ensino, recreação; tem pessoal treinado e é de graça. Só que na realidade não é bem assim (Begônia).

Apesar da maioria de as informantes terem optado por colocar seus filhos na creche, elas demonstram sentimentos ambíguos em relação ao que é oferecido por esta instituição.

Sentimentos ambíguos em relação à creche

Algumas informantes demonstram sentimentos de satisfação e insatisfação em relação à assistência, ao cuidado e educação proporcionados a seus filhos. Margarida, apesar de afirmar que está satisfeita com a creche, na seqüência se contradiz, queixando-se da falta de segurança. Rosa e Begônia consideram o ensino fraco, porém Rosa prefere não comentar aos profissionais da creche, pois teme que elas possam não concordar e prejudicar seu filho.

Estou satisfeita com a creche, estou; pelo menos ele não fica solto na rua. Então, eu vou trabalhar tranqüila. No começo não, era difícil, ele chorava muito, agora ele acostumou. Eu na verdade sinto aperto no coração, quando o deixo lá, mas fazer o quê? Eu preciso, não tenho outro jeito, é melhor lá do que na rua. Uma vez eles escaparam da creche pelo fundo, pularam a cerca e ninguém viu; ele veio parar aqui em casa. Graças a Deus, ele veio para casa, mas podia ter acontecido alguma coisa. Ele chegou com as costas arranhadas. Meu piá estava em casa, pegou-o e levou de volta na creche. Saiu um monte de criança. Outro dia ele ia pular o muro, já pensou ele ia se quebrar todo no chão; o meu marido ia passando e viu. Então é por isso que na verdade eu fico preocupada, quando vou trabalhar (Margarida).

Não estou muito satisfeita com a creche. Não sei como está, não é? Assim, elas pediram caderno; mas eu não sei se estão trabalhando no caderno, porque aqui em casa ele não tem vontade nenhuma de mexer no caderno, ele só quer pintar, rabiscar. Agora, no caderno fazer letrinha, não. Aí, nessa parte eu acho que tinha que melhorar no Jardim II. Acho que já tinha que começar a mexer mais com caderno, mexer com lápis não é? Ensinar. Não só brincadeira, eles brincam muito. A gente que é pobre e não tem outra opção não tem jeito, ou é na creche ou é na creche. Eu preciso trabalhar, não posso pagar para alguém cuidar; então eu procuro não reclamar. Apesar de achar que algumas coisas não estão muito bem, eu fico quieta, porque eu já percebi que ela não gosta de reclamação; e se reclama

não muda nada mesmo, não é? Eu tenho medo de reclamar e elas judiarem do meu piá; aí prefiro deixar do jeito que está. Fazer o quê, não é? Acho que toda a creche é assim; cuidam de muita criança e daí às vezes perdem a paciência, não é? (Rosa).

Por um lado eu estou satisfeita com a creche, por outro não. Elas até que cuidam bem. Nesse ponto eu não me preocupo. Mas o ensino está fraco. No ano que vem ele já vai para escola e ele ainda não conhece o alfabeto, não sabe os números; o pouco que ele sabe foi o que eu ensinei em casa (Begônia).

Violeta, Jasmim e Hortênsia não estão satisfeitas com a creche. Elas referem o tratamento diferenciado dado às crianças, conforme o poder econômico das famílias e amizades estabelecidas; falta de humanização e afetividade no trato com as crianças; falta de aproveitamento melhor do tempo das crianças; equipe despreparada; rotatividade de funcionários; falta de abertura e diálogo da creche para com as famílias; fatos estes todos que as deixam inseguras e insatisfeitas.

Eu estava satisfeita com a creche, agora não estou mais. Eu já tentei colocar minhas idéias na creche, nas reuniões, mas nunca tive chance, é trocado de assunto. Na reunião nunca há tempo, é muito assunto para pouco tempo. Então nunca dá tempo mesmo de falar isso. A parte pedagógica delas é fraca; é muito fraca. Deixam as crianças muito tempo no ócio, sem fazer absolutamente nada, elas propagam muito a diferença, filhos de um tem melhor tratamento do que de outro; ali há muitas crianças da casa lar, orfanato. Elas separam muito essas crianças. Quando eu chego lá, fora de hora, eu vejo esta divisão das crianças. Elas tratam melhor as que têm melhores condições econômicas e os filhos das mães que elas de quem têm amizade. A humanização não está mesmo satisfatória; ela está ali porque eu não tenho condições mesmo de pagar um colégio particular que dê melhor estrutura para minha filha (Violeta).

Apesar de achar que a creche é o melhor para deixar a criança, eu não estou contente com esse sistema adotado por esta creche. Eu na verdade acho que é a equipe; não sei se são fracas; mas na parte pedagógica está péssimo. Na parte de cuidado e de recreação também não estou gostando. Ela não gosta de ir à creche, a essas alturas já era para ter acostumado. A gente não tem abertura, para participar da creche (Jasmim).

Eu já tive época de estar muito satisfeita com a creche, hoje não; eles trocam muito de funcionários, pedem demais, fazem de menos. Isto deixa a gente insegura (Hortênsia).

Houve apenas uma informante que relatou estar satisfeita e agradecida com o cuidado prestado pela creche, principalmente pelo fato de suas crianças receberem alimentação. Ela relata não se importar com as queixas dos filhos, embora elas ocorram.

Eu estou muito satisfeita e agradecida de existir a creche. "Nossa Senhora". Se não fosse a creche, eu não podia trabalhar e minhas crianças iam passar fome. Porque lá, além de cuidar para não machucar, ainda dão alimento, almoço, jantar, tudo o que eles precisam. Aí quando as crianças reclamam de alguma coisinha de lá, eu não ligo, deixo para lá. Reclamam assim que a tia grita, que não deixa repetir o almoço, que outra criança mordeu, eu deixo para lá; acho que eles cuidam muito bem (Tulipa).

As informantes relatam a falta de conhecimento do cotidiano vivido por seus filhos na instituição.

Desconhecimento da rotina da criança na creche

Foi unânime a demonstração da falta de conhecimento, por parte das informantes, referente à rotina das crianças na creche. Algumas referem saber a rotina da creche, por intermédio dos filhos. Nenhuma delas conhece o cardápio da creche nem a programação das atividades diárias desenvolvidas com as crianças.

Eu não sei dizer bem certinho não é? o que eles fazem lá o dia todo. Sei que comem, dormem e brincam, mas as horas em que ocorre cada coisa eu não sei. Eu só conheço a sala em que estuda o mais velho, porque a reunião foi na sala dele, achei boa, a dos outros dois eu nunca vi. Eu não sei certinho, todo dia, qual é o tipo de comida, não é? Eles falam que comem pão, arroz, feijão, sopa (Tulipa).

Eu não sei muito da rotina dele, porque ele entrou na creche este ano; aí houve a reunião em que a senhora estava, e eu pensei que ela ia explicar como funciona tudo lá, mas ela não falou nada. Eu não conheço quase nada; só o que ele conta mesmo. Ele fala que se

alimenta bem, que eles brincam, dormem, fazem trabalho de pintura, essas coisas que ele faz. A sala em que ele estuda eu conheço (Begônia).

Orquídea relata que, além de desconhecer a rotina de seus filhos na creche, está preocupada com a sua alimentação, ou seja, se eles estão aceitando a comida da creche, principalmente a filha. Ela reclama de não poder conversar com os profissionais que cuidam de sua filha, pois não acredita que a coordenadora tenha conhecimento deste fato.

Sei mais ou menos o que acontece lá pelo o que eles falam. De manhã tomam café, desenham, pintam, almoçam, dormem, lancham, jantam e brincam. Eu já fui entregá-lo lá na sala; achei pouco espaço, muito pequena. Não sei, o que é feito cada dia. Eles falam o que comeram no almoço e na janta, o que eles comem todo o dia; eu não me preocupo, porque sei que eles devem dar boa comida. Pior é não saber se eles aceitam a comida da creche, se se alimentam bem; eu fico preocupada, a menina está muito magrinha, aqui em casa eu insisto e a faço comer um pouquinho e lá, será que alguém vê isso? Eu pergunto para a coordenadora; será que ela comeu, ela sempre responde comeu tudo, mas eu não acredito, acho que ela nem sabe quem comeu, quem deixou de comer. As tias que cuidam dela nunca estão ali no portão para conversar com a gente e também a gente sempre vai com pressa buscar e deixar e fica por isso mesmo (Orquídea).

Enquanto Rosa relatava o que sabia da rotina de seu filho na creche, ele discordava e a corrigia, dizendo que o que ela estava falando acontecia de forma diferente.

Eu sei a rotina dele mais ou menos, porque todo o dia eles fazem alguma coisa diferente. Eu sei que ele chega de manhã, toma café; aí depois eu não sei o que eles fazem na salinha; aí vão almoçar, dormem, depois lancham de novo. Acho que é à tarde que eles brincam mais fora e vão às vezes no parquinho. Nós não vamos ao parque (diz a criança). Eu passo o dia inteiro fora. Quando chego, às vezes, mais cedo do serviço, daqui de casa dá para ver que eles estão brincando lá fora. Eu acho a sala pequena, tem cadeirinha, apesar de que esses dias eu entrei lá e não vi cadeirinha; estavam sentados todos no chão, não é? Não há mesa, acho que precisaria das mesinhas, para eles escrever e também ficar mais à vontade.

Mesmo com as cadeirinhas para eles fazerem trabalhinhos; tem que ficar ajoelhados no chão e escrever na cadeirinha. Elas cuidam, mas, assim, dar banho é a gente. Ele toma café da manhã, almoço, lancha, janta, mas eu não sei o que ele come, qual tipo de comida (Rosa).

Violeta e Jasmim são as que mais conhecem a rotina da creche, porque questionam e insistem, mesmo sentindo a resistência da equipe. Violeta foi a única que relatou saber que as crianças estão sem cadeiras e mesas na sala e desenvolvem suas atividades sentadas no piso de lajota. Ela reclama das regras impostas pela creche, do espaço físico, da falta de mesa e cadeiras, da falta de orientação das crianças para escovação dos dentes e da falta de resposta aos seus questionamentos. Jasmim refere a falta de preparo da equipe e a necessidade de serem informadas por escrito sobre a rotina da criança na creche.

A rotina dela eu sei do que as tias falam e do que pergunto à minha filha. Até onde eu sei, ela chega, assistem a um pouco de televisão, tomam o café da manhã, fazem alguma atividade, almoçam e vão dormir. Quando elas acordam, vão ao pátio brincar; eu acho pouca atividade. Elas não deixam a gente entrar lá, fora de hora. Eu acho o espaço pequeno, eles não têm mesa nem cadeira, eles sentam no chão; no ano passado eu arrumei um tapete para ela sentar, mas daí eu já promovi uma diferença, não é? Porque ela tinha tapete para sentar e as outras crianças não. Porque sentar no chão, no piso frio, chega no inverno. Então eu tirei o tapete e optei por calças impermeáveis, mas mesmo assim dá problemas de friagem, ela voltou usar fraldas à noite, porque o piso é gelado. Devia ter cadeirinhas e mesinhas para fazer as atividades. Na higiene elas estão seguindo uma regra. Não que elas tenham carinho por aquilo que elas fazem, elas optaram por este trabalho, mas não têm carinho; então não ensinam direito. Minha filha aprendeu em casa a escovar os dentes. Ela mesma conta que ensina as amiguinhas a escovar porque elas chupam a escova de dente. Eu não sei qual é o cardápio, eu já perguntei; mas distorceram a pergunta, trocaram de assunto e não responderam. Eu sempre a deixei lá de manhã e saio correndo para pegar o ônibus; e de tarde é minha mãe que a busca e elas nunca falam do cardápio; mas, pelo que elas falam, basicamente é a mesma coisa que eles estão comendo todos os dias (Violeta).

Eu conheço a rotina dela, mas não os detalhes. Acho que deveria vir um papel escrito por semana ou por dia para que os pais pudessem saber, como vai ser o dia do meu filho hoje? O que vai comer? O que vai aprender? Do que vai brincar? Caiu, machucou, apanhou, bateu? Olha, a coordenadora é muito fraca, acho que a equipe toda, elas não vão mudar, não têm idéia para isso, eu já percebi nas reuniões. Então eu sou intrometida eu chego, eu entro lá, pergunto, falo o que precisa, eu procuro saber do dia dela, se eu vejo uma pessoa nova eu pergunto quem é. É assim que eu fico sabendo a rotina dela (Jasmim).

Embora a maioria das informantes não conheça a rotina da creche, elas demonstram ter expectativas em relação ao processo de educar/cuidar desenvolvido por esta instituição.

Expectativas em relação à creche

As informantes, em geral, esperam que a creche ofereça aos seus filhos assistência, cuidados em relação à segurança, higiene, alimentação, socialização e ensino. Todas enfatizam que esse processo deve ser desenvolvido com carinho, amor, dedicação e prazer. Estes anseios, comuns a todas as mães, refletem o mínimo de assistência que elas esperam que seus filhos recebam dos profissionais da instituição.

Elas relatam também o desejo de participar do processo de cuidar/educar desenvolvido pela creche, onde suas idéias sejam ouvidas e lhes seja permitido compartilhar conhecimentos, valores, costumes, sentimentos e expectativas.

A creche precisa entender que a família da criança é que sabe o que é melhor para os seus filhos e ouvir a gente, porque tem de melhorar os cuidados. Ela está chegando em casa sempre machucada, com arranhões, mordidas, manchas roxas no corpo. Eles não estão ensinando a ler e escrever, é só pintar e pintar. Ela reclama que as tias gritam muito. Então eu espero que a creche cuide, ensine e dê amor para ela e para as outras crianças, é o que espero de uma boa creche (Jasmim).

Espero que a creche dê a meu filho e a todos tudo o que uma criança precisa nessa fase: atenção, carinho, cuidado, alimentação,

recreação e ensino. É o que eu gostaria, porque hoje não está assim, está um pouco fraco (Violeta).

Eu gostaria, em primeiro lugar, de que as tias cuidassem das crianças com muito amor. Porque eles têm que ficar lá o dia inteiro sem a gente. Eles já sofrem muito, e nós também, em ficar longe o dia inteiro. Imagina como é para eles, se para nós que somos grandes é difícil. Eu não estou preocupada se vão aprender a escrever, ler, eles têm tempo para isso. Eu me preocupo é com a felicidade deles, quero que se sintam bem lá (Begônia).

Espero que, além de cuidar que não se machuquem, as tias devem tratar bem dele. Elas até cuidam bem, sabe? Eles têm recreação, comem, dormem, mas eu sinto que falta, sei lá, sabe; parece que elas cuidam porque é serviço delas, não é com prazer; precisa tratar as crianças com mais carinho, mais atenção, essa parte eu espero que melhore (Hortênsia).

Falta de relacionamento com os educadores

O relato das informantes confirma o que foi expresso pelas educadoras, ou seja, que o relacionamento entre creche e família quase não existe. As mães alegam ter maior contato com a coordenadora, que recebe e entrega as crianças no portão e também dirige as poucas reuniões realizadas na instituição; porém elas não conseguem comunicar-se e interagir com as outras profissionais, o que dificulta e complica o processo de relacionamento entre a creche e a família.

As informantes relatam ter pouco relacionamento com as educadoras que prestam cuidados diretos aos seus filhos, pois a maioria não sabe nem dizer seus nomes. Alegam que esta falta de relação é devida à postura da coordenação e à rotatividade dos funcionários.

O meu relacionamento é pouco, é mais deixá-lo lá e pegar. Eu só vou lá quando há reunião, mas não vou mais. A coordenadora não fala nada do que a gente quer saber, só fala das coisas que ela quer, só pede; pede ajuda, pede isso, pede aquilo. Reclama dos pais por causa do horário de deixar as crianças, reclama das crianças que fazem bagunça e fala palavrão, reclama do piolho. Então para que perder tempo para ir lá. As tias que cuidam das crianças a gente nem vê, porque elas não participam da reunião; então a gente não fica sabendo como é o dia da criança lá, o que se passa com elas; se

elas estão aprendendo, comendo, dormindo. A gente só sabe quando eles desobedecem, daí a coordenadora chama para falar para educar o nosso filho direito, que ele está mal-educado, é só para isso que ela chama; então eu não volto mais lá em reunião, de jeito nenhum. Eu conheço uma tia, a monitora, a outra eu não conheço (Margarida).

A gente não encontra as tias, é só a coordenadora. Ela fica sempre no portão, fala as coisas que tem que falar, quando a gente vai deixar ou busca as crianças. A gente também passa para ela as coisas que precisa, como dá remédio, não deixar tomar friagem. É assim que a gente se relaciona, no portão. Fora isso, há as reuniões, mas nunca dá para falar das crianças, a reunião é para ela falar das coisas da creche. Eu conheço as duas tias do mais novo; do outro eu conhecia as duas; agora trocaram uma, então eu conheço só a mais antiga; elas são todas novas, até a coordenação. Este ano já trocaram todas (Hortênsia).

Violeta refere que não existem trocas no relacionamento entre a creche e a família. Segundo ela a coordenação não escuta e não dá importância à família, ficando na defensiva, justificando-se e levando para o lado pessoal, além de usar a gratuidade da instituição como fator para justificar o tipo de atuação dispensada às crianças e famílias.

O relacionamento com as funcionárias da creche praticamente não existe. A coordenação não ouve a gente, só faz o que ela pensa e fica assim. As mães querendo uma coisa e a creche fazendo o contrário. Ela é que tem contato com a gente, as tias só falam com as mães, quando ela permite. Eu procuro nem conversar com ela, porque ela não ouve o que a gente fala. Ela, sei lá, parece que só escuta o que ela quer, não dá importância para o que a gente fala e só se justifica. A gente só quer o melhor para as crianças. Mas está difícil; tudo o que a gente fala elas se doem e levam para o lado pessoal, e fala que a gente não paga. O relacionamento é só de reclamação. Só existe conversa por parte da creche para com os pais só para reclamar do mau comportamento, horários, piolho, ou para pedir, como foi nas duas reuniões que houve para pedir ajuda dos pais para fazer uma calçada, para horta, para vender ingresso da festa junina. É assim, não existe relacionamento da creche com os pais, ou seja, não existe troca. É só a creche que dita as normas e os pais têm de seguir (Violeta).

Tulipa, Jasmim e Orquídea relatam conhecer os profissionais que cuidam de seus filhos. Entre elas, uma procura relacionar-se com as educadoras, mesmo indo contra a norma da instituição.

Eu conheço as tias. O relacionamento, pelo que eu conheço de relacionamento entre pessoas, não existe, porque a gente nunca tem acesso às tias, que são realmente quem sabe o que se passa no dia-a-dia com a criança. Apesar de achar a creche um bom lugar; nesse sentido, está faltando melhorar o relacionamento das tias com a família (Orquídea).

Eu conheço as tias de vista; mas, assim, saber qual cuida de um e de outro eu não sei. Eu me dou bem com todas elas. Como eu falei, a gente quase não conversa, só quando há reunião; mas é só com a coordenadora que há reunião; então, o relacionamento é pouco, é de pouca conversa (Tulipa).

Eu conheço as tias. Olha, o meu relacionamento é bom, porque eu procuro me relacionar com elas; mesmo a coordenadora torcendo o nariz. Quando eu tenho tempo, eu entro lá, vou levá-la até a salinha, pergunto como ela está para tia. Se dependesse da creche, a gente só se falava nas reuniões, por motivos de festas. (Jasmim).

O pouco relacionamento existente entre educadores e família faz com que as famílias vivenciem sentimentos de insatisfação.

Participação na creche gerando insatisfação

Pelo que as informantes expressaram, pode-se perceber que elas gostariam de participar mais das atividades desenvolvidas pela creche, ou seja, no cotidiano de seus filhos. Elas culpam a instituição por não permitir o desenrolar deste processo e referem que só são convidadas a participar das atividades da creche por meio da reunião.

Relatam que, nas reuniões realizadas, não foi permitida a interação das partes e tampouco houve abertura para as famílias expressarem seus sentimentos, anseios e opiniões. A pauta das reuniões é sempre para reclamar do comportamento das crianças e solicitar que as famílias cumpram as normas da

creche e prestem ajuda nas festividades e manutenção de áreas físicas da instituição.

Referem que os profissionais da creche possuem idéias diferentes das dos pais em relação ao cuidado e educação de seus filhos. Eles não aceitam sugestões, não dão liberdade de expressão aos pais; a coordenação inibe e restringe a participação da família no cotidiano da creche. São fatores que desestimulam a participação dos pais nas reuniões e no cotidiano da instituição.

Elas têm idéias, bem diferente do que acho que as mães querem no momento, do que é e para que é uma creche. Nas reuniões a gente não tem liberdade para pôr as idéias, até tem, mas tudo que a gente fala não é visto como sugestões para melhorar, é tudo levado para o lado pessoal. Aí as mães se inibem e se uma tem coragem de abrir a boca para reclamar de alguma coisa, as outras ficam todas quietas. Ela fez horta, fez uma calçada, vai fazer a festa junina, pediu que os pais vendam a rifa de sinhozinho e sinhazinha. Não que está errado, mas de repente não é isso que os pais querem saber nas reuniões. Poderia deixar a gente decidir o que será feito com nossas crianças. A gente praticamente não tem contato com as tias que cuidam das crianças (Violeta).

Eu participo pouco. Só quando a coordenação chama. Este ano ela chamou para duas reuniões, só que não deu para ir nas duas. Uma foi muito tarde, as crianças estavam dormindo e a outra eu ainda estava no trabalho, mas larguei mais cedo e fui. Eu acho que eles lá da creche não gostam muito de que a gente fique indo lá sempre, dá essa impressão, pois não deixa nem a gente ir buscar as crianças antes, quando chega mais cedo do serviço (Orquídea).

Do pouco que a creche solicita nós participamos, eu e meu marido, mas é pouco. É só quando há datas comemorativas e assim para ajudar em alguma coisa, como quando resolvem reformar. Eu até acho que os pais deviam ajudar nessas coisas, mas é que eles não aceitam nossas idéias, não deixam acompanhar a rotina dos nossos filhos; daí nessas horas que querem ajuda dá raiva e quase ninguém colabora (Begônia).

Eu participo das reuniões e sempre quando ele apronta alguma coisa. Ela já me chamou este ano para reclamar, porque ele estava fazendo muita bagunça na sala de aula. Eu mesmo, nunca procurei a creche para reclamar. Este ano, elas me chamaram lá, eu só fui para as reuniões. As duas reuniões que a coordenadora fez não foi muito

para falar assim, das coisas que eu estou falando aqui, das coisas que não estão bem, ela fala assim: do piolho, da festinha que ela vai fazer, disso, daquilo, da festa que é para os pais ajudar. Então nesta parte acho que tinha que ser melhor (Rosa).

A creche só chama os pais para reclamar, quando a criança está se comportando mal; eles falam que temos que educar melhor nossos filhos. Nas reuniões eles só falam para cumprir as normas, do horário de entrada e saída das crianças (Jasmim).

9 TEMA CULTURAL

O tema cultural surgiu após organização dos relatos dos informantes deste estudo, cuja representação foi definida como abaixo se diz.

RELAÇÃO CRECHE FAMÍLIA: MITO OU REALIDADE.

Este tema representa a interação vivenciada dos profissionais da creche e a família, ou seja, dos grupos envolvidos nesse estudo. Retrata a relação vivenciada entre: educadores, coordenação e família, a qual é fonte de insatisfação.

Neste processo, os sentimentos de impotência e aceitação permeiam o relato das educadoras, que aceitam trabalhar em condições precárias, sem autonomia, mal remuneradas, com jornada de trabalho estressante, sentido-se desvalorizadas pela chefia e pelas famílias; mas continuam em suas atividades, algumas sonhando e outras até buscando conquistar uma profissão melhor.

Para as famílias, os sentimentos vivenciados são manifestados como submissão, preocupação, conformismo, aceitação, pois elas têm consciência de que não conseguem mudar o que está posto e, desta maneira, resta-lhes apenas aceitar a realidade. Elas parecem aceitar o regulamento da creche, para poderem manter suas necessidades de sobrevivência, tentando dar aos filhos a melhor condição de vida possível, que está ao seu alcance. Tanto as informantes da creche como as da família procuram sobreviver à realidade de suas condições sociais, utilizando os meios que o Estado lhes disponibiliza, sendo a creche um instrumento de sobrevivência. Neste processo, elas se sentem insatisfeitas, porquanto, apesar de terem consciência de seus direitos de cidadãs, são tratadas como receptores de favores.

Apesar de vivenciar aspectos semelhantes de vida, os informantes estão separados por fatores socioculturais que envolvem a instituição; a função das educadoras é assistir, cuidar e educar as crianças, e a das famílias é aceitar o que lhes é oferecido. Neste processo está subentendido o poder desempenhado pelas duas instituições, o que às vezes interfere em suas interações.

9.1 RELAÇÃO CRECHE FAMÍLIA: MITO OU REALIDADE

Evidenciou-se que a relação estabelecida entre a creche e a família gera insatisfação em ambas as partes, pois os dois grupos expressam sentimentos de incompreensão, desvalorização do seu papel. Percebe-se o exercício do poder e a falta de comunicação e de interação entre estas duas instituições, o que gera sentimentos de subserviência e medo. Conforme Santana (1998), durante muito tempo a creche foi vista como instituição que presta favor à família, fato este que até hoje dificulta o relacionamento entre ambas. Isto é observado no relato das informantes deste estudo, pois elas ainda têm uma concepção de creche como local para cuidar de crianças de famílias pobres, que não têm outra opção para deixar seus filhos, enquanto trabalham.

A creche é para quem não pode pagar, porque quem tem dinheiro coloca em escolinha particular (Azul).

Há muitos pais que não têm onde deixar os filhos para trabalhar. Eu particularmente preferiria pagar alguém para cuidar (Vermelho claro).

Coloquei-o na creche, porque não tenho outra opção, preciso trabalhar; não posso pagar (Margarida).

Para Sanches (2003) pensar em creche ainda significa deparar-se com o estigma construído historicamente, uma imagem marcada pela filantropia, dádiva, favor, deficiência e pobreza: espaço de profundas rejeições e exclusões. Para este autor esta visão de creche prejudica a qualidade da assistência à criança, bem como o relacionamento com os pais, uma vez que quem recebe favores não tem direito de opinar e muito menos de reclamar.

Corroborando as posições de Sanches, Santana (1998) salienta que a idéia de creche concebida como *um favor à família* dificulta até hoje o relacionamento entre creche e família, porquanto, além de estabelecer uma relação de poder da creche para com a família, gera na mãe um sentimento de culpa por deixar seu filho aos cuidados de estranhos, porque até hoje é grande a cobrança da sociedade quanto ao papel da mãe cuidadora e zelosa de sua prole.

Considerando o histórico assistencialista de creche, o desafio é integrá-la em uma dimensão educativa, profissionalizando seus trabalhadores. Isso compreende melhorar o atendimento às crianças e suas famílias, respeitando seus valores. O trabalho realizado na creche deve considerar a criança como um ser social, cooperativo, ativo na construção do seu conhecimento, cujo atendimento exige capacitação e atualização. Neste contexto a creche deve estar em constante interação com a família, por ser a responsável pela socialização primária da criança (SANTANA, 1998).

Com a Constituição Brasileira de 1988, a creche passa a ser direito da criança, dever do Estado e opção da família. A política de educação infantil, elaborada pelo Ministério da Educação, juntamente com a Constituição de 1988, o ECA e a LDB, demonstram a preocupação em garantir que a creche atue como instância educativa, responsável, junto com as famílias, pelo desenvolvimento da criança (SANCHES, 2003).

Neste estudo verificou-se a postura da creche em relação às famílias, de não permitir que elas participem do processo de assistir, cuidar e educar de seus filhos, compartilhando responsabilidades, exteriorizando necessidades, ansiedades, expectativas e desejos. Esta postura gera muitas queixas tanto das famílias quanto dos profissionais que atuam na creche e não estimula a colaboração dos pais nas atividades realizadas.

Esta conduta faz com que as famílias demonstrem insatisfação, desinteresse e pouca colaboração, levando-as a aceitar o que é oferecido. As rotinas, normas e regulamento não permitem que a família colabore, participando do processo vivenciado pelas crianças.

Segundo a LDB seria necessário o envolvimento da família no processo de assistir, cuidar, educar, vivido pelas crianças, ou seja, a creche deveria estabelecer interação eficaz e de qualidade com a família, possibilitando sua participação e interação, neste processo, em prol do crescimento e desenvolvimento infantil. Para isso os profissionais deveriam comunicar-se de forma adequada com as famílias, esclarecendo a modalidade de trabalho por eles desenvolvida, ouvindo e respeitando seus interesses, necessidades, expectativas

e anseios, valores e costumes. Isto faria com que as famílias colaborassem mais com as atividades desenvolvidas na creche e possibilitaria o estabelecimento da co-participação responsável dos pais no processo de cuidar e educar, por meio da interação de ambos, ou seja, creche e família (BRASIL, 1996b).

Para Vanzin & Nery (1999), a família é o primeiro ambiente onde cada um desenvolve suas aptidões. Ela é a unidade de amor, proteção, socialização e é influenciada por diversos fatores, como os étnicos, econômicos e culturais. Na atualidade, ela vem sofrendo profundas transformações, o que está repercutindo no seu modo de viver e, portanto, na educação de suas crianças. Para os profissionais da creche poderem trabalhar com estas famílias, faz-se necessário realizar um diagnóstico de sua realidade, ou seja, conhecer suas particularidades, como contexto familiar, situação socioeconômica, dispersão e mobilização, códigos sociais e morais, padrão de ocupação de seus membros, conflitos e critérios de participação. Elas devem conhecer estes fatores para poderem avaliar suas perspectivas em relação ao cuidado a ser prestado às suas crianças, estabelecendo, assim, um relacionamento de respeito mútuo, confiança, afetividade e compartilhamento.

Segundo Santana (1998), o educador de creche deve possuir conhecimentos de psicologia do desenvolvimento, estabelecer relações interpessoais com a criança e família, bem como se apropriar de um instrumental teórico-metodológico que lhe permita avaliar as possibilidades da ação e construção compartilhadas. Deve refletir sobre seu papel como educador e sobre si mesmo como pessoa, conhecer o mundo num contexto de aprendizagem, mudando sua concepção de creche como *mal necessário*.

Para Sanches (2003), as educadoras não percebem a importância do seu trabalho para o desenvolvimento da criança e não compreendem e até mesmo ignoram as diversidades culturais das famílias. Tais contradições resultam em trabalho fragmentado ou mera prestação de serviços, faltando para os educadores conhecimentos de si e de suas possibilidades e limitações.

De acordo com Sanches (2003), cabe à creche educar, entendendo que a ação educativa permeia todas as atividades desenvolvidas, ou seja, o ato

educativo na creche necessita resgatar uma pedagogia da infância que resgate o imaginário e o lúdico em suas verdadeiras dimensões. É fundamental que a relação adulto criança ocorra numa interação afetiva, de respeito, marcada pela intencionalidade e pelos significados, considerando as crianças como seres sociais, cidadãos, sujeitos de direitos, reconhecendo suas capacidades de produção simbólica e de construção da cultura. Para que a creche possa ser considerada como a primeira etapa da educação para a cidadania, e não mais, como se configura hoje, primeira etapa para subalternidade, requer-se o reconhecimento e a consciência do valor da criança, enquanto categoria social.

O trabalho em creche deve focar a assistência integral à criança, visando ao seu crescimento e desenvolvimento saudável e harmonioso, possibilitando-lhe exercer sua cidadania.

Para este autor, as educadoras não percebem a importância do seu trabalho para o desenvolvimento da criança, não compreendem e até ignoram as diversidades culturais das famílias. Tais ações resultam em um trabalho fragmentado ou em mera prestação de serviços, faltando para o educador conhecimento de si, de suas possibilidades e limitações.

Para Oliveira et al. (2001), as educadoras de creche se compreendem como mães substitutas, tendo nos modelos da maternidade a fonte de sua identidade profissional e das suas práticas cotidianas. Para ele este raciocínio de cuidar de crianças associadas a *maternagem* provoca conflitos de identidade, uma vez que o papel social que as educadoras desempenham é disputado com a mãe, situação esta sentida quase como uma usurpação dos afetos da criança / aluno / filho.

Aqui a gente faz mais que a mãe, porque faz o papel de mãe e professora. A mãe só vê o filho à noite, em casa; é um ou dois, aqui são vinte e sete, chega a ter trinta crianças por sala (Verde).

Para Oliveira et al. (2001), os educadores de creche trabalham por longas horas, responsabilizam-se por excessivo número de crianças, realizam tarefas que vão desde limpeza do ambiente, passando por atividades administrativas e de cuidados como higiene, alimentação, conforto e segurança da criança, sobrando-

lhes pouco tempo para as atividades educativas; portanto a educadora adota um papel de dona de casa atarefada com muitos filhos. Para mudar este paradigma necessita-se de uma mudança em suas condições de trabalho e concepção de creche, pois muitas não têm noção do que seria um trabalho educativo.

De acordo com o autor supracitado, as atividades de cuidados básicos das crianças são as que mais caracterizam a função das educadoras. Ele salienta que a formação destas profissionais necessita contemplar espaço para o diálogo entre todas as instâncias envolvidas na educação infantil. A ação de cuidar, como principal atividade que caracteriza o trabalho das creches, precisa ser revista e considerada, tanto no sentido de encarregar-se do outro quanto no de observar, repensar em profundidade o significado deste ato.

As famílias desejam participar das atividades da creche, contribuindo com o processo de cuidar e educar de seus filhos; entretanto os profissionais da creche desejam que elas participem de modo diferente, ou seja, obedecendo às rotinas da creche e fazendo com que seus filhos sejam educados e obedeçam, além de oferecer apoio e ajuda para as atividades extraclasse. Isto causa conflitos que interferem no processo de relacionamento entre a creche e a família.

Eu participo pouco, muito pouco, gostaria de participar mais, mas a creche não aceita, porque a participação que eu quero ter na creche não é a que a creche quer. Eles querem que a gente ajude a fazer coisas que a prefeitura devia fazer, consertar, comprar, limpar. Mas não é essa a participação de que eu estou falando; eu gostaria de saber mais o que a creche tem a oferecer para a criança, como é a atividade pedagógica, como são as tias e o que elas estão ensinando para as nossas crianças. Essa é a participação que eu gostaria de ter. (Jasmim).

Santana (1998) enfatiza a importância de um trabalho concomitante entre creche e família, onde a família seja valorizada e faça parte do processo de planejamento, execução e avaliação das atividades realizadas com seus filhos, garantindo, assim, a continuidade, em casa, do trabalho realizado pela creche.

Conforme Cunha (2002), ao longo da história, definiram-se diferentes funções para as creches, no contexto da sociedade brasileira. Antigamente as

creches eram concebidas como instituição de assistência social e a elas cabiam as funções de proteção, amparo e guarda das crianças filhas de mães trabalhadoras. Ao acolherem as crianças, afastando-as da rua e do trabalho servil, contribuíram para a diminuição da mortalidade infantil e visavam primordialmente beneficiar as populações mais carentes; porém isto tudo não incluía a participação dos pais. Hoje, de acordo com a LDB, a creche é considerada como a primeira etapa da educação infantil. Esta lei preconiza que as propostas pedagógicas para educação infantil devam promover práticas de educação e cuidado, que possibilitem a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos, lingüísticos e sociais da criança, entendendo que ela é um ser completo, total e indivisível. Para alcançar este objetivo, a creche deve envolver a família, porquanto, segundo a LDB, a ação desenvolvida na creche deve ser complementar da ação da família e comunidade. Mas, na prática, a creche em estudo ainda continua atuando de acordo com o modelo construído historicamente, ou seja, excluindo a família do cotidiano vivenciado pela criança.

As famílias acusam a instituição, suas regras, normas e rotinas como fatores causadores deste distanciamento, pois a presença da família só é solicitada, quando ocorre algo errado com a criança, ou então quando a instituição necessita de algum tipo de ajuda para realizar festas e benfeitorias.

A creche não permite a presença dos pais fora do horário que eles estabeleceram. Se a gente chega mais cedo do serviço, não pode buscar a criança antes das cinco horas. E eles só chamam a gente lá para falar, quando há reclamação, porque a criança está mal educada, ou está com piolho. Este ano já me chamaram duas vezes. As reuniões que eles fazem são sempre para pedir ajuda para festas ou para arrumar a creche, nunca para falar das crianças (Rosa).

Os profissionais da creche por vezes referem que as famílias participam pouco, o que para eles se reflete na falta de interesse pelo cotidiano da criança.

Os pais participam muito pouco na creche, eles deveriam participar mais. Nas reuniões poucos comparecem; de manhã entregam as

crianças correndo para não se atrasar para o trabalho; e à tarde, quando vêm buscar, chegam com pressa, porque estão cansados. Eles deveriam se interessar mais em saber sobre o filho deles e participar mais, ajudar mais na creche (Vermelho Escuro).

Santana (1998) considera os contatos diários estabelecidos com a família, na recepção e entrega das crianças, como preciosos para a troca de informações e a integração família/creche. As reuniões são outra forma de favorecer este intercâmbio, bem como a participação voluntária das mães nas atividades da creche. Isto tudo ajuda a fortalecer o trabalho conjunto e a desenvolver o sentimento de confiança de que as famílias necessitam.

Este é o primeiro ano em que ela está indo à creche. Quando houve a primeira reunião, pensei que fosse para eles explicarem o que as crianças comem, o que vão aprender, como é a recreação, para saber assim como é o dia a dia da criança na creche. Mas não foi assim. Então eu entro lá e pergunto; é assim que eu fico sabendo da rotina dela (Jasmim).

Algumas informantes da creche dizem aceitar a participação dos pais, mas que estes não participam. Os informantes das famílias manifestam o desejo de participar, mas não participam mais efetivamente das atividades da creche, porque os educadores não os escutam.

Eu gostaria de participar mais das coisas da creche, mas a coordenadora só sabe reclamar, não deixa a gente falar; é só ela que sabe das coisas, mas o filho é meu e eu queria ajudar, mas fico com medo (Rosa).

Observa-se que o interesse de ambos diverge quanto ao modo de participação, porque, de um lado, os educadores solicitam a participação das famílias com o objetivo de melhorar a educação dada a seus filhos, a coordenação deseja que os pais participem contribuindo na realização de festas e auxiliando na manutenção e reestruturação da área física da instituição, e os pais sentem necessidade de acompanhar mais de perto a vida de seus filhos. A diversidade de

interesses faz com que nenhum dos objetivos seja alcançado, o que gera a insatisfação de todos.

De acordo com Oliveira et al. (2001), nas creches onde não existe bom atendimento às famílias, as queixas são mais freqüentes. A postura fechada da creche para com a família oferece poucas oportunidades para as famílias expressarem seus desejos e preocupações; quando as queixas não aparecem claramente, elas não deixam de existir nas conversas entre as mães, principalmente nos gestos e ações que demonstram insatisfação, desinteresse ou pouca colaboração diante do que é feito pelos profissionais da creche dos seus filhos.

Corroborando a posição de Sanches (2003), o presente estudo aponta a necessidade de rever o processo educar/cuidar das crianças em creche. Além de cuidar, deve-se manter o bem-estar físico, psicológico e social da criança, oferecendo-lhe oportunidades de tornar-se cidadão responsável e competente. Isto envolve preparar o profissional que atua em creche e proporcionar a participação da família.

Pensar na formação dos profissionais que atuam em creche representa enfrentar concretamente o desrespeito, o descaso e a inexistência de qualificação profissional, os baixos salários e a ausência de políticas públicas que tratem desta questão com respeito e seriedade (SANCHES, 2003).

Segundo este autor o profissional de creche deve sentir-se valorizado em seu trabalho, sem discriminação de classe social, numa relação dialética entre reflexão e ação, tornando-se autor do seu processo de profissionalização e vida. O direito à educação continuada ou para complementar sua formação deve assegurar aos profissionais os conhecimentos teórico-práticos que lhes possibilitem o progresso na carreira e a melhoria da qualidade de suas ações. Isto significa contribuir para a construção da cidadania.

A qualificação dos profissionais que atuam em creche poderia contribuir para evitar a situação encontrada na creche em estudo. Nela a postura centralizada da coordenação em relação às famílias gera sentimentos de desconfiança e descontentamento. Os poucos e inevitáveis encontros entre ela e

as mães tornam-se momentos de pouco entendimento mútuo, demonstrando total falta de interação da creche com a família.

De acordo com Sanches (2003), para modificar esta relação há necessidade de haver uma mudança no enfoque filantrópico da creche, entender que o que ela oferece para as famílias é muito pouco diante de suas necessidades e da responsabilidade e obrigação do Estado.

Segundo Stefanelli (2005), o cuidado familiar permite a compreensão de família em seu processo de viver, em que constrói um mundo de símbolos, significados, valores, saberes e práticas. Dessa forma o profissional que vai interagir com famílias necessita conhecer e interpretar o mundo em que elas vivem, pois a interações estabelecidas com a família criam significados que podem ou não conduzir para um viver harmonioso e saudável. Este autor afirma que penetrar no mundo da família contemporânea não é fácil tarefa para os profissionais que estão acostumados a trabalhar com o ser humano individual.

Observou-se que, para os profissionais da creche, esta tarefa se torna ainda mais complexa: além de estarem acostumados a trabalhar com o ser humano individual, no caso deste estudo, trata-se de seres que ainda são crianças, ligadas a suas famílias; portanto o processo de comunicação deve ser amplo e envolver a criança, os profissionais e a família, em todas as suas dimensões, respeitando as diversidades de cada um.

Para Sullivan apud Stefanelli (1993), a pessoa é resultado de um processo social decorrente da experiência com outras pessoas significativas, desde o nascimento até a morte. Sendo assim, a pessoa só aprende, evolui e desenvolve interação com outra pessoa que lhe é significativa. Para haver interação das pessoas, necessita-se que haja comunicação, processo que está prejudicado na creche em estudo.

Na instituição em que foi realizada a pesquisa observa-se a comunicação inadequada, falta de interação dos seus profissionais e destes com as famílias, pois eles não procuram conhecer os seus valores e seus padrões culturais, sociais e econômicos, para tentar suprir suas necessidades e proporcionar às crianças um crescimento e desenvolvimento saudável. Em contrapartida, as famílias não

procuram estabelecer com a instituição um relacionamento eficaz, devido à sua condição social e às barreiras impostas pela creche, uma vez que algumas educadoras chegam a julgarem-se melhores que as próprias mães. Isto é evidenciado, quando elas se referem às mães, rotulando-as de *boas ou más, responsáveis ou irresponsáveis*, de acordo com o seu comportamento em relação à criança e do cuidado a ela dispensado pela família.

Há muitas mães irresponsáveis, mãe solteira que fica por aí e não liga para filha; depende só da boa vontade deles em participar mais da vida de seu filho na creche (Verde Claro).

Há uma que nem trabalha fora, deixa o filho aqui só para vagabundear e dormir e ainda traz a criança suja (Vermelho Claro).

As famílias, por sua vez, não conhecendo o trabalho exercido pela equipe de profissionais da creche, não estimulam os profissionais nem os valorizam, o que gera insatisfação das educadoras e da coordenadora.

Muitas vezes, as famílias sentem-se impotentes diante das experiências vividas por seus filhos; outras vezes nem tentam saber por que o filho foi punido: afirmam que de nada vai adiantar reclamar, uma vez que só os profissionais da creche é que têm razão. Neste processo, às famílias cabe obedecer às normas, rotinas e regulamentos impostos pela creche, o que dificulta e inibe a interação delas com a instituição. Isto faz com que os pais pouco ou nada participem do processo de crescimento e desenvolvimento de seus filhos, enquanto estão sob responsabilidade da instituição.

A gente que é pobre não tem outra opção, não tem jeito, ou é na creche, ou é na creche; eu procuro não reclamar, apesar de achar que há algumas coisas que não estão bem; eu já percebi que elas não gostam de reclamação, e se reclama não muda nada mesmo; eu tenho medo de reclamar e elas sacrificar o meu piá ou não aceita-lo na creche (Rosa).

Algumas famílias, embora manifestem sua insatisfação, sentem que não podem promover mudanças na situação vivida, porque elas devem aceitar a

realidade, devido à necessidade de garantir vaga para o filho na creche. Isto as leva a desistir de participar, colaborar, procurar mudar, ou mesmo manter relacionamento mais interativo com a instituição.

Conforme Laraia (2001), o homem é resultado do meio cultural em que foi socializado, ele age e reage de acordo com o meio em que se insere. Os profissionais da creche deveriam tentar conhecer a realidade vivida por cada uma das famílias e respeitar sua individualidade e, principalmente, a das crianças, proporcionando uma interação dinâmica da família com a creche. Isto proporcionaria assistência, cuidado e educação com qualidade e harmonia: a família e a creche compartilhariam do mesmo objetivo, ou seja, do crescimento e desenvolvimento saudáveis das crianças e do seu preparo para exercerem sua cidadania.

Para Leininger (1978), o cuidado desenvolve-se em ações de assistência e de suporte para atender indivíduos ou grupos nas suas necessidades com o objetivo de amenizar ou melhorar as condições da vida humana. Para o autor, o cuidado pode ser realizado por profissionais, sendo este definido como sistema formal de cuidado; ou pode ser realizado por pessoas leigas como a família, o que é caracterizado como sistema popular de cuidado. Portanto o cuidado realizado com a criança na creche deve ser mediado entre o cuidado formal desenvolvido pelos educadores e o cuidado informal realizado pela família.

Este autor propõe, em sua teoria, que tanto o cuidado formal como o popular pode ser mediado, para melhor atender às necessidades do ser humano que o recebe. A sua teoria está voltada para o trabalho de enfermagem, mas percebo, neste contexto, que pode ser aplicada à realidade vivida pelos profissionais de educação e pelas famílias. Ela propõe que o enfermeiro, estabelecendo um paralelo neste cenário do educador, ao realizar o cuidado formal, deve conhecer os valores, práticas e crenças do cliente, neste caso, das crianças e famílias, preservando as práticas do cuidado, que são benéficas ou inócuas, acomodar ou negociar as que são diferentes, propiciando meios de mediação ou negociação, para renovar padrões e estruturas que se encontram em desacordo.

De acordo com Michaelis (1998), negociação é a discussão de um assunto de interesse comum entre duas partes. O ato de negociar significa manter laços, realizar tratados e acordos. Teoricamente esta proposta representa uma possibilidade para mediar a problemática vivida no cotidiano familiar e o das educadoras de creche.

Para Nascimento (2003), família é formada por pessoas que nos dão carinho, amor, que nos ouvem, enfim suprem nossas necessidades biopsicossociais. São pessoas que convivem e conhecem uns aos outros, possuem vínculos entre si.

O presente estudo mostra que a creche está excluindo a família de parte da vida de seus filhos, ao não permitir que elas participem das atividades desenvolvidas no seu interior. Os profissionais de creche devem estar cientes de que eles possuem um saber que deve ser respeitado e utilizado para estabelecer uma relação de diálogo e colaboração entre creche e família; portanto deve haver o acolhimento afetivo, a comunicação e a interação como fontes de apoio mútuo.

Verificou-se que a falta de comunicação e interação entre os informantes deste estudo é o fator mais relevante e gerador de insatisfações entre os grupos. Para Stefanelli (2005), a comunicação constitui o aspecto central no relacionamento humano, pois comunicar-se faz parte da vida de todos os que vivem em sociedade; portanto constitui-se em componente essencial da vida humana. Assim, o aspecto emocional só pode ser atendido, quando a comunicação entre os profissionais da creche e a família acontecer dentro de um clima de compreensão, empatia, envolvimento, confiança, respeito e afeto.

A comunicação é ato inerente ao ser humano; segundo Mendes (1994), seus componentes devem ser a empatia, respeito, sinceridade, presença, audição, percepção, cuidado, revelação, aceitação e autenticidade. A comunicação deve ser considerada como o principal meio para o acesso e manutenção do relacionamento.

De acordo com Stefanelli (2005), é por meio da comunicação que o homem expressa seus valores e crenças, idéias e sentimentos. Esse autor enfatiza que o modo de as pessoas reagirem à comunicação pode gerar satisfação ou

insatisfação. Salieta, ainda, que o bem-estar do ser humano e, portanto, a sua saúde mental, está diretamente relacionado a seus padrões de comunicação e de como os outros reagem a eles.

Para Leitão apud Silva (1999), o ato de comunicar-se significa perceber o outro como pessoa que realmente é, compreendendo e valorizando suas experiências de vida, acreditando na troca de saberes e despojando-se de poder e autoridade.

Para Stefanelli (1993), o processo adequado de comunicação no relacionamento interpessoal representa o elo básico para satisfazer as necessidades de quem precisa de ajuda e constitui um dos pilares propulsores da saúde mental que permite às pessoas envolvidas caminharem para a independência e autonomia.

Para promover a saúde mental necessita-se ajudar o outro a buscar alternativas para desenvolver suas potencialidades. Isto só será possível por meio de processo interativo (DANIEL apud SILVA, 1999).

De acordo com Centa (2001), estamos vivendo a era da globalização, o que, por um lado, pode facilitar o sistema de comunicação; com um simples toque de botão, podemos comunicar-nos com o mundo; porém ainda nos deparamos com fome, miséria, guerra, falta de acesso a serviços essenciais, como educação, saúde, moradia, falta de amor e interação dos povos.

É neste contexto que se encontra o homem com suas crenças, valores, conhecimentos e experiências, acumulados ao longo de sua vida, que ditam seu comportamento e definem suas ações, interferindo no seu modo de ser e viver, por meio da representação de um sistema simbólico. Este sistema se apresenta nos modos de vida e de relações (STORT apud CENTA, 2001).

Para Laraia (2001), a cultura é sistema de símbolos e significados, vivenciados entre os atores integrantes do sistema cultural, que define a vida. Para esse autor, os diferentes comportamentos sociais são produtos da herança cultural. Faz-se, portanto, necessário entender este conceito, para evitar preconceitos e compreender as diferenças culturais entre as pessoas.

Esses valores culturais correspondem às necessidades individuais, fazendo com que o comportamento humano não seja só condicionamento, mas resultado de uma intencionalidade. Portanto o mundo de cada pessoa é construído por meio de seus valores, necessidades, desejos demonstrados por gestos, palavras, atos, trabalho, lutas, sentimentos, expectativas e sonhos (STORT apud CENTA, 2001).

Para Sullivan, apud Stefanelli (1993), não se pode assistir as pessoas isoladamente. Cumpre atentar para as suas experiências interpessoais, considerando o atendimento das suas necessidades e promovendo a sua satisfação e segurança. Para esse autor, só é possível tornar-se pessoa, quando interagimos com outra pessoa; ou seja, o ser humano só aprende e evolui, quando desenvolve interação com outro ser humano que lhe é significativo. Portanto os profissionais que atuam no cuidado com seres humanos, em qualquer área, necessitam adotar uma postura que proporcione o seu próprio desenvolvimento como ser humano e cidadão e, por conseguinte, dos demais atores que fazem parte do seu contexto.

Para que haja eficácia e resolutividade no processo de assistir/cuidar/educar as crianças que freqüentam a creche, a interação creche e família deve ser de qualidade e envolver todos os interessados, porque dessa interação depende a eficiência das ações, a resolutividade dos problemas e conflitos e, principalmente, o futuro das crianças.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar o presente trabalho representa a concretização de um sonho: pude inserir-me no cenário do estudo, observando, participando e interagindo, tomando decisões, compartilhando e construindo conhecimento, ou seja, conhecendo o relacionamento vivido entre os profissionais que atuam em creche e as famílias.

Neste processo, inserir-me no cenário significou participar do mundo dos informantes, que me possibilitaram não só a coleta de dados, mas também viver algo novo que me fez conviver, compartilhar, interagir, aprender, refletir, construir. Esta convivência no início não foi fácil. Muitas vezes me senti tentada a abraçar ou amenizar as dificuldades vividas pelas crianças, profissionais e famílias. A pesquisa também me fez refletir na situação socioeconômica, vivida pela maioria das famílias brasileiras, no sistema educacional, nossa herança cultural, preconceitos arraigados em relação à vida do ser humano e das famílias em sociedade.

Acredito que este trabalho foi possível, porque optei pelo método etnográfico, mais especificamente a minietnografia que permitiu minha inserção no grupo estudado, o que me mostrou, em cada momento, os sentimentos, valores, crenças, atitudes e comportamento vivenciados pelo grupo, permitindo-me aprender com eles e sobre eles.

Este método de pesquisa é muito gratificante para o pesquisador, pois propicia o convívio com as pessoas no universo analisado, fazendo com que participemos do conhecimento do senso comum e, utilizando o conhecimento científico, chegar aos seus objetivos.

Para operacionalizar este estudo encontrei algumas dificuldades, como pouca bibliografia sobre o viver em creche e a relação vivenciada entre seus profissionais e as famílias, tempo escasso para sua realização. Mas estas dificuldades foram compensadas pela satisfação de adquirir e construir o conhecimento e poder compartilhá-lo com os profissionais envolvidos na área, em prol da melhoria do relacionamento entre os profissionais de creche e família, e da

assistência prestada à criança. Também tenho de sublinhar a preciosa ocasião do meu crescimento pessoal e profissional.

Este trabalho forneceu subsídios que podem contribuir efetivamente com a melhoria da assistência às crianças em creche. São os seguintes.

A assistência, o cuidado e a educação das crianças, bem como o acolhimento das famílias na creche, necessitam ser realizados por uma equipe multidisciplinar, em cuja qualificação deve ser incluído o conhecimento da comunicação humana, com suas diversas formas, dimensões e estratégias para torná-las adequadas à relação pessoa/pessoa e em grupo, para que a satisfação das pessoas envolvidas neste processo se torne realidade.

Os profissionais da creche e as famílias ainda consideram a creche como instrumento para assistir, cuidar e educar crianças pobres, cujas ações refletem atitudes herdadas do modelo assistencialista, retratando a herança cultural dos profissionais e das famílias, pois suas ações de assistir, cuidar e educar crianças não são compartilhadas. Isto ocorre devido ao modelo assistencialista ainda adotado pelas creches, pela falta de conhecimento e de prática de políticas de educação infantil e a falta de comunicação/interação eficaz entre os profissionais e as famílias, o que gera sentimentos de insatisfação em ambos.

Não podemos deixar de destacar outros fatores extrínsecos à creche, que estão diretamente relacionados com a qualidade da assistência realizada pela instituição, ou seja, as políticas públicas de educação infantil, porquanto se observa que a falta de investimentos do poder público incide diretamente na qualidade da assistência oferecida pela creche, cabendo às famílias, principalmente as de baixo poder aquisitivo, que mais necessitam dos serviços da creche e dos demais serviços públicos, conformarem-se com a realidade vivida, ou seja, com o pouco que lhes é oferecido.

Incumbe, portanto, ao Estado implementar as políticas para a educação infantil, regulamentada pela LDB, de forma eficaz, ensejando a qualificação dos profissionais para desenvolverem trabalho de qualidade em prol do crescimento e desenvolvimento infantil, proporcionando o exercício da cidadania e o convívio interativo e harmonioso de todos os envolvidos, para que as famílias possam

participar e ser co-responsáveis pela assistência, cuidado e educação oferecidos pela creche.

Para que isso ocorra, acreditamos que é necessário colocar não só recursos materiais, mas também recursos humanos em quantidade e qualidade.

Portanto sugiro o seguinte quarteto de objetivos.

(1) Os cursos de graduação que preparam profissionais para atuarem com educação infantil incluam, em seus currículos, disciplinas que contemplem a comunicação como instrumento de relacionamento interpessoal.

(2) A assistência prestada em creches deve ser levada a bom termo por uma equipe multiprofissional que, além de assistir, cuidar e educar crianças inclua, as famílias em seu cotidiano, ensejando um relacionamento saudável por meio de ações compartilhadas de co-responsabilidade, visando ao bem-estar das crianças, famílias e profissionais.

(3) A pesquisa neste campo deve ser estimulada, a fim de proporcionar conhecimentos com que este processo de assistir, cuidar e educar crianças em creches possa ser revisto e melhorado, envolvendo a família.

(4) Os gestores de políticas públicas preocupem-se em implantar e implementar a LDB e outros recursos destinados à educação infantil, de forma que as famílias trabalhadoras, usuárias deste recurso, logrem exercer sua cidadania de forma plena.

Finalizo o estudo com a convicção de que ele não se encerra aqui, porquanto, diante de seus resultados, verifica-se a necessidade urgente de refletir sobre os fatores que interferem no cotidiano das creches e famílias. Cumpre possibilitar melhor qualificação dos profissionais, a fim de se construir uma pedagogia de educação infantil baseada na interação, respeito, afeto e compartilhamento responsável. Ela deve visualizar os seres humanos como históricos, culturais, cognitivos, biológicos, sociais, econômicos e políticos, agindo, sendo influenciados pelo meio em que vivem e pela sua herança cultural. Este processo deve priorizar o coletivo, fazendo do desafio uma motivação para atingir o desejado, garantindo o direito à diversidade, pluralidade, historicidade de todos os envolvidos, ou seja, profissionais, crianças e famílias.

11 REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Lei nº 5.452, Brasília, 1972.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 196/96. Sobre pesquisa envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 10 out. 1996a.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1990.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 6394/96. Brasília, 1996 b.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para educação infantil**. Brasília, 1998.

BERGER, P. LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

CAMPOS, M. M. Educar e cuidar: questões sobre o perfil do profissional de educação Infantil. In: Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Coordenação de Educação Infantil. **Por uma política de formação do profissional de educação infantil**. Brasília, 1994. p. 32-42.

CARVALHO, M. C. L. **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDC, 1995.

CENTA, M. L. **Do natural ao artificial** a trajetória de um casal infértil. Curitiba: Editora. do Autor, 2001.

COUTINHO, A. M. S. **Educação Infantil**: espaço de educação e cuidado. Florianópolis, 2002. 211 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Setor Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina.

CUNHA, B. B. B. **Cuidar de crianças em creche**: os conflitos e desafios de uma profissão em construção. Florianópolis, 2002. 181 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Setor Ciências da Educação, Universidade Federal da Santa Catarina.

DA MATTA, R. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. 4. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

ERIKSON, E. H. **Infância e sociedade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FOZ DO IGUAÇU. Secretaria Municipal da Fazenda. **Anuário 2003**. Foz do Iguaçu, 2003.

GOMES, J. V. Família e socialização. **Psicologia**, USP, São Paulo, v.3, n.1/2, p.93 –105, jan./jun. 1992.

HERNANDEZ, F. H. MORALES, H. R. Las guarderías: una necesidad en la sociedad actual. **Rev. Médica INSS, México**, v. 35, n. 1, p.1-5, ene./feb.1997.

LARAIA, R. B. **Cultura um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LEININGER, M. **Transcultural nursing**: concepts, theories and practices. New York: John Wiley and Sons, 1978.

_____. **Qualitative research methods in nursing**. Orlando, Grune and Stratton, 1985.

_____. **Culture care diversity and universality**: a theory of nursing. New York: National League for Nursing Press, 1991.

MONTENEGRO, T. **O cuidado e a formação moral na educação infantil.** São Paulo: EDUC, 2001.

NASCIMENTO, E. R. P. **Acolhimento no espaço das relações na unidade de terapia intensiva.** Florianópolis. 2003. 161 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina.

OLIVEIRA, B. R. **A criança, a infância e a família.** Cascavel. 197 p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem Fundamental) - Escola de Enfermagem da EERP, Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, M. R. et al. **Creches: crianças faz de conta & cia.** 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

PREUSS, M. R. G. Atitudes maternas e tipo de cuidado alternativo escolhido por mães que trabalham fora. **Psicol., Teor.,** Brasília, v. 2, n. 3, p. 3-105, set./dez. 1986.

PRIORE, M. D. **História das mulheres no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

SANCHES, E. C. **Creche realidade e ambigüidades.** Petrópolis: Vozes, 2003.

SANTANA, J. S. S. **A creche sob a ótica da criança.** 2. ed. Feira de Santana: Bahia, 1998.

SARTRE, J. P. **Questions de méthode.** Paris: Gallimard, 1960.

SHORTER, S. **A formação da família moderna.** 5. ed. São Paulo: Roseta, 1975.

SILVA, M. J. P. Comunicação tem remédio: a comunicação nas relações interpessoais em saúde. São Paulo: Gente, 1996.

SILVA, W. V. **Convivendo com obstáculos e fazendo o que se pode: a comunicação interpessoal na assistência pré-natal.** São Paulo, 1999. 167 p. Tese (Doutorado) Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo.

SPRADLEY, J. **The ethnographic interview.** New York: Holt Rinehart & Winston, 1979.

SPRADLEY, J. **Participant-observation.** New York,: Holt Rinehart & Winston, 1980.

STEFANELLI, M. C. **Comunicação com paciente: teoria e ensino.** 2. ed. São Paulo: Robe, 1993.

STEFANELLI, M. C.; CARVALHO, E. C. **A comunicação nos diferentes contextos da enfermagem.** São Paulo: Manole, 2005.(noprolo)

VANZIN, A. S.; NERY, M. E. S. **Família integradora da atenção à saúde da criança: um enfoque epidemiológico.** 2. ed. Porto Alegre: RM&L, 1999.

VAITSMAN, J. **Flexíveis e plurais: identidade, casamento, e família em circunstâncias pós-modernas.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VERÍSSIMO, M. L. R. T. **O olhar de trabalhadores de creche sobre o cuidado da criança.** São Paulo, 2001. 284 p. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Universidade de São Paulo.

APÊNDICE 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O projeto intitulado "**RELAÇÃO CRECHE FAMÍLIA: MITO OU REALIDADE**" será desenvolvido com mulheres e homens adultos educadores da creche em estudo, bem como pais ou responsáveis pelas crianças matriculadas na creche em estudo e tem como objetivo:

Compreender as relações vivenciadas entre a creche e a família, visando obter subsídios para promover a melhoria da qualidade da assistência.

O estudo será desenvolvido pela enfermeira e mestranda Mara Cristina Ripoli Meira e será orientada pela professora doutora Maria de Lourdes Centa da Universidade Federal do Paraná.

- 1- Este projeto não implicará a utilização de métodos invasivos nem haverá riscos para a integridade física e mental
- 2- A entrevista será agendada de acordo com conveniência dos voluntários. Eventualmente, haverá necessidade de retornamos a entrevista para completar e/ou esclarecer alguns dados que não tenham sido compreendidos na primeira vez.
- 3- As informações serão coletadas oralmente e, se autorizadas pela voluntária, serão gravadas e terão duração aproximada de uma hora. No término da pesquisa as fitas serão apagadas.
- 4- A conclusão do estudo, que contém citações anônimas, será utilizada exclusivamente para apresentação em encontros científicos e para publicação em revistas especializadas.
- 5- Garante-se o direito de sigilo e confidencialidade dos voluntários.
- 6- Assegura-se também o direito de ser mantido informado sobre os resultados parciais e finais da pesquisa.
- 7- Durante e após a participação no projeto, estará ciente de que não receberá qualquer valor em dinheiro.
- 8- Estou ciente de que poderei retirar o meu consentimento, em qualquer momento, antes ou no decurso da realização deste trabalho, sem prejuízo ou perda de qualquer benefício que possa ter adquirido.

- 9- Todas as despesas necessárias para a realização da pesquisa serão da responsabilidade da pesquisadora.
- 10- Este projeto foi aprovado pela comissão de Ética do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, em 2004.

Este termo, em duas vias, é para certificar que eu-----
-----, concordo em participar na
qualidade de voluntária do projeto acima mencionado. Por meio deste, dou
permissão para ser entrevistada, declarando que recebi as informações sobre a
natureza do projeto, incluindo seu objetivo e a metodologia utilizada.

Foz do Iguaçu, ____/____/2004.

Assinatura da Entrevistada: _____

Assinatura da Pesquisadora: _____

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.